

TVR
N.º 217, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 269/2021
OF 482/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.583, de 09 de fevereiro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alcinópolis, Estado do Mato Grosso do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 2.991, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Cultural de Tocantins, no município de Tocantins – MG;

2 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing, no município de Inocência - MS;

3 - Portaria nº 3.622, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença - ACCAR, no município de Renascença - PR;

4 - Portaria nº 6.197, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Rádio São Thomé, no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

5 - Portaria nº 98, de 1º de fevereiro de 2016 - ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula, no município de São Gotardo - MG;

6 - Portaria nº 129, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu, no município de Itatiaiuçu - MG;

7 - Portaria nº 145, de 1º de fevereiro de 2016 - Rádio Grupo Conesul, no município de Santana do Livramento - RS;

8 - Portaria nº 157, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Machado para Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Machado - MG;

9 - Portaria nº 727, de 9 de maio de 2016 - Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM, no município de Constantina - RS;

10 - Portaria nº 755, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Comunicação-Rádio Princesa do Atlântico FM, no município de Maracaná – PA;

11 - Portaria nº 765, de 9 de maio de 2016 – Associação Cultural de Salto Veloso, no município de Salto Veloso – SC;

12 - Portaria nº 5.180, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Munguba, no município de Almeirim - PA;

13 - Portaria nº 5.954, de 22 de novembro de 2018 - Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga, no município de Paranatinga - MT;

14 - Portaria nº 6.626, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Comunicação e Cultura de Bom Jardim de Goiás, no município de Bom Jardim de Goiás - GO;

- 15 - Portaria nº 6.628, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Cultural e Científica Joseline Pereira de Oliveira, no município de Bom Jesus de Goiás - GO;
- 16 - Portaria nº 6.629, 27 de dezembro de 2018 - Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense, no município de Liberato Salzano - RS;
- 17 - Portaria nº 6.644, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, no município de Herval - RS;
- 18 - Portaria nº 7.246, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Batistana de Radiodifusão, no município de Oliveira - MG;
- 19 - Portaria nº 7.248, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré, no município de Assaré - CE;
- 20 - Portaria nº 7.583, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, no município de Alcinópolis - MS;
- 21 - Portaria nº 4.296, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, no município de Santo Antônio do Monte - MG;
- 22 - Portaria nº 4.308, de 30 de agosto de 2019 - Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí, no município de Tatuí - SP;
- 23 - Portaria nº 4.724, de 17 de setembro de 2019 - Ação Social São Francisco de Assis, no município de Palhoça - SC;
- 24 - Portaria nº 4.866, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação Popular de Xinguara, no município de Xinguara - PA;
- 25 - Portaria nº 4.868, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal, no município de Ribeira do Pombal - BA;
- 26 - Portaria nº 4.872, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Santo Amaro, no município de Santo Amaro do Maranhão - MA;
- 27 - Portaria nº 5.175, de 4 de outubro de 2019 - Associação Comunitária Amigos de Porto Calvo, no município de Porto Calvo - AL;
- 28 - Portaria nº 5.236, de 14 de outubro de 2019 - Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida, no município de Itumbiara - GO;
- 29 - Portaria nº 5.241, de 15 de outubro de 2019 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM, no município de Ibimirim - PE; e
- 30 - Portaria nº 5.315, de 15 de outubro de 2019 - Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, no município de Arealva - SP.

Brasília, 10 de junho de 2021.

Brasília, 23 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057909/2011-67, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, inscrita no CNPJ nº 02.162.391/0001-76, explore pelo prazo de dez anos a partir de 12 de novembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28157/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7583/2017 de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 05 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 7583/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057909/2011-67 e nº 53700.001246/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2533481** e o código CRC **F911D27B**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 482/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 11 de junho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.991, 2.993, 3.622 e 6.197, de 2015; 98, 129, 145, 157, 727, 755 e 765, de 2016; 5.180, 5.954, 6.626, 6.628, 6.629, 6.644, 7.246, 7.248 e 7.583, de 2018; 4.296, 4.308, 4.724, 4.866, 4.868, 4.872, 5.175, 5.236, 5.241 e 5.315, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.041617/2013-74

SEI nº 2633263

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34773/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.057909/2011-67.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 24/09/2019, às 18:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664647** e o código CRC **AE0F4F4C**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.057909/2011-67
Interessado:	Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.162.391/0001-76
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MS
Localidade:	Alcinópolis
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 06/03/2018, às 12:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2708802** e o código CRC **112F1AE9**.

Referência: Processo nº 53000.057909/2011-67

SEI nº 2708802



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.057909/2011-67**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 17 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 17/07/2014, às 08:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0043769** e o código CRC **8008B435**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

01
Rubrica:
SCE-M

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 057909/2011-67

SEAPA/SCE

16/11/2011-11:22

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº 53700.001246/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL**, na localidade de **ALCINÓPOLIS/MS**, tem validade até 12/11/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 07 de novembro de 2011.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
1321450

02.162.391/0001-76



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6969 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de novembro de 2011.

Ao Senhor

Representante Legal

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL

Rua W – 09 – Joaquim Pereira França, 1000 – Centro
79530-000 Alcínópolis/MS

Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/ Processo nº. 53000.057909/11.

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL tem validade até 12/11/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

CGRC

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.

- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário até a conclusão do processo de renovação.
- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

57909/11



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 002887/2012-89

SEAPA/SCE

18/01/2012-08:45

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.162.391/0001-76, com sede na Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP 79530-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 169 datada de 12/05/2000 e Decreto Legislativo nº 443 publicado no Diário Oficial da União datado de 12/11/2001, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. **requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária** em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012

Maria Cristina Caputo

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente

Nome do representante da entidade: **Maria Cristina Caputo**

CPF: 074.199.718-54

Sealco

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; 7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente

Endereço para correspondência: Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000, na cidade de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP 79530-000.

Telefone para contato: 067- 3260-1276.

Correio eletrônico (e-mail): criscaputo@hotmail.com



DECLARAÇÃO

Eu, **MARIA CRISTINA CAPUTO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS**, atesto que:

A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNIT, ECOLOGICA, EDUCATIVA E CULT. DE
ALCINOPOLIS
CNPJ: 02.162.391/0001-76

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:27:08 do dia 05/01/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/02/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.162.391/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/05/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO CANYON			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R Y - 2	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **5/1/2012** às **13:21:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS

ESTATUTO SOCIAL

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ARTIGO PRIMEIRO:

A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro, CEP: 79530-000.

Parágrafo Único – A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** utilizará como denominação fantasia FM 87,9 ALCINÓPOLIS e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO:

A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I – beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo Primeiro - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO:

Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO:

A receita da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras) dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II – DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO:

Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede nesta cidade, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

ARTIGO SEXTO:

A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis** será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II – Contribuintes ou Efetivos – formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembleia.

III – Honorários – formada pelos demais associados que requererem seu ingresso particularmente.

ARTIGO SÉTIMO:

As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

ARTIGO OITAVO:

São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art. 12;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- c) Propor projetos e idéias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- d) Comparecer às Assembleias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas idéias e opiniões, bem como suas críticas e queixas;

ARTIGO NONO:

São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO DÉCIMO:

São órgãos da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis.

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

13

Parágrafo Segundo - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinopolis** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1.º.

Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:

A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinopolis**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 04 anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinopolis** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do Art.11.

Parágrafo Segundo - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos, ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São atribuições:

I – Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinopolis** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinopolis**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;

- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade
- i) Alienar, decidir sobre a aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II – De Cada Dirigente:

- a) Ao **Presidente compete**: Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao **Diretor Administrativo compete**: Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade;
- c) Ao **Diretor de Operações compete**: Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV – DAS ELEIÇÕES

ARTIGO DÉCIMO QUINTO:

As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros, bem como do *referendum* de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Segundo - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

V – DA PROGRAMAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEXTO:

A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único – Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:

O Patrimônio e a Receita Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único – toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

M. das Com.
15
15

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

ARTIGO DÉCIMO OITAVO:

Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO DÉCIMO NONO:

A dissolução da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembleia.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO VIGÉSIMO:

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:

O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 03 de Janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:

Não haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrada em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto.

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012.



MARIA CRISTINA CAPUTO
Presidente



Cartorio do 1º Ofício de Coxim - MS

Registro de Pessoa Jurídica

Protocolado sob nº 00007294 e averbado sob nº 00 a margem
do Reg nº 00000163-Ly. A-1. Coxim-MS, 6 de Janeiro de 2012

[Handwritten signature]

OFICIAL

HERVÉ CASTILHO FONTOURA

TABELÃO TOTAL: R\$79,20 (Emol: R\$69,84 FunjeCC 10% R\$7,20, FunjeCC 3% R\$2,16 e

-Fonadeo R\$0,00)SELO DIGITAL: AAH96644 087 - Consulta:

NAUDY CASTILHO FONTOURA/www.tjms.jus.br

SUBSTITUTA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS

ATA n.º 03 - Atualização do Estatuto Social, Alteração da Diretoria e criação do Conselho Comunitário

Aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze, as 19:00 horas, na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembléia Geral, convocada através de comunicado afixado na sede da associação, para Atualização do Estatuto Social, Alteração da Diretoria e criação do Conselho Comunitário. A seguir a secretária da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** leu e distribuiu uma cópia da minuta de alteração estatutária para todos, em seguida foram dados alguns minutos para que os presentes dessem suas opiniões, o que foi feito por alguns membros. Ao termino de todas as opiniões, foi o estatuto lido novamente para todos que depois de aprovado por unanimidade passou a ter a seguinte redação.

ESTATUTO SOCIAL. I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS. ARTIGO PRIMEIRO: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de **Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro, CEP: 79530-000.**

Parágrafo Único – A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** utilizará como denominação fantasia **FM 87,9 ALCINÓPOLIS** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I – beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Parágrafo Segundo – Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

Parágrafo Terceiro – Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO: Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO: A receita da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural**

de Alcinoópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras) dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes. **II – DOS ASSOCIADOS. ARTIGO QUINTO:** Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede nesta cidade, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto. **ARTIGO SEXTO:** A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis será composta pelas seguintes categorias de associados: **I – Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação. **II – Contribuintes ou Efetivos** – formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembléia. **III – Honorários** – formada pelos demais associados que requererem seu ingresso particularmente. **ARTIGO SÉTIMO:** As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral. **ARTIGO OITAVO:** São direitos e deveres dos associados: a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art. 12; b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral; c) Propor projetos e idéias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral; d) Comparecer às Assembléias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas idéias e opiniões, bem como suas críticas e queixas. **ARTIGO NONO:** São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão. **III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO. ARTIGO DÉCIMO:** São órgãos da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis . a) Assembléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Comunitário. **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO.** A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º. **Parágrafo Primeiro** - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. **Parágrafo Segundo** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. **Parágrafo Terceiro** - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1º. **Parágrafo Quarto** – A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este

estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º. **ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:** A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 04 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do Art.11. **Parágrafo Segundo** - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos, ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. **ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:** São atribuições: **I** – Da Diretoria: a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade; b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais; c) Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis em atos públicos ou internos; d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis; e) Apresentar relatório anual à Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades; f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro; g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins; h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade; i) Alienar, decidir sobre a aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembléia Geral. **II** – De Cada Dirigente: a) Ao **Presidente compete:** Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário; b) Ao **Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade; c) Ao **Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado. **ARTIGO DÉCIMO QUARTO:** O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. **Parágrafo Único** – O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido



contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação. **IV – DAS ELEIÇÕES. ARTIGO DÉCIMO QUINTO:** As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominativa completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do *referendum* de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar. **Parágrafo Primeiro** - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. **Parágrafo Segundo** - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembléia Geral. **V – DA PROGRAMAÇÃO. ARTIGO DÉCIMO SEXTO:** A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. **Parágrafo Único** – Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **VI – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO. ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:** O Patrimônio e a Receita Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural. **Parágrafo Único** – toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO. ARTIGO DÉCIMO OITAVO:** Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. **ARTIGO DÉCIMO NONO:** A dissolução da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembléia. **VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. ARTIGO VIGÉSIMO:** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado. **ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** O presente estatuto foi aprovado na Assembléia Geral de 03 de Janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. **ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Não haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrada em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto. Alcino, MS, 03 de Janeiro de 2012. Após, realizou-se a convocação de Assembléia Geral, para, nos termos do Estatuto Social, todos votassem para a escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Comunitário da associação. A Senhora **Maria Cristina Caputo** agradeceu a todos os anteriores membros da Diretoria e apresentou os novos Diretores e o Conselho Comunitário para que fossem analisados e votados, após uma ligeira pausa a votação foi aprovada. Concluída a votação a Diretoria e o Conselho Comunitário foram eleitos por unanimidade, pelo período de 4 (quatro) anos de mandato (de 03 de Janeiro de 2012 à 03 de Janeiro de 2016), ficando composta da seguinte maneira: **Presidente – Maria Cristina Caputo**, brasileira, solteira, autônoma, RG n.º 18.307.844-5 SSP/SP, CPF n.º 074.199.718-54, residente e

domiciliada na Rua W-9- Joaquim Pereira França, n.º 1000 - Fundos, Bairro Martins França, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS. **Diretor Administrativo – Sirlei Aparecida Rulli Teodoro**, brasileiro, divorciado, autônomo, RG n.º 668.266 SSP/MS, CPF n.º 638.008.531-91, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa, n.º 10318, Centro, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS. **Diretor de Operações – Marcelo Henrique de Souza**, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, RG n.º 45.823.698-6 SSP/SP, CPF n.º 353.791.438-57, residente e domiciliado na Rua W-9- Joaquim Pereira França, n.º 1000 - Fundos, Bairro Martins França, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS. **Conselho Comunitário: Edson Vitorino dos Santos**, brasileiro, casado, funcionário publico, RG n.º 00.108.025-5 SSP/MS, CPF n.º 298.364.091-49, residente e domiciliado na Av. Veraldo Fernandes Barbosa, n.º 228, Cep: 79116-260, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação dos Apicultores de Alcinópolis, CNPJ n.º 10.919.528/0001-12. **Rosimeire de Assis Machado**, brasileira, casada, funcionária publica, RG n.º 00.096.368-0 SSP/MT, CPF n.º 827.160.991-20, residente e domiciliada na Av. Virgilio Jose Carneiro, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcinópolis, CNPJ n.º 05.616.607/0001-14. **Paulo de Carvalho Neto**, brasileiro, casado, funcionário publico, RG n.º 00.078.612-7 SSP/MS, CPF n.º 784.737-801-91, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação dos Moradores da Cohabs I, II, III, CNPJ n.º 05.345.835/0001-05. **Teresinha Batista de Souza Lima**, brasileira, casada, funcionária publica, RG n.º 00.065.044-2 SSP/MS, CPF n.º 501.477.901-82, residente e domiciliada na Rua Maria Barbosa Carneiro, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcinópolis, CNPJ n.º 12.321.731/0001-51. **Adileu Rodrigues Dantes**, brasileiro, divorciado, autônomo, RG n.º 23.657.037-7 SSP/SP, CPF n.º 023.640.658-28, residente e domiciliado na Av. Virgilio Jose Carneiro, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação do Assentamento Santa Fé II, CNPJ n.º 12.997.084/0001-69. Após proclamados, os eleitos foram empossados nos respectivos cargos. Eu, Diretora Administrativa, lavrei a presente Ata, que lida, foi aprovada pelos presentes, que assino juntamente com a Presidente da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, toda a Diretoria e o Conselho Comunitário. Campo Grande, MS, 03 de Janeiro de 2012.

Maria Cristina Caputo

Sirlei Aparecida Rulli Teodoro

Marcelo Henrique de Souza

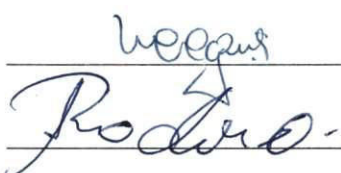
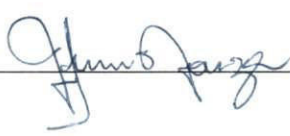


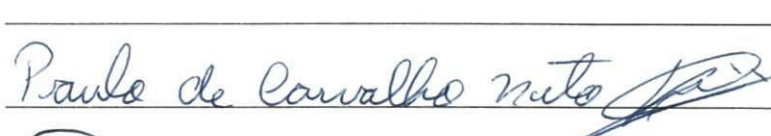
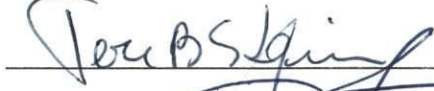
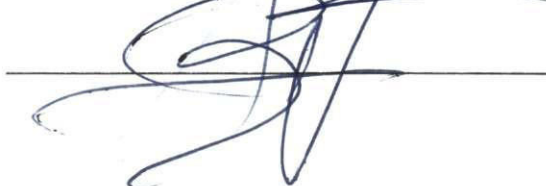
Edson Vitorino dos Santos

Rosimeire de Assis Machado

Paulo de Carvalho Neto

Teresinha Batista de Souza Lima

Adileu Rodrigues Dantes



Cartorio do 1º Ofício de Coxim - MS

Registro de Pessoas Jurídicas

Protocolado sob nº 00007295 e averbado sob nº **10** a margem
do Reg. nº 00000163-Lv. A-1. Coxim-MS, 6 de janeiro de 2012

LUIZ HERVÉ CASTILHO FONTOURA
TABELIAO

[Assinatura]
OFICIAL

NAUDY CASTILHO FONTOURA
SUBSTITUTA


TOTAL: R\$79,20 (Emol: R\$69,84, FunjeCC 10% R\$7,20, FunjeCC 3% R\$2,16 e
Adop: R\$0,00) SELO DIGITAL: AAH96645 431 - Consulta:
<http://www.tjms.jus.br>

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **MARIA CRISTINA CAPUTO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS**, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012



Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro abaixo, as pessoas responsáveis pela gestão das atividades:

- *Área editorial – Maria Cristina Caputo de nacionalidade Brasileira, solteira, empresaria, portadora do RG 18.307.844-5 SSP/SP e do CPF 074.199.718-54, residente e domiciliada na Av.Joaquim Pereira França, 1000 – Fundos, Bairro Martins França, município de Alcinópolis - MS;*
- *Direção da programação – – Maria Cristina Caputo de nacionalidade Brasileira, solteira, empresaria, portadora do RG 18.307.844-5 SSP/SP e do CPF 074.199.718-54, residente e domiciliada na Av.Joaquim Pereira França, 1000 – Fundos, Bairro Martins França, município de Alcinópolis - MS;*

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012

M. Cristina Caputo

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente

C/C

NASCIMENTO 02.12.66

INSCRIÇÃO NO CPF 074 199 718 54

CONTRIBUINTE

MARIA CRISTINA CAPUTO

Vinicius de Oliveira Gonçalves
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE ALCINÓPOLIS.
RUA FREI GILBERTO JOSÉ MOTTER, 106 CEP: 76630-000
TEL: (67) 3260-1745 - ALCINÓPOLIS - MATO GROSSO DO SUL

AUTENTICAÇÃO

Confiro com o original que me foi apresentado:

Alcinópolis - MS 09/14 Janeiro 2012

Em testº *Vinicius* Da verdade.

VÁLIDO EM TODA A REDE DIGITAL Nº ACB 79769-468

Vinicius de Oliveira Gonçalves
Escrevente Autorizado

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Vinicius

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE ALCINÓPOLIS.
RUA FREI GILBERTO JOSÉ MOTTER, 106 CEP: 76630-000
TEL: (67) 3260-1745 - ALCINÓPOLIS - MATO GROSSO DO SUL

AUTENTICAÇÃO

Confiro com o original que me foi apresentado:

Alcinópolis - MS 09/14 Janeiro 2012

Em testº *Vinicius* Da verdade.

VÁLIDO EM TODA A REDE DIGITAL Nº ACB 79770-439

Vinicius de Oliveira Gonçalves
Escrevente Autorizado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1876-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUTY

Vinicius
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 18.307.844-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/SET/87

NOME **MARIA CRISTINA CAPUTO**

FILIAÇÃO **SEBASTIÃO CAPUTO E MARIA SOGOBI CAPUTO**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
SANTANA PONTE PENSE - 02/DEZ/196
SP

DOC. ORIGEM **SANTA FE DO SUL_SP**
SANTANA DA PONTE PENSE
CN:LV.A5 /FLS.55V /N.00300
CPF **074199718/54**

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 116 DE 29/01/81



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao que prescreve a Norma n.º 1/2011 do Serviço de Radiodifusão Comunitária que:

- Todos os Dirigentes da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, residem no município de Alcinópolis - MS, na área da comunidade a ser atendida pela estação, conforme parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.


Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012


Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente


DECLARAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

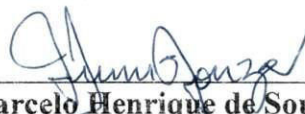
Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinopolis**, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de Fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Maria Cristina Caputo
Presidente
CPF: 074.199.718-54



Teresinha Batista de Souza Lima
Conselho Comunitário
CPF n.º 501.477.901-82

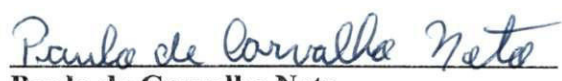

Sirlei Aparecida Rulli Teodoro
Diretora Administrativo
CPF n.º 638.008.531-91


Adileu Rodrigues Dantes
Conselho Comunitário
CPF n.º 023.640.658-28


Marcelo Henrique de Souza
Diretor de Operações
CPF n.º 353.791.438-57


Edson Vitorino dos Santos
Conselho Comunitário
CPF n.º 298.364.091-49


Rosimeire de Assis Machado
Conselho Comunitário
CPF n.º 827.160.991-20


Paulo de Carvalho Neto
Conselho Comunitário
CPF n.º 784.737.801-37

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis

- **Maria Cristina Caputo:** RG nº 18.307.844-5 SSP/SP e CPF nº 074.199.718-54, residente e domiciliada na Rua W-9- Joaquim Pereira França, nº 1000 - Fundos, Bairro Martins França, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Sirlei Aparecida Rulli Teodoro:** RG nº 668.266 SSP/MS e CPF nº 638.008.531-91, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa, nº 1.318, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Marcelo Henrique de Souza:** RG nº 45.823.698-6 SSP/SP e CPF nº 353.791.438-57, residente e domiciliado na Rua W-9- Joaquim Pereira França, nº 1000 - Fundos, Bairro Martins França, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Edson Vitorino dos Santos:** RG nº 00.108.025-5 SSP/MS e CPF nº 298.364.091-49, residente e domiciliado na Av. Veraldo Fernandes Barbosa, nº 228, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Rosimeire de Assis Machado:** RG nº 00.096.368-0 SSP/MT e CPF nº 827.160.991-20, residente e domiciliada na Av. Virgilio Jose Carneiro, s/nº, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Paulo de Carvalho Neto:** RG nº 00.078.612-7 SSP/MS e CPF nº 784.737.801-91, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa, s/nº, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Teresinha Batista de Souza Lima:** RG nº 00.065.044-2 SSP/MS e CPF nº 501.477.901-82, residente e domiciliada Rua Maria Barbosa Carneiro, s/nº, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Adileu Rodrigues Dantes:** RG nº 23.657.037-7 SSP/SP e CPF nº 023.640.658-28, residente e domiciliado na Av. Virgilio Jose Carneiro, s/nº, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Jorge Alves da Silva:** RG nº 678.096 SSP/MS e CPF nº 542.377.341-53, residente e domiciliado na Rua Maria Barbosa Carneiro nº 600, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Patricia Maria de Moraes:** RG nº 551.977 SSP/MS e CPF nº 091.534.778-47, residente e domiciliado na Rua Maria Barbosa Carneiro nº 640, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Jaime de Souza Junior:** RG nº 19.240.077 SSP/MS e CPF nº 062.350.398-08, residente e domiciliado na Rua Maria Barbosa Carneiro nº 660, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.

- **Eder Carlos Chiareti:** RG nº 25.873.097 SSP/SP e CPF nº 178.213.618-52, residente e domiciliado na Fazenda Valéria – Zona Rural, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Weber Brito Moreira:** RG nº 001.147.424 SSP/MS e CPF nº 001.191.661-35, residente e domiciliado na Rua Maria Barbosa Carneiro nº 443, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **João Aparecido Alves da Silva:** RG nº 412.927 SSP/MS e CPF 156.145.854-34, residente e domiciliado na Rua Galdino Flavio de Moraes, s/nº, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **João da Silva Souza:** RG nº 638.433 SSP/MS e CPF 998.963.658-54, residente e domiciliado na Rua Maria Veronica de Jesus nº 72, COHAB II, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Márcia Isabel de Souza:** RG nº 14.836.581-4 SSP/SP e CPF nº 051.568.088-59, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa s/nº, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Tarcisio Conegundes de Jesus:** RG nº 13.549.711 SSP/SP e CPF nº 017.794.568-08, residente e domiciliado na Av. Adolfo Alves Carneiro s/nº, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Deuseli Crisostomo da Silva:** RG nº 851.990 SSP/MS e CPF nº 817.046.071-81, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa nº 595, COHAB, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.
- **Joselene Martins Pereira:** RG nº 073.315-0 SSP/MS e CPF nº 595.323.861-49, residente e domiciliado na Rua Maria Barbosa Carneiro nº 600, Centro, no município de Alcinópolis – MS / CEP 79530-000.

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA,
EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS**

Associação das Comunidades
de Alcino
Alcino, 15 de Abril de 2011
088

SEGUNDA A SEXTA - FEIRA		
HORARIO		NOME
INICIO	TERMINO	
05:00	08:00	CLASSICO SERTANEJO
08:00	11:00	FREQUENCIA MAXIMA
11:00	13:00	FESTAS E EVENTOS
13:00	16:00	ENERGIA 87
16:00	18:00	SERTANEJO BOM D +
18:00	18:15	AVE MARIA
18:15	19:00	NOTICIAS
19:00	20:00	VOZ DO BRASIL
20:00	23:00	FIM DE NOITE

SABADO		
HORARIO		NOME
INICIO	TERMINO	
05:00	08:00	ESTILO SERTANEJO
08:00	11:00	BOM DIA 87
11:00	14:00	ESTAÇÃO SERTANEJA
14:00	16:00	MUSICAL
		IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO PRIMITIVO DE JESUS
16:00	17:00	
17:00	20:00	MODA SERTANEJA
20:00	23:00	FIM DE NOITE

DOMINGO		
HORARIO		NOME
INICIO	TERMINO	
05:00	08:00	CLASSICO SERTANEJO
08:00	10:00	ASSESSO FM
10:00	11:00	IGREJA ASSEMBLEIA DE MATO GROSSO
11:00	12:00	IGREJA TEMPLO DOS MILAGRES
12:00	14:00	EXPLOÇÃO MIX
14:00	17:00	MUSICAL
20:00	23:00	FIM DE NOITE

A grade de programação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino atende aos interesses da comunidade local, por ser verdade assina abaixo todos os representantes do Conselho Comunitário.

Edson Vitorino dos Santos Edson Vitorino dos Santos

Rosimeire de Assis Machado Rosimeire de Assis Machado

Paulo de Carvalho Neto Paulo de Carvalho Neto

Teresinha Batista de Souza Lima Teresinha Batista de Souza Lima

Adileu Rodrigues Dantes Adileu Rodrigues Dantes

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

[illegible]

Portaria de Autorização nº 169 de 12/05/2000 Publicada no D.O.U de 16/05/2000

Decreto Legislativo n° 443 de 09/11/2001 Publicado no D.O.U de 12/11/2001

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R	U	A	W	-	0	9	-	J	O	A	Q	U	I	M	P	.	F	R	A	N	Ç	A	-	1	0	0	0									
BAIRRO																	CIDADE																			
C	E	N	T	R	O												A	L	C	I	N	O	P	O	L	I	S									
CIDADE (CONTINUAÇÃO)																	UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS																	
																	M	S																		
																	1	8	°	1	9	'	4	9	"	S	5	3	°	4	2	'	4	4	"	W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO

SIM

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R	U	A		W	-	0	9	-	J	O	A	Q	U	I	M	P.	F	R	A	N	Ç	A	-	1	0	0	0																		
BAIRRO																CIDADE																													
C	E	N	T	R	O												A	L	C	I	N	O	P	O	L	I	S																		
CIDADE (CONTINUAÇÃO)																								UF								COORDENADAS GEOGRÁFICAS													
																	M	S																											
																	1	8	'	1	9	'	4	9	"	S		5	3	'	4	2	'	4	4	"	W								

- São as mesmas coordeandas que constam na última licença expedida?

NÃO

SIM

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO

SIM

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema de interesse”)

LOGRADOURO

R U A W - 0 9 - J O A Q U I M P .										F R A N Ç A - 1 0 0 0											
BAIRRO										CIDADE											
C E N T R O										A L C I N O P O L I S											
CIDADE (CONTINUAÇÃO)										UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS									
										M S		1 8 ° 1 9 ' 4 9 " S 5 3 ° 4 2 ' 4 4 " W									

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 43989/78-5 R
de Visto 3029-MS



4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																														
E	T	E	L	J	-	E	M	P	R	E	S	A	D	E	T	E	L	E	C	J	A	L	E	S	L	T	D	A		
MODELO															POTÊNCIA DE FABRICA					N° HOMOLOGAÇÃO										
T	F	M		2	5	1	0	0	5					2	5	,	0		watts	0	7	0	8	0	1	X	0	2	3	2
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO															POTÊNCIA MEDIDA															
2	5	,	0											2	5	,	0		watts											
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO															FREQUENCIA MEDIDA															
8	7	,	9											8	7	,	9		MHz											

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																														
MODELO															POTÊNCIA DE FABRICA					N° HOMOLOGAÇÃO										
																,		watts												
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO															POTÊNCIA MEDIDA															
																		watts												
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO															FREQUENCIA MEDIDA															
																		MHz												

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados
que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA															MODELO															
G	O	B	E	R		E	L	E	T	R	O	N	I	C	A	L	T	D	A	G	P	T	0	1						
GANHO max (Gt)					ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO					ALTURA DA TORRE					ALTITUDE DO LOCAL															
	0	,	0			3	0		m		3	0	,	0	m		4	2	7											m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☐

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE															MODELO														
K	M	P																	R	G	-	2	1	3					
COMPRIMENTO(L)					ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)					PERDAS NA LINHA (PL)					EFICIÊNCIA DA LINHA (η)														
3	5	,	0	m		2	,	3	dB		0	,	8	dB		0	,	8	3										

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha (η) = $10^{-\frac{PL}{10}}$

100

10

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações 2
CREA n° 398978-5/R
Visto 3029-MS

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

- O TRANSMISSOR ESTA EM BOAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, POR OCASIÃO DA VISTORIA.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

- Medidor de frequência
- Medidor de harmônicos
- Medidor de corrente AC
- Osciloscópio
- Wattímetro
- Medidor de intensidade de campo

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

M A U R O D E C A S T R O

ENDEREÇO

A V J U L I O D E C A S T I L H O - 6 6 1

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

V I L A A L B A

BAIRRO

CIDADE

C A M P O G R A N D E U F M S

REG.CREA

3 0 2 9 - M S E N G E N H E I R O D E C O M U N I C A Ç Õ E S

FORMAÇÃO

CEP

7 9 1 0 0 - 0 0 5 0 6 7 - 3 3 6 1 4 8 9 8

TELEFONE

FAX

E-MAIL

P L E N A E N G E N H A R I A @ T E R R A . C O M . B R

LOCAL

C A M P O G R A N D E - M S DATA 0 5 / 0 1 / 2 0 1 2

ASSINATURA

Mauro de Castro

Eng. de Comunicações
CREA n° 13989/78-5 R
Visto 3029-MS

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CREA-MS****Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul****ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal nº 6.496/77**Rua Sebastião Taveira, 272 Bairro Monte Castelo
CEP 79010-480 Campo Grande-MS
Fone (67) 3368-1000 FAX (67) 3356-1112
Site: www.creams.org.br E-mail: creams@creams.org.br**Nº 11343264****ART WEB****RESPONSÁVEL TÉCNICO/CONTRATADO**

1. NOME DO PROFISSIONAL - 2. TÍTULO
MAURO DE CASTRO - Engenheiro de Comunicações
3. Nº REGISTRO-VISTO
RJ37144D-3209
4. ENDEREÇO PROFISSIONAL
AV. JULIO DE CASTILHO, 661 VILA ALBA CAMPO GRANDE/MS
5. TELEFONE
33614898
6. NOME DA EMPRESA CONTRATADA
7. Nº REGISTRO
8. CNPJ

CONTRATANTE

9. NOME DO CONTRATANTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS
10. CPF OU CNPJ
02.162.391/0001-76
11. ENDEREÇO DO CONTRATANTE
RUA W - 09 - JOAQUIM PEREIRA FRANÇA, 1000 - CENTRO
12. CIDADE/UF DO CONTRATANTE
ALCINOPOLIS/MS
13. CEP
79.530-000
14. TELEFONE
15. NOME DO PROPRIETÁRIO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS
16. CPF OU CNPJ
02.162.391/0001-76
17. TELEFONE

LOCAL DA OBRA OU SERVIÇO

18. ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO
RUA W - 09 - JOAQUIM PEREIRA FRANÇA, 1000 - CENTRO
19. CIDADE/UF DA OBRA/SERVIÇO
ALCINOPOLIS/MS
20. CEP
79.530-000
21. TELEFONE

TIPO DE ART/VÍNCULO/PARTICIPAÇÃO

22. MODELO ART
NORMAL
23. TIPO DE REGISTRO
NORMAL
24. TIPO ART
SERVIÇO
25. VÍNCULO
AUTÔNOMO
26. PARTICIPAÇÃO
INDIVIDUAL
27. VINCULADA A ART Nº
DO PROFISSIONAL/Nº REGISTRO
/

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

OBJETO	CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE	UNIDADE
5 LAUDO TÉCNICO	B0109 RADIOFUSÃO	1 ATUACAO	1,0000	20 HORAS
15 VISTORIA	B0109 RADIOFUSÃO	1 ATUACAO	1,0000	20 HORAS
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

TIPO DE ART E DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO CONTRATADO

28. TIPO DE ART - RESUMO DO CONTRATO: DESCRIÇÃO DA OBRA E/OU SERVIÇO CONTRATADO

TIPO DE ART: SERVIÇO

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE UMA EMISSORA DE FREQUENCIA MODULADA, COMUNITÁRIA, OPERANDO COM 25 WATTS DE POTÊNCIA.

29. ENTIDADE DE CLASSE

AEACG - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Grande

30. VALOR DO CONTRATO

1.500,00

31. VALOR DOS HONORÁRIOS

1.500,00

32. VALOR DO DOCUMENTO

33,00

LOCAL E DATACAMPO GRANDE/MS
05/01/2012

Declaro como verdadeiras as informações acima

Declaro como verdadeiras as informações acima

Profissional

Contratante

CPF: 028.844.321/0001-53

CPF/CNPJ: 02.162.391/0001-76

ESTE DOCUMENTO ANOTA PERANTE O CREA/MS, PARA OS EFEITOS LEGAIS, O CONTRATO E O AUTO VERBAL REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77).

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creams.org.br informando o número desta ART.

Importante: Ao encerrar as atividades e/ou contrato, informar a baixa desta ART ao CREA-MS apresentando a primeira via assinada no verso pelo profissional e contratante.

Valor ART R\$ 33,00

Registrada em 05/01/2012 Valor Pago: 33,00

Nosso Numero: 240060100113432647

[1ª via CREA-MS] - [2ª via Profissional] - [3ª via Contratante] - [4ª via Obra/Serviço] - [5ª via Prefeitura/Outros Órgãos]

CAIXA**104-0****10490.73354 63006.201048 01134.326493 1 52480000003300**

Local de Pagamento CASAS LOTÉRICAS, AGÊNCIAS DA CAIXA E REDE BANCÁRIA.					Vencimento CONTRA-APRESENTAÇÃO
Cedente CREA-MS Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/MS				CNPJ 15.417.520/0001-71	Agência/Código do Cedente 1464/073356-3
Data do Documento 05/01/2012	Nr. Documento 11343264	Espécie Dcto. N	Aceite N	Data do processamento 04/02/2012	Nosso Número 24006010011343264-7
Uso do Banco SR	Carteira SR	Espécie R\$	Quantidade X	Valor X	(=)Valor documento 33,00
Texto de Responsabilidade do Cedente Anotação de Responsabilidade Técnica: ARTWEB Nº 11343264 Empresa Contratada: - Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS Cpf/Cnpj: 02.162.391/0001-76 Tipo ART: SERVIÇO Cidade da Obra/Serviço: ALCINOPOLIS/MS					(-)Desconto/Abatimentos 3A
Sr(a). Profissional. Este documento pode ser quitado em QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA, CASAS LOTÉRICAS e no BANCO POSTAL DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS. IMPORTANTE: APÓS 19/02/2012, PAGÁVEL SOMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS E AGÊNCIAS DA CAIXA.					(-)Outras deduções
					(+)Mora/Multa
					(+)Outros acréscimos
					(=)Valor cobrado
Sacado RJ37144D - MAURO DE CASTRO AV. JULIO DE CASTILHO, 661 VILA ALBA 79100005 CAMPO GRANDE/MS					CPF/CNPJ 02984741153
Sacador/Avalista					



Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO

05/01/2012 - BANCO DO BRASIL - 20:25:20
444704447 0007

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

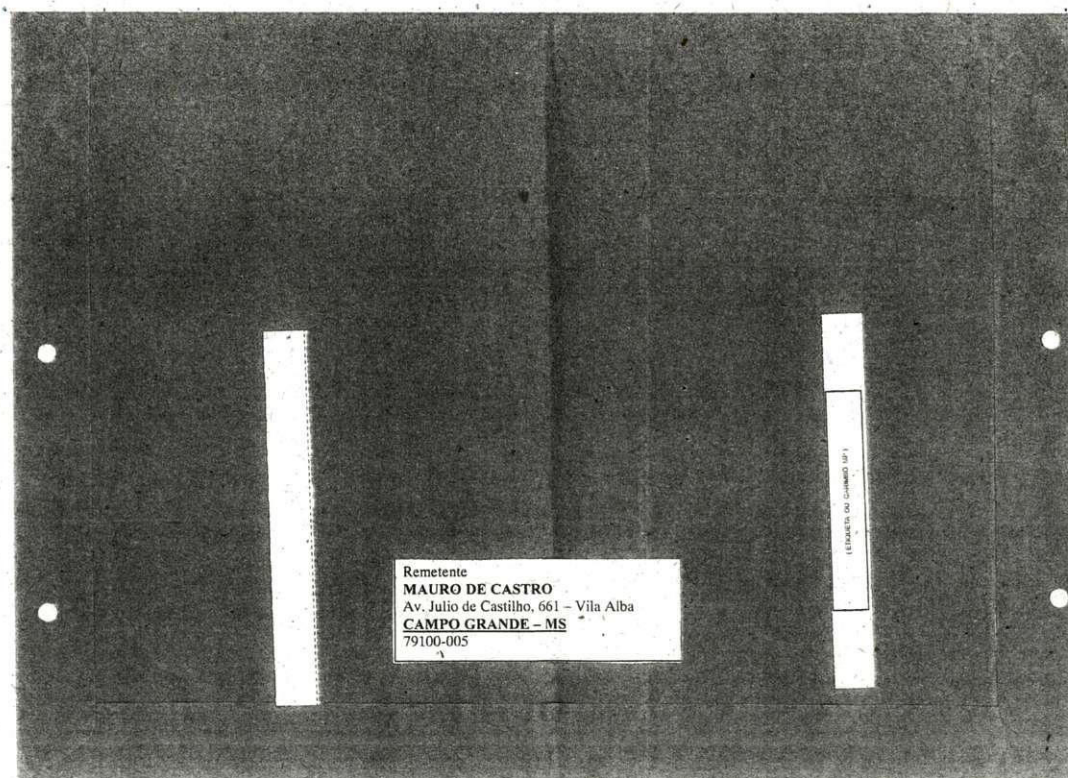
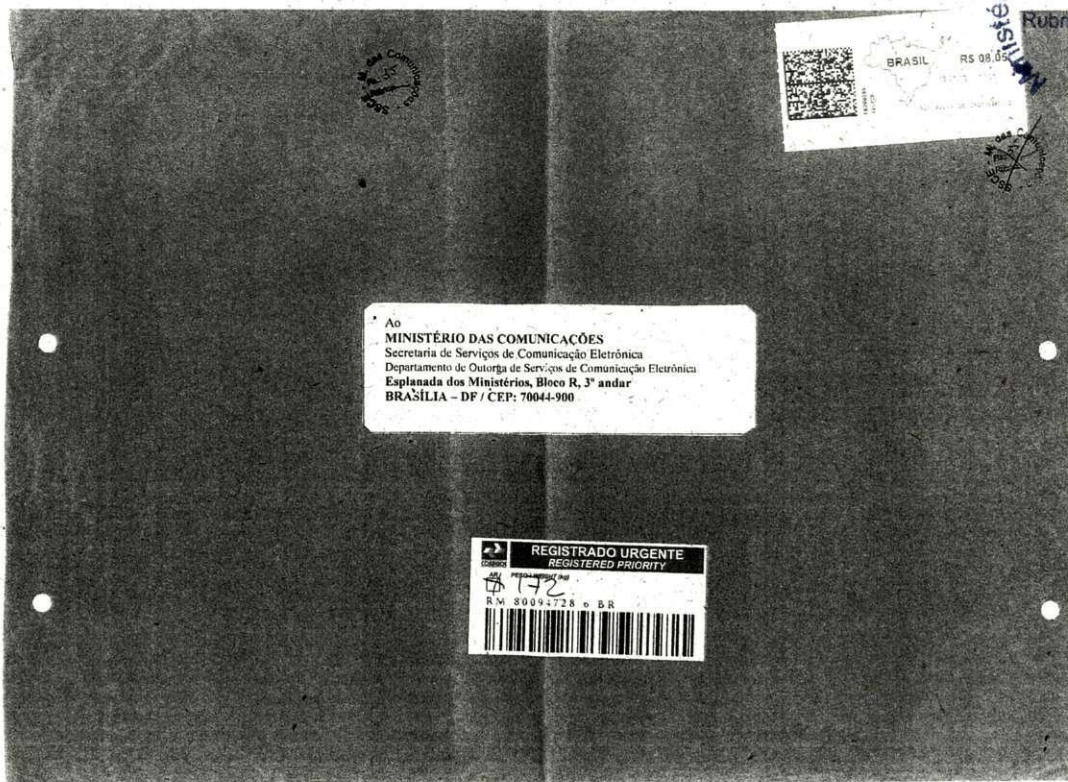
CLIENTE: MAURO DE CASTRO *
AGENCIA: 4447-4 CONTA: 25.257-3

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10490733546300620104801134326493152480000003300
NR. DOCUMENTO 10.503
DATA DO PAGAMENTO 05/01/2012
VALOR DO DOCUMENTO 33,00
VALOR COBRADO 33,00

NR.AUTENTICACAO 9.629.28A.548.557.470

Transação efetivada com sucesso!





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 2023/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.057909/2011

Processo de Outorga nº 53700.001246/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Alcinópolis / MS**, conforme Portaria de autorização nº 169, publicada no D.O.U. de 16/05/2000 e Decreto Legislativo nº 443, publicado no D.O.U. de 12/11/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de indícios de que a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural se sujeita à orientação ou ao domínio de outras organizações mediante relações político-partidárias, o que denotaria a infração ao disposto no art. 11, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3. Dessa forma, solicitam-se esclarecimentos a respeito dos pontos abaixo descritos:

I. A presidente da entidade, Sra. Maria Cristina Caputo e a vice-presidente, Sra. Sirlei Aparecida Rulli Teodoro exerceram o cargo de vereadoras de Alcinópolis em 2000 e 2004 (conforme anexos 1 e 2). Ressalte-se que as duas vereadoras tiveram seus mandatos cassados em 2007. *reeleitas em 2012 (ele. 2016)*

4. Além dos indícios de vinculação política enumerados acima, resta, ainda, esclarecer as seguintes irregularidades que podem configurar infrações à Lei 9.612/1998:

I. Durante o período de dez anos em que esteve autorizada, a entidade jamais apresentou qualquer Ata de Eleição dos Membros da Diretoria e não encaminhou o ato que instituiu o seu conselho comunitário nos moldes do art. 8º da Lei 9.612/1998, ou seja, composto por, no mínimo, cinco pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores. Dessa forma, deverá ser esclarecido porque esses documentos não foram levados oportunamente ao conhecimento do Ministério das Comunicações, conforme determina o art. 13 da Lei 9.612/1998.

5. A entidade deverá esclarecer ainda o motivo de não ter se manifestado acerca de denúncia apresentada em seu desfavor (anexo 3). Tais esclarecimentos foram solicitados por meio do ofício nº 1047/2006, AR Postal em 15/03/2006 (anexo 4).

nf/CGRC

6. Sendo assim, este Departamento considera necessária a manifestação desta entidade a respeito dos fatos supracitados, com intuito de que sejam assegurados a proponente os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CONCLUSÃO

7. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

8. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 27 de julho de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Analista / Economista

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2023/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 30 de julho de 2012.



VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Substituta



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 2998 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 06 de agosto de 2012.

À Senhora

MARIA CRISTINA CAPUTO

Representante Legal da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural
Rua W – 09 – Joaquim Pereira França, nº 1000, Centro
79.530-000 Alcínópolis - MS

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à Análise do Processo nº 53000.057909/2011.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.057909/2011**, na localidade de **Alcínópolis / MS**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **2023/2012**, que solicita esclarecimento quanto a possíveis irregularidades constatadas nos autos.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade esclareça os pontos questionados.

Atenciosamente,


JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO (A)		Of. 2998 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC	
ENDEREÇO / ADRESSE		53000.057909/11	
CEP / CODE POSTAL		MARIA CRISTINA CAPUTO Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural Rua W - 09 - Joaquim Pereira França, nº 1000, Centro 79.530-000 Alcínio - MS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
<i>Maria Cristina Caputo</i>	<i>13/08/12</i>		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DE REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO / OR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
<i>18307844-5 SSKH</i>	<i>82040982A</i>		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	RQ 97198613 5 BR		
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT ____/____/____		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON ____/____/____ : ____ h		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGÊNCIA MINICOM		PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO (A) MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 CIDADE / 70044-900 Brasília-DF			
ENFEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR		UF BRASIL			

REN-EXIG

03

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76

Alcinópolis, MS, 11 de Setembro de 2012

Ofício n.º 200/2012



Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º Andar
CEP: 70044-900 / BRASILIA (DF)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 044179/2012-15

SEAPA/SCE

17/09/2012-08:00

Referência: Processo n.º 53000.057909/2011

Prezado (a) Senhor (a),

Em atendimento ao ofício n.º 2998/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC de 06/08/2012 e a Nota Técnica n.º 2023/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, em nome da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural**, requerente da renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Alcinópolis – MS.

Por motivo de saúde, força maior, conforme o item 8 da Nota Técnica, solicito a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para os devidos esclarecimentos, laudo médico em anexo.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo

Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro – Alcinópolis / MS – CEP: 79530-000

Setor



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Alcinoópolis
Secretaria Municipal de Saúde

Receituário



Atestado médico

*Atesto para os devidos fins, que
Maira Cristiane Caputo
encontra-se impossibilitada de
se locomover por tempo indetermin-
ado por motivo de problemas
de saúde a contar desta data.*

Alcinoópolis 11/09/2012

Unidade de Estratégia de Saúde da Família: 3260-1453
Unidade Básica de Saúde: 3260-1188
Hospital Municipal "Averaldo Fernandes Barbosa": 3260-1391
Secretaria Municipal de Saúde: 3260-1166

Dr. João Tavares Neto
CRM 6101MS
CPF 035 411 534-00
1 179 9 12-330-75

saudealcinopolis@bol.com.br

Voltando a consulta, favor trazer esta receita

Remetente

MAURO DE CASTRO

Av. Julio de Castilho, 661 – Vila Alba

CAMPO GRANDE – MS

CEP 79100-005



Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º Andar
CEP: 70044-900 / BRASÍLIA (DF)



31

REU DO EXIGREN

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76

Alcinópolis, MS, 15 de Outubro de 2012

Ofício n.º 229/2012

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 049245/2012-43

SEAPA/SCE

17/10/2012-07:52

Ao

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º Andar

CEP: 70044-900 / BRASILIA (DF)**Referência: Processo n.º 53000.057909/2011**

Prezado (a) Senhor (a),

1. Atendendo ao solicitado no ofício n.º 2998/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC de 06/08/2012 e a **Nota Técnica n.º 2023/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC**, em nome da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, requerente da renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de ALCINÓPOLIS-MS, foi encaminhado o ofício n.º 200/2012 de 11 de setembro de 2012, via sedex com AR, e no qual solicitava a devida prorrogação de prazo, conforme cópia (anexo 01).
2. Atendendo o item 2., e o item 3.I., da Nota técnica: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** não se sujeita à orientação ou domínio de outras organizações mediante relações político-partidárias, pois que, nenhum de seus diretores, enquanto pertencentes aos seus cargos, pertenceram a cargos políticos conforme Declaração da Câmara Municipal de Alcinópolis-MS (anexo 02).
3. Atendendo o item 4.I., da Nota técnica: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** realizou nos prazos devidos as reuniões da Assembleia e pelas referidas Atas, todas as alterações e posses dos novos diretores foram feitas e seguem com as referidas cópias, bem como informamos que o Conselho Comunitário foi encaminhado ao Ministério das Comunicações através do Requerimento para Renovação da Outorga para Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária encaminhado via sedex com AR (anexo 03).
4. Atendendo o item 5., da Nota Técnica: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** informa:
 - Que ao responder para a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desportos achou que estaria agindo corretamente, e nesta época a emissora tinha outro representante legal pela associação.

Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro – Alcinópolis / MS – CEP: 79530-000

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA n.º 13989/78-5 R
Visto 3029-MS



- E que **nunca disse** que a Rádio Comunitária de Alcinoópolis não é um serviço de utilidade pública.
- Bem como, que quando empossada como vereadora e no ato da posse **fiz o juramento como vereadora**, e não como diretora da rádio já que havia pedido afastamento do cargo de secretária da diretoria.
- Que o ofício nº 1047/2006 apesar de ter sido recebido conforme AR Postal em 15/03/2006 não chegou aos nossos conhecimentos, foi desviado e, portanto não foi respondido, mas não de forma proposital da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis**.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis
Pp.: Mauro de Castro

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA-MS 13989/78-5 R
Visto 3029-MS



ANEXO 1

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 3029-MS

Alcinópolis, MS, 11 de Setembro de 2012



Ofício n.º 200/2012

Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º Andar
CEP: 70044-900 / BRASILIA (DF)

Referência: Processo n.º 53000.057909/2011

Prezado (a) Senhor (a),

Em atendimento ao ofício n.º 2998/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC de 06/08/2012 e a Nota Técnica n.º 2023/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC, em nome da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural**, requerente da renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Alcinópolis – MS.

Por motivo de saúde, força maior, conforme o item 8 da Nota Técnica, solicito a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias para os devidos esclarecimentos, laudo médico em anexo.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 3029-MS



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Alcinoópolis
Secretaria Municipal de Saúde

Receituário

Atestado médico

*Atesto para os devidos fins, que
Maira Cristina Cagato
encontrar-se impossibilitada de
se locomover por tempo indetermin-
ado por motivo de problemas
de saúde a contar desta data.*

Alcinoópolis 11/09/2012
Dr. João Tavares Neto
CRM 610/MG
CPF 035 111 534-00
FONE 1159 12-337-PE

ESF - Unidade de Estratégia de Saúde da Família: 3260-1453
UBS - Unidade Básica de Saúde: 3260-1188
Hospital Municipal "Averaldo Fernandes Barbosa": 3260-1391
Secretaria Municipal de Saúde: 3260-1166

saudealcinopolis@bol.com.br

Voltando a consulta, favor trazer esta receita

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 3029-MS

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE <i>Ministério das Comunicações</i>			
ENDEREÇO / ADRESSE <i>Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária</i>			
CEP / CODE POSTAL <i>70044-900</i>		CIDADE / LOCALITÉ <i>Brasília</i>	UF / PAÍS / PAYS <i>DF</i>
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION <i>Resposta ao Ofício 2998/2012/CERC/DEOC</i>		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR <i>[Assinatura]</i>		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON <i>14/09/12</i>	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION <i>4 SET 2012</i>
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENTE <i>Agente de Correio: [Assinatura] Matrícula: 8.133.623-9</i>	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN02	AR	SX 05685861 1 BR						
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT <i>13 SET 2012</i>		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON						
	UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <i>Campo Grande</i>		<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>			1	2	3	:
1	2	3							
:	h	:							

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR <i>MAURO DE CASTRO</i>	
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <i>A.V. JULIO DE CASTILHO - 661</i>	
	<i>VILA ALBA</i>	
	CIDADE / LOCALITÉ <i>CAMPO GRANDE</i>	UF / PAÍS / PAYS <i>MS BRASIL</i>
	7 9 1 0 0 - 0 0 5	

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 3029-MS



ANEXO 2

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 3029-MS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

DECLARAÇÃO



Eu, **VALTER RONIZ DIAS DE SOUZA**, brasileiro, amasiado, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Alcinópolis, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1184778-6 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº 942.443.401-49, residente e domiciliado na cidade de Alcinópolis, MS. **DECLARO** para os devidos fins de Direito, e a quem possa interessar, que a Senhora Maria Cristina Caputo, exerceu o Cargo de Vereadora 1ª Secretária, no Biênio de 2005 e 2006, sendo que no ano de 2007 exerceu o cargo de Vereadora até o dia 14/11/2007.

E por ser expressão da verdade, firmo a presente para que produza os efeitos almejados.

Alcinópolis – MS, 10 de Setembro de 2012.

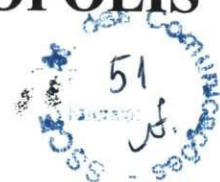
Atenciosamente.

VALTER RONIZ DIAS DE SOUZA

Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS



DECLARAÇÃO

Eu, **VALTER RONIZ DIAS DE SOUZA**, brasileiro, amasiado, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Alcinópolis, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1184778-6 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº 942.443.401-49, residente e domiciliado na cidade de Alcinópolis, MS. **DECLARO** para os devidos fins de Direito, e a quem possa interessar, que a Senhora Sirlei Aparecida Rulli Teodoro, exerceu o Cargo de Vereadora 1ª Secretária, no Biênio de 2001 a 2002, e de 2003 a 2004 o cargo de Vereadora. Já no Biênio de 2005 e 2006 exerceu o cargo de Presidente, sendo que no ano de 2007 exerceu o cargo de Vereadora até o dia 14/11/2007.

E por ser expressão da verdade, firmo a presente para que produza os efeitos almejados.

Alcinópolis – MS, 10 de Setembro de 2012.

Atenciosamente.


VALTER RONIZ DIAS DE SOUZA

Presidente



ANEXO 3

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 3029-MS

"ATA DE ASSEMBLEIA DA DIRETORIA"

ATA DA ASSEMBLEIA DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL COM EXPERIÊNCIA NA DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS, NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, PELA CONSCIENTIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA LUTA PELA IGUALDADE E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA CIDADE DE ALCINÓPOLIS E ADJACÊNCIAS, DENOMINADA "CANYON", ESTABELECIDA NA CIDADE DE ALCINÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 1997.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE HUM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE, A RUA 4-02, S/Nº, NESTA CIDADE DE ALCINÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REUNIRAM-SE EM ASSEMBLEIA GERAL, COM O OBJETIVO ESPECÍFICO DE TROCAR O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL COM EXPERIÊNCIA NA DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS, NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, PELA CONSCIENTIZAÇÃO DA JUVENTUDE, NA LUTA PELA IGUALDADE E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA CIDADE DE ALCINÓPOLIS E ADJACÊNCIAS, DENOMINADA "CANYON", PRESENTES AS PESSOAS A SEGUIR E QUE A ESTA SUBSCRIVEM-SE TODOS BRASILEIROS E RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DONIZETH MORAIS DE LIMA; RENILDO OLIVEIRA DOS SANTOS; JOÃO APARECIDO ALVES DA SILVA; JOÃO DA SILVA SOUZA; MARIA CRISTINA CAPUTO; PATRICIA MARIN DE MORAES; LUIZ ANTONIO PALATA E JESUS APARECIDO DE LIMA. INICIANDO A REUNIÃO FOI EXPLICADO QUE

TINA CAPUTO JÁ POSSUI SEU NOME INSCRITO NO CGC, FICANDO DESTA FORMA A MESMA IMPEDIBILITADA DE ABRIR A FIRMA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL COM ESPERANÇA NOS DIREITOS SOCIAIS, NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, PELA CONSCIENTIZAÇÃO DA JUVENTUDE, NA LUTA PELA IGUALDADE E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA CIDADE DE ALCINÓPOLIS E ADVANCIENTIS - "CANYON". DESTA FORMA FEI COLOCADO EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O NOME DE OUTRO ASSOCIADO PARA OCUPAR O CARGO DE PRESIDENTE, SENDO CITADO O NOME DA SRS PATRICIA MARIA DE MORAES PARA OCUPAR O CARGO DE PRESIDENTE, O QUE RESULTOU EM SUA APROVAÇÃO UNÂNIME. FICOU-SE ENTÃO A VOTAÇÃO DE QUEM IRIA OCUPAR O CARGO DE 1º CONSELHEIRO FISCAL, FICANDO ENTÃO A SRS MARIA CRISTINA CAPUTO OCUPANDO TAL CARGO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR NO MOMENTO A SENHORA PRESIDENTE ENCERROU OS TRABALHOS DA REUNIÃO, A QUAL PARA CONSTAR, FEI POR MIM ELABORADO A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA POR TODOS OS PRESENTES.

Maria Cristina Caputo
Luiz Antonio Palata
Patricia Maria de Moraes
João Aparecido A. da Silva
Reginaldo de O. Santos

Reginaldo de O. Santos
Reginaldo Alviras dos Santos



Jesus Aparecido de Lima
Anizeth Magreli de Lima
João da Silva Souza
Número 3167 Página 198
Apresentado no dia 28 de agosto de 1997
a.º de ord 15 018
COTIMA 20

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1998.

Aos dezesseis dias do mês de Maio de hum mil novecentos e noventa e oito, a Rua Y-02, nº 660 - Centro, nesta cidade de Alcinoópolis - Estado de Mato Grosso do Sul, reuniram-se os membros da Associação Canyon para a eleição e posse da nova diretoria. Iniciando os trabalhos a presidente Srª Patricia Maria de Moraes deu boas vindas a todos, logo em seguida colocou a chapa que estava inscrita como "Chapa Única" para ser votada, sendo que o critério usado se "SIM" ou "NÃO", sendo que o voto seria secreto. Logo após terminada a votação, fez-se a apuração, sendo eleita por unanimidade de votos a "Chapa Única", ficando então a Nova Diretoria e Conselho Fiscal depois de escolhido assim. Constituído Presidente: Patricia Maria de Moraes; Vice Presidente: João Aparecido Alves da Silva; Secretária: Maria Cristina Caputo; Tesoureiro: Luiz Carlos Palata; Conselho Fiscal: 1º João da Silva Souza, 2º Jesus Aparecido de Lima e 3º Denizeith Moraes e Silva. A Srª Presidente fez uso da palavra agradecendo a presença de todos e agradecendo também a Deus pelo encaminhamento dos trabalhos. Nada mais a se tratar deu encerrada a presente eleição e posse. Eu Wlton (Maria Cristina Caputo) Secretária, lavrei a presente Ata que após de lida vai assinada por todos os presentes.

Maria Cristina Caputo.

Wlton
Ata

56
Comunicação

Gas da Jila Jungs.
Jair Luis Alt
Aime de Souza Jungs
Edilson O. Gomes
Marco Antonio Ramalho Reis
João Aparecido Alves da Silva
Luciana Pereira da Cunha Salato Rinaldi
Denizete Moraes de Lima

Protocolo A-3 Nº 3323 Fls. 204 v
Apresentado no dia 25 de 06 de 98 às 10:0
horas, Registrado no Livro de Registro de Títulos e
Documentos 002 às folhas 099 sob nº 099
Coxim - MS 25 de junho de 98

Luiz Hervé Castilho Fontoura
TABELIAO

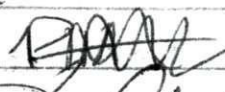
agradecer a presença de Todos e encerrar a presente reunião. Eu Maria Cristina Cezar, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de lida foi unânime por todos os presentes.

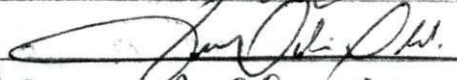
Maria Cristina Cezar, Patricia Maria de Moura, Eder Carlos Vianna, ~~João do~~ Rômulo Pereira Cunha, Ericka CRISTIANE Antton PEREIRA, Luciana Pereira da Cunha, João do, Márcia Izabel de Souza, Jaime de Souza, Janyer.

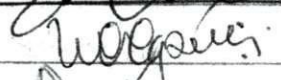
ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA POR TERMINO DO PRAZO REGULAMENTAR QUE É DE 04 ANOS - PERÍODO DE 16-05-97 a 16-05-2001.

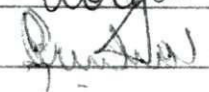
ATA DE REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Ananópolis, estabelecida nesta cidade de Ananópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, situada Rua Y-02, nº 660 - Centro, realizada no dia de Maio de dois mil e um, reuniram-se na sede da referida Associação seus membros para a realização da eleição da Nova Diretoria e posse de imediato caso a mesma seja eleita, visto o termo do prazo regulamentar, que é de 04 anos, compreendendo o período de 16-05-97 a 16-05-2001 (dois mil e um) da diretoria que here antecede seu cargo, a única chapa inscrita se apresentou e o presidente deu início ao processo de votação, sendo por votação secreta, o processo de votação transcorreu conforme o esperado, sem nenhum incidente, após o término da votação, foi feita a apuração, sendo que não houve nenhum voto em branco, ficando eleita por unanimidade de votos a chapa "FUTURO". Composta pelos seguintes membros: Patricia Maria de Moura, Antonio Valente, Maria Cristina Cezar, Luciana Pereira da Cunha.

Junior e Jesus Aparecido de Lima. O Presidente agradece a todos que compareceram e também elogiou o processo de votação, passou em seguida para o Ato de Posse, dando posse a Nova Diretoria da Associação Comunitária Ecológica, Educativa e Cultural de Arinópolis, que tem segundo o Estatuto um mandato de 04 (quatro) anos, salvo algum impedimento por lei ou por descumprimento do referido Estatuto. Sendo que a nova Diretoria composta ficou assim constituída:

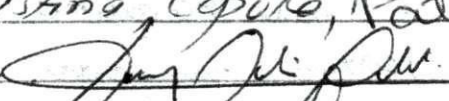
Presidente = Patrícia Maria de Moraes 

Vice Presidente = Luiz Antonio Salata 

Secretaria = Maia Cristina Caputo 

Tesoureiro = Luciana Pereira da Cunha 

Conselho Fiscal: Donizeth Moraes de Lima, Jaime de Souza Junior e Jesus Aparecido de Lima. A presidente eleita fez uso da palavra agradecendo a todos pelo apoio recebido e deu por encerrada a presente reunião. Foi Maia Cristina Caputo, secretaria, ler o presente Ato que depois de lido foi assinado por todos os presentes.

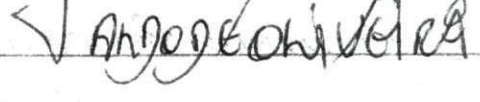
Maia Cristina Caputo, Patrícia Maria de Moraes
Eder Carlos Viaretti  e Renivaldo Pereira (Cartão)

GRILHA CRISTIANE ANTON BIELKA, Luciana Pereira da Cunha,

Jaime de Souza Junior, Welson Berto, Luciana

Luciana Coutinho, Donizeth Moraes de Lima

Jesus Aparecido de Lima - João da Silva Jr.

Maia Isabel de Souza  ANGELO OLIVEIRA

Ata de eleições e posse da Nova Diretoria e Conselho Fiscal.

Ata de eleições e posse da Nova Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcunópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, realizada no dia 31 de março de 2000.

Aos cinco e um dia do mês de março do Ano de 2000, a Rua Y-02 nº 660 - Centro, nesta cidade de Alcunópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, reuniram-se membros da Associação Canyon para a eleições e por

da Nova Diretoria Iniciando os trabalhos a Srs.
sidente Patricia Maria de Moraes deu as boas vindas a
todos, logo em seguida colocou a chapa que estava
inscrite como "Ecologia" para ser votada, sendo
que os membros do sistema estavam animados
discretos. Presidente: Jesus Aparecido de Lima, Vice-
sidente: Jacob Aparecido Alves da Silva, Secretaria:
Maurice Cristina Caputo, Tesoureiro: Luciane Pereira
da Cunha, Conselho Fiscal: 1º Jacob da Silva Souza
2º Marco Antonio Ramalho Tribst e 3º Donizeth
Moraes de Lima, o critério de votos seria si-
ou não. Depois de talos os presentes votarem a ch
"Ecologia" que era chapa única foi eleite por uma
maioria de votos. Ficando entao a Nova Diretoria
Conselho Fiscal depois de empenhados assim constitui
Presidente: Jesus Aparecido de Lima
Vice-Presidente: Jacob Aparecido Alves da Silva
Secretaria: Maurice Cristina Caputo
Tesoureiro: Luciane Pereira da Cunha
Conselho Fiscal: 1º Jacob da Silva Souza, 2º Marco
Antonio Ramalho Tribst e 3º Donizeth Moraes de
Lima. O novo presidente fez uso da palavra agrade-
cendo a todos em nome da Nova Diretoria e Conselho Fiscal
e novo mais dizendo a se trata de um por encerrar
a presente Eleição e pone. Eu Maurice Cristina Caputo
Secretaria, lavrei a presente Ata que depois de lida
vai assinada por mim e demais presentes.

Maurice Cristina Caputo, Jesus Aparecido de Lima,
Vera Lucia Biscano Piva, Jacob da Silva Souza,
Nilton Martins Franco, Gerônimo de Moraes, Luiz Antonio Palato,
Patricia Maria de Moraes

Fls. 61
Folha 1
J. 1
S. 1

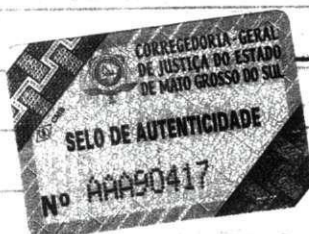
Protocolo A-3 Nº 3837 Fls. 223

Apresentado no dia 05 de 06 de 2000

horas, Registrado no Livro de Registro de Títulos e

Documentos 004 e folhas 034 sob nº 034

Coxim - MS 05 de junho de 2000



Luiz Herve Castilho Fontoura
TABELIÃO

[Handwritten signature]



ALDO OLIVEIRA, Novey, Paulo de
 Rosemar Prado Paula, Roseline M. Pereira, Denise
 Gisestempo da Silva, Camilla, D. Márcio I. de Souza
 Juine de Souza Junior, Kleber Brito Moreira

Ata de Eleição e Posse da Nova Diretoria
 por término do prazo regulamentar - mandato
 2005 à 2009.

Nos dezesseis dias do mês de maio do ano
 de dois mil e cinco, reuniram-se os membros
 da Associação Comunitária Ecológica Educa-
 tiva e Cultural de Alcântara, Estado do
 Mato Grosso do Sul, com sede na Avenida
 Joaquim Pereira Franco nº 1000, Bairro Mar
 Franco neste local de Alcântara, po-
 cluar e posse da nova diretoria com
 mandato de quatro anos, sendo de de-
 seis de maio de dois mil e cinco a
 dezesseis de maio de dois mil e nove.
 As horas iniciaram-se a votação sendo
 encerradas às onze horas a referida
 taxa, por ter eleger único obtiver todos
 votos favoráveis dos presentes, encerrada a
 taxa tomou posse de imediato a nova di-
 retoria ficando assim constituída: Presid
 Patrício Maria de Moraes Vice-Presidente
 Aldo de Oliveira, secretário Jarcine Long
 dos de Jesus, Isaacino: João da Silva
 Conselho fiscal: Manoel Nunes de Silva
 Eder, Carlos Charutti, Jorge Luiz, Diego
 T. T.

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA PARA O MANDATO DE 2009 A 2013

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se os membros DA Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Avenida Joaquim Pereira Franco, nº 1000 Bairro Martins Franco, município de Alcinoópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para a realização de eleições e posse da nova diretoria da referida Associação, com mandato por quatro anos, sendo de dezesseis de maio de dois mil e nove a dezesseis de maio de dois mil e treze. Às oito horas iniciou-se a votação, que foi encerrada às 11:00 (onze) horas, por ter sido chape única obteve-se todos os votos dos presentes favoráveis, encaminhando-se a votação empacotando-se de imediato a nova diretoria, ficando assim constituída: **Presidência** Maria Cristina Caputo, **Vice Presidente** Vinicius de Oliveira Gonçalves, **Secretaria** Sislei Aparecida Rulli Teodoro, **Tesouraria** João da Silva Souza, **Conselho Fiscal**: Aneliá Gomes Prado, Maria de Jesus Batista Rulli e Aécio Moura dos Santos. A presidente eleita fez uso da palavra agradecendo a todos pelo apoio recebido e deu por encerrada a presente reunião, Sislei Ap. Rulli Teodoro, secretária, lavrou a presente Ata que depois de lida foi assinada por mim e todos os presentes Maria Cristina Caputo, Sislei Aparecida Rulli Teodoro.

Aneliá Gomes Prado, **Ass. de Dir. Geral**
~~ATTA~~ Maria de Jesus Batista Rulli Teodoro
 na dos Santos

Número 8-A Página 307 Protocolo 6115
 Registrado no livro A-5 de Pessoas Jurídicas
 Sob nº de ord. 128 Pág. 1





**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.162.391/0001-76, com sede na Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP 79530-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 169 datada de 12/05/2000 e Decreto Legislativo nº 443 publicado no Diário Oficial da União datado de 12/11/2001, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. **requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária** em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Alcinópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012

Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente

Nome do representante da entidade: **Maria Cristina Caputo**

CPF: 074.199.718-54

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR



DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			
ENDEREÇO / ADRESSE			
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - Bloco R, 3ª Andar			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
70044-900	BRASILIA	DF	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Docs. e Renovação Autorga - Associação		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
Com. Ecol. Educ. e Cultural de Alcino		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRACION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
Ailton da Silva Pinho Chefe da Seção de Protocolo		17/01/12	17 JAN 2012 DR/BSO
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Matrícula 0158367			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
		Francisco do Vale MT - 8.135.597-1 Agente de Correios	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

<p>AVISO DE RECEBIMENTO</p> <p>AR</p> <p>RM 80094728 6 BR</p>	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON								
	<table border="1"> <tr> <td>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>			DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT			UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT								
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT									
<table border="1"> <tr> <td>h</td> <td>h</td> <td>h</td> </tr> </table>			h	h	h				
h	h	h							

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR</p>	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR		
	MAURO DE CASTRO		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE		
	AV. JULIO DE CASTILHO - 661		
	JILA ALBA		
	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
	CAMP. GRANDE	MS	BRASIL
79100-005			

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Visto 2029-MS



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS

ATA n.º 03 - Atualização do Estatuto Social, Alteração da Diretoria e criação do Conselho Comunitário

Aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze, as 19:00 horas, na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembléia Geral, convocada através de comunicado afixado na sede da associação, para Atualização do Estatuto Social, Alteração da Diretoria e criação do Conselho Comunitário. A seguir a secretária da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** leu e distribuiu uma cópia da minuta de alteração estatutária para todos, em seguida foram dados alguns minutos para que os presentes dessem suas opiniões, o que foi feito por alguns membros. Ao termino de todas as opiniões, foi o estatuto lido novamente para todos que depois de aprovado por unanimidade passou a ter a seguinte redação.

ESTATUTO SOCIAL. I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS. ARTIGO PRIMEIRO: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de **Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro, CEP: 79530-000.**

Parágrafo Único – A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** utilizará como denominação fantasia **FM 87,9 ALCINÓPOLIS** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO: A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I – beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Parágrafo Primeiro - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Parágrafo Segundo - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO: Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO: A receita da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural**

de Alcinópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras) dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes. **II – DOS ASSOCIADOS. ARTIGO QUINTO:** Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede nesta cidade, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto. **ARTIGO SEXTO:** A **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** será composta pelas seguintes categorias de associados: **I – Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação. **II – Contribuintes ou Efetivos** – formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembléia. **III – Honorários** – formada pelos demais associados que requererem seu ingresso particularmente. **ARTIGO SÉTIMO:** As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral. **ARTIGO OITAVO:** São direitos e deveres dos associados: a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art. 12; b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral; c) Propor projetos e idéias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral; d) Comparecer às Assembléias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas idéias e opiniões, bem como suas críticas e queixas. **ARTIGO NONO:** São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão. **III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO. ARTIGO DÉCIMO:** São órgãos da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**. a) Assembléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Comunitário. **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO.** A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º. **Parágrafo Primeiro** - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. **Parágrafo Segundo** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. **Parágrafo Terceiro** - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1º. **Parágrafo Quarto** - A Assembléia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este

estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º. **ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:** A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 04 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do Art.11. **Parágrafo Segundo** - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos, ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. **ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:** São atribuições: **I** – Da Diretoria: a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade; b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais; c) Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** em atos públicos ou internos; d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**; e) Apresentar relatório anual à Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades; f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro; g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins; h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade; i) Alienar, decidir sobre a aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembléia Geral. **II** – De Cada Dirigente: a) Ao **Presidente compete:** Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário; b) Ao **Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade; c) Ao **Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado. **ARTIGO DÉCIMO QUARTO:** O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. **Parágrafo Único** – O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido

contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação. **IV – DAS ELEIÇÕES.**

ARTIGO DÉCIMO QUINTO: As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominativa completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros, bem como do *referendum* de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar. **Parágrafo Primeiro** - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. **Parágrafo Segundo** -

A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembléia Geral. **V – DA PROGRAMAÇÃO. ARTIGO DÉCIMO SEXTO:** A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. **Parágrafo Único** – Será vedada a transferência da outorga e a

formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **VI – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO. ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:** O Patrimônio e a Receita Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único – toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO. ARTIGO DÉCIMO OITAVO:** Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO DÉCIMO NONO: A dissolução da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembléia. **VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. ARTIGO VIGÉSIMO:** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado. **ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** O presente estatuto foi aprovado na Assembléia Geral de 03 de Janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. **ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Não

haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrada em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto. Alcinoópolis, MS, 03 de Janeiro de 2012. Após, realizou-se a convocação de Assembléia Geral, para, nos termos do Estatuto Social, todos votassem para a escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Comunitário da associação. A Senhora **Maria Cristina Caputo** agradeceu a todos os anteriores membros da Diretoria e apresentou os novos Diretores e o Conselho Comunitário para que fossem analisados e votados, após uma ligeira pausa a votação foi aprovada. Concluída a votação a Diretoria e o Conselho Comunitário foram eleitos por unanimidade, pelo período de 4 (quatro) anos de mandato (de 03 de Janeiro de 2012 à 03 de Janeiro de 2016), ficando composta da seguinte maneira: **Presidente – Maria Cristina Caputo**, brasileira, solteira, autônoma, RG n.º 18.307.844-5 SSP/SP, CPF n.º 074.199.718-54, residente e

domiciliada na Rua W-9- Joaquim Pereira França, n.º 1000 - Fundos, Bairro Martins França, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS. **Diretor Administrativo – Sirlei Aparecida Rulli Teodoro**, brasileiro, divorciado, autônomo, RG n.º 668.266 SSP/MS, CPF n.º 638.008.531-91, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa, n.º 10318, Centro, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS. **Diretor de Operações – Marcelo Henrique de Souza**, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, RG n.º 45.823.698-6 SSP/SP, CPF n.º 353.791.438-57, residente e domiciliado na Rua W-9- Joaquim Pereira França, n.º 1000 - Fundos, Bairro Martins França, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS. **Conselho Comunitário: Edson Vitorino dos Santos**, brasileiro, casado, funcionário publico, RG n.º 00.108.025-5 SSP/MS, CPF n.º 298.364.091-49, residente e domiciliado na Av. Veraldo Fernandes Barbosa, n.º 228, Cep: 79116-260, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação dos Apicultores de Alcinópolis, CNPJ n.º 10.919.528/0001-12. **Rosimeire de Assis Machado**, brasileira, casada, funcionária publica, RG n.º 00.096.368-0 SSP/MT, CPF n.º 827.160.991-20, residente e domiciliada na Av. Virgilio Jose Carneiro, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcinópolis, CNPJ n.º 05.616.607/0001-14. **Paulo de Carvalho Neto**, brasileiro, casado, funcionário publico, RG n.º 00.078.612-7 SSP/MS, CPF n.º 784.737-801-91, residente e domiciliado na Av. Averaldo Fernandes Barbosa, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação dos Moradores da Cohabs I, II, III, CNPJ n.º 05.345.835/0001-05. **Teresinha Batista de Souza Lima**, brasileira, casada, funcionária publica, RG n.º 00.065.044-2 SSP/MS, CPF n.º 501.477.901-82, residente e domiciliada na Rua Maria Barbosa Carneiro, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcinópolis, CNPJ n.º 12.321.731/0001-51. **Adileu Rodrigues Dantes**, brasileiro, divorciado, autônomo, RG n.º 23.657.037-7 SSP/SP, CPF n.º 023.640.658-28, residente e domiciliado na Av. Virgilio Jose Carneiro, s/n.º, Cep: 79530-000, no município de Alcinópolis / MS, representante da Associação do Assentamento Santa Fé II, CNPJ n.º 12.997.084/0001-69. Após proclamados, os eleitos foram empossados nos respectivos cargos. Eu, Diretora Administrativa, lavrei a presente Ata, que lida, foi aprovada pelos presentes, que assino juntamente com a Presidente da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, toda a Diretoria e o Conselho Comunitário. Campo Grande, MS, 03 de Janeiro de 2012.

Maria Cristina Caputo

Sirlei Aparecida Rulli Teodoro

Marcelo Henrique de Souza

Edson Vitorino dos Santos

Rosimeire de Assis Machado

Paulo de Carvalho Neto

Teresinha Batista de Souza Lima

Adileu Rodrigues Dantes

Assinaturas manuscritas:
Joaquim Pereira França
Sirlei Teodoro
Marcelo Henrique de Souza
Edson Vitorino dos Santos
Rosimeire de Assis Machado
Paulo de Carvalho Neto
Teresinha Batista de Souza Lima
Adileu Rodrigues Dantes

HERVÉ MENDES DE FONSECA
IM MEMORIAN
1º OFÍCIO
LUIZ HERVÉ CASTILHO FONTOURA
TABELIAO
NAUDY CASTILHO FONTOURA
SUBSTITUTA
COMARCA DE COXIM-MS

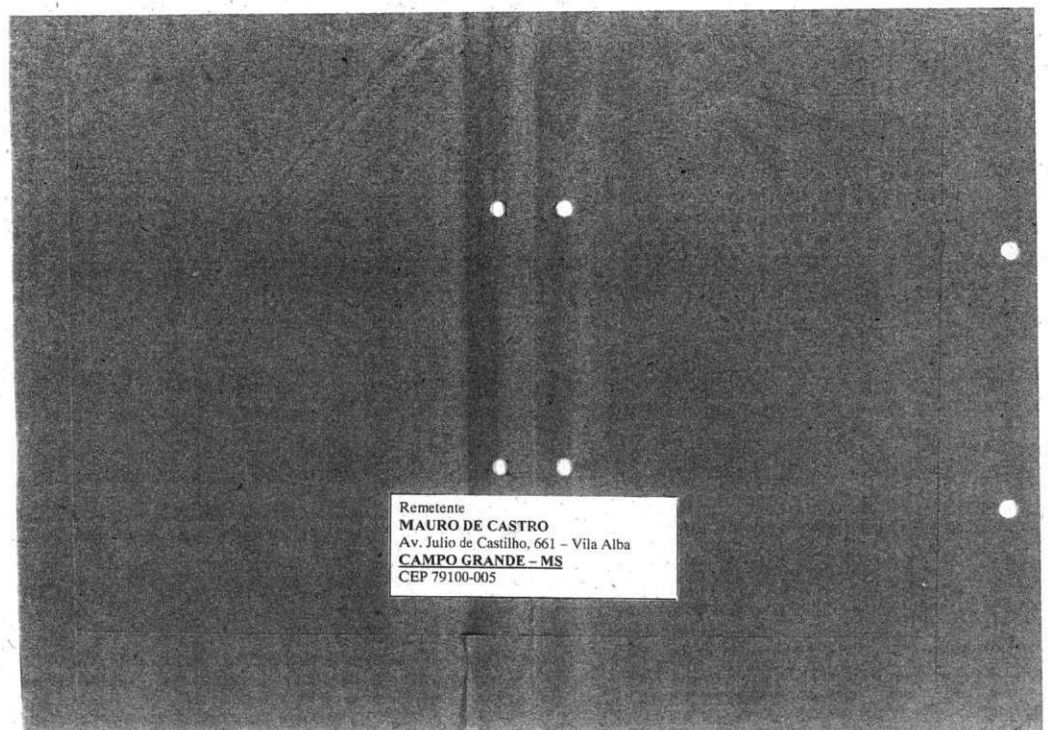
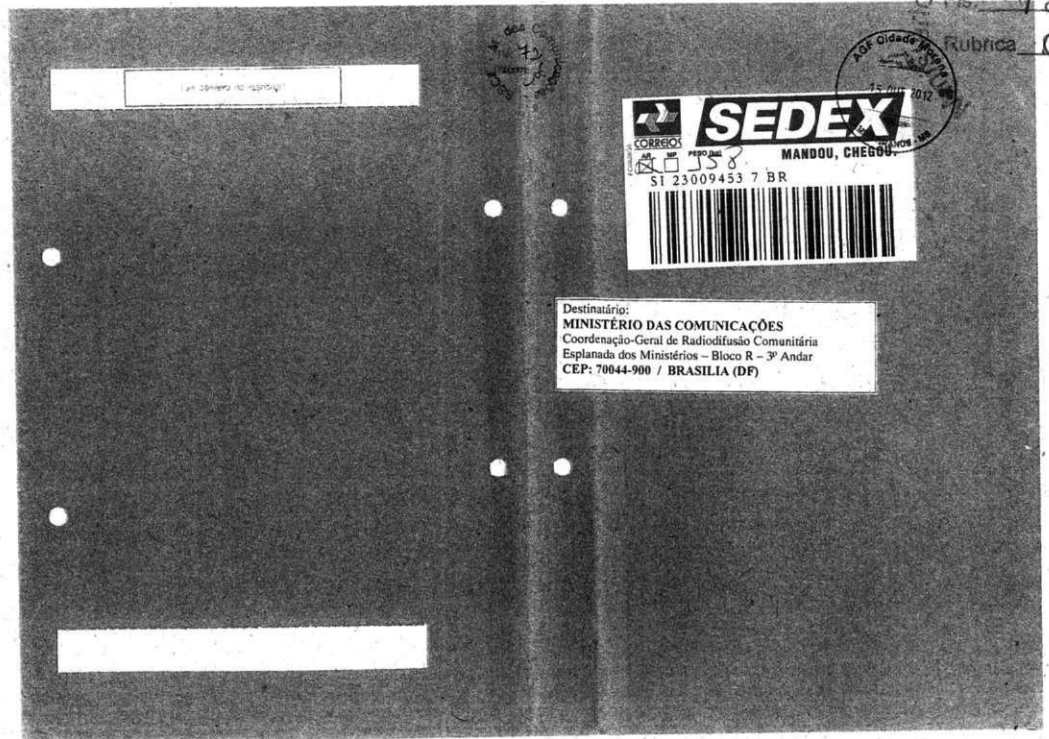
Cartorio do 1º Ofício de Coxim - MS

Registro de Pessoa Jurídica

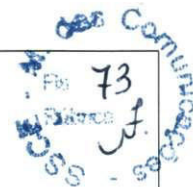
Protocolado sob nº 00007295 e averbado sob nº 10 a margem
do Reg. nº 00000163-L. A-1, Coxim-MS, 5 de janeiro de 2012

[Assinatura]
OFICIAL

TOTAL: R\$79,20 (Emol.: R\$69,84, FunjeCC 10% R\$7,20, FunjeCC 3% R\$2,16 e
Funadep: R\$0,00) SELO DIGITAL: AAH96645 431 - Consulta:
<http://www.tjms.jus.br>



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.057909/2011 Localidade / UF: ALCINÓPOLIS/MS
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 07
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 08
3. CNPJ válido e atual: f. 09
4. Estatuto: f. 10-21
5. Ata de eleição: f. 20-21
6. Relatório Conselho Comunitário: PENDENTE (f. 29)
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: PENDENTE (f. 24)

CONSTATAÇÕES:

- a. O processo ainda não está completamente instruído.
- b. Há indício de vínculo político partidário.
- c. Há indício de que a entidade bem como os seus Diretores podem não ser idôneos, nos termos do subitem 10.8, "a" da Norma 1/2011.

CONCLUSÃO:

- Elaborada NT 1041/2014 solicitando documentos e esclarecimentos.
- Elaborado Memo 120/2014 encaminhando documentos à CGAO.
- Os indícios que dão sustentação às constatações supra seguem este parecer.

Tácio Neves Frota Souza



Mané Nunes contratou empresa de ex-vereadora cassada para produzir informativos

Radioweb MS

05:20:00

Campo Grande(MS) - O então prefeito Manoel Nunes da Silva (PR) contratou a empresa Maria Cristina Caputo ME, de propriedade da ex-vereadora Maria Cristina Caputo, para confeccionar informativos para a prefeitura de Alcino. Cristina foi cassada em 2007, quando era vereadora de Alcino pelo Partido dos Trabalhadores. Além de perder o mandato por corrupção e improbidade administrativa, Cristina ficou inelegível por oito anos, mesmo período em que não pode efetuar contratos com administração pública. Conforme o processo administrativo de número 030/2011, pregão presencial 023/2011, a empresa foi contratada pelo período de um ano por R\$ 93,6 mil, ou seja, recebia R\$ 7.750,00 por mês. O contrato era para que a empresa confeccionasse 8 mil informativos por mês, divididos em duas quinzenas, para atender o gabinete do então prefeito. De acordo com a secretária de Administração e Finanças, Kárita Leite de Souza, o contrato foi rescindido. "Além da irregularidade, o serviço não foi prestado em junho e julho", afirma a secretária. O prefeito em exercício, Alcino Fernandes Carneiro (PDT), já formalizou denúncia sobre a irregularidade no MPE (Ministério Público Estadual) e na câmara de Alcino. **OUTRA DENÚNCIA** – A atual equipe também constatou irregularidades na contratação do Jornal Correio de Costa Rica, cuja licitação foi realizada em 12 de julho, oito dias antes de Mané Nunes ser preso por suspeita de ser o mandante da execução de Carlos Antônio Costa Carneiro (PDT), então presidente da câmara de Alcino.

O jornal foi contratado por R\$ 24 mil para publicar os atos oficiais da prefeitura por 12 meses. No processo administrativo do pregão presencial não estava anexada a cotação de preço de três empresas, assim como também não constavam o credenciamento do representante, a proposta de preço e tão pouco a documentação de habilitação da empresa vencedora. Segundo Kárita, também não existem a ata da sessão pública, os atos de adjudicação e homologação, assim como a publicação do resultado da licitação. "Por conta das irregularidades encontradas, anulamos o procedimento administrativo, como sugeriu a assessoria jurídica", explicou o prefeito em exercício. Este caso também foi denunciado no MPE e na câmara. O prefeito afastado está em liberdade conseguida pela Justiça e não fala com a imprensa.

Fonte Edição de Notícias.



Realize já o sonho do T'apê.



Campo Grande, Quinta-feira, 06 de Março de 2014



A notícia da terra a um clique de você.

(67) 3316-7200

BUSCAR

[Capa](#) [Cidades](#) [Editorias](#) [Lado-B](#) [Veículos](#) [Reporter News](#) [Colunistas](#) [Especiais](#) [Anunciar no Site](#) [Classificados](#) [Fale Conosco](#) [Artigos](#)


AS MAIS LIDAS < > Em container, lanchonete quer criar espaço para cultura e servir ...

Últimas Notícias

**POUPAR É
INTELIGENTE E SEGURO**
POUPE NO SICREDI.



Interior

10/02/2014 12:23

Rádio Educativa de Alcinópolis é flagrada furtando energia

Bruno Chaves

Imprimir

Gosto

0

Tweeter

0

8+1

Ação conjunta da Polícia Civil e da Enersul (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul) flagrou furto de energia na Rádio Educativa FM 87.9 em Alcinópolis – a 402 quilômetros de Campo Grande.

Veja Mais

- Homem é preso depois de esfaquear esposa em Dourados
- Pela 3ª vez, A Pesada é a grande vencedora do carnaval corumbaense

Segundo a assessoria da polícia, o flagrante ocorreu durante uma inspeção de fiscalização no padrão do imóvel da Avenida Joaquim Pereira França, onde a Associação Comunitária EC e, acompanhada por uma responsável pelo imóvel, aparece como cliente.

No imóvel, onde funciona a rádio, havia desvio dos fios direto da rede, sem passar pelo medidor de consumo, do padrão até um disjuntor na parede interna do imóvel, distante do padrão.

De acordo com os policiais, a energia furtada era utilizada tanto na rádio como na residência que fica atrás do mesmo imóvel.

Após o flagrante, os funcionários da concessionária fizeram a ligação da energia de forma correta e o desvio foi desfeito.

Imprimir

Gosto

0

Tweeter

0

8+1

Veja Também

Homem é preso depois de esfaquear esposa em Dourados

Uma mulher de 34 anos ficou gravemente ferida depois de ser esfaqueada pelo marido no Jardim Guaiurus em Dourados, distante 233 quilômetros da Capit...



Pela 3ª vez, A Pesada é a grande vencedora do carnaval corumbaense

Caminhonete colide com moto e homem fica em estado grave ao ser arremessado

Uma caminhonete colidiu com uma moto, motociclista é arremessado e fica gravemente ferido no final da tarde de hoje (05) no centro de Sonora, a 364 q...

Nove pescadores são autuados e multados pela PMA na operação Carnaval

A PMA (Polícia Militar Ambiental) autuou e multou nove pescadores nos rios Correntes e Piquiri, em Sonora, a 364 quilômetros de Campo Grande, durante...

SELEÇÃO PDG: OS MELHORES IMÓVEIS EM CAMPO GRANDE

saiba mais
ou ligue
(67) 3056.0040

NOVO ECOSPORT

CONDIÇÕES IMBATÍVEIS
SEU MUNDO FICOU MAIOR

O primeiro lançamento global da Ford desenvolvido no Brasil, unindo o conforto de um compacto moderno à versatilidade de um utilitário esportivo.

EMPLACAMENTO GRÁTIS

IMPERIUM

IMPERIUMBACG
VIA PARK, 327

Últimas notícias

Quinta, 06 de Março de 2014

- 07:31 **Política**
Câmara da Capital terá audiência sobre tapa-buracos e patrolamento
- 07:20 **Games**
Confira o primeiro trailer do recém-anunciado Batman: Arkham Knight

Envie seu Comentário



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SIRLEI APARECIDO RULLI TEODORO (título eleitoral: 004878231902)** é **MEMBRO (exercício 24/03/2013 a 24/03/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSDB - 45 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA**
Orgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - ALCINÓPOLIS/MS**
Vigência: **Início: 24/03/2013 Final: 24/03/2015**
Código: **BFUV.YSPP.93#1.2JFB.**
Certidão emitida às: **06/03/2014 07:34:00**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1633 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 6 de maio de 2014.

Ao(À) Senhor(a)

MARIA CRISTINA CAPUTO

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL**

Rua W-09 – Joaquim Pereira França, nº. 1.000, Centro
79.530-000 / Alcínópolis – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.057909/2011-67**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Alcínópolis/MS**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1041/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos e esclarecimentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDIO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1041/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53700.001246/98.
Processo de Renovação nº **53000.057909/2011-67**.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Alcinópolis/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que os diretores **SIRLEI APARECIDA RULLI TEODORO** e **MARCELO HENRIQUE DE SOUZA** são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. CPF dos dirigentes acima nominados;

III. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora e;

IV. Certidões criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral.

3. Em tempo, reitera-se que o relatório do Conselho Comunitário acima mencionado deverá vir nos moldes do subitem 21.4.1 da Norma 1/2011, isto é, análise sobre se a grade de programação cumpre com os requisitos legais (art. 4º da Lei nº. 9.612/1998). Essa análise, conforme interpretação da finalidade do subitem 21.4.1, não se limita a dizer se a grade de programação atende aos interesses da comunidade local, tal qual o documento que consta nos 53000.057909/2011-67/CGRC

autos (f. 29). O relatório precisa ir além, expressando as razões, ainda que sucintas, pelas quais acredita que a programação cumpre com o que determina a Lei. Ademais, o relatório deverá se fazer acompanhar da grade de programação.

4. Ainda, solicita-se que o relatório em questão, além de cumprir com os parâmetros explicitados no parágrafo anterior, responda também, **fundamentadamente**, se a Rádio realiza alguma espécie de proselitismo.

5. Por fim, para esclarecer a entidade, vale dizer que a idoneidade dos dirigentes e da entidade, exigida no momento da outorga (subitem 10.8), é condição que deve ser mantida ao longo de toda a prestação do Serviço. Assim, o noticiado na imprensa sul-mato-grossense a respeito de membros da Diretoria bem como sobre a entidade, conforme anexos, é o motivo para a solicitação do “item IV” acima.

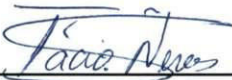
6. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se que existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/98, vez que a Diretora SIRLEI APARECIDA RULLI TEODORO é membro de órgão municipal de partido político (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

7. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada bem como os esclarecimentos pertinentes, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.



TÁCIO NEVES FROTA SOUZA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1041/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 6 de março de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.057909/2011-67**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 17 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 17/07/2014, às 08:30, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0043769** e o código CRC **8008B435**.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76

Alcinópolis, MS, 14 de Maio de 2014

Ofício n.º 116/2013

Ao

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
Esplanada dos Ministérios – Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º Andar
CEP: 70044-900 / BRASILIA (DF)

Processo n.º 53000.057909/2011-67

Prezado (a) Senhor (a),

Em atenção ao ofício n.º 1633/2014CGRC/SCE-MC de 06/06/2014 em nome da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis** e ao Processo n.º 53000.057909/2011-67, remeto-vos em anexo, o solicitado.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Maria Cristina Caputo - Presidente

19-05-14

Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro – Alcinópolis / MS – CEP: 79530-000

Exmo. Coordenador Geral de Radiodifusão
Comunitária Sr. Samir Amando Granja Nobre Maia.

**Referente ao Ofício 1633/2014CGRC/SCE-MC de 06 de
março de 2014 - Processo nº 53000.057909/2011-67.**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA,
EDUCATIVA E CULTURAL, já qualificada no processo
de Renovação de Outorga n.º 53000.057909/2011-67,
por sua representante legal, Maria Cristina
Caputo, também qualificada, vem respeitosamente à
honrosa presença de Vossa Excelência em
atendimento ao ofício acima em epígrafe,
esclarecer e explicar o que segue:

Segue em anexo cópia da RG dos diretores
Marcelo Henrique de Souza e Sirlei Aparecida Rulli
Teodoro, como prova de que os mesmos são
brasileiros natos.

Segue em anexo cópia do CPF dos
dirigentes.

Segue em anexo o último relatório do
Conselho Comunitário.

Segue também em anexo as certidões
criminais das Justiças Estadual, Federal e
Eleitoral de cada dirigente.

wp

Em resposta ao item 04 da nota técnica 1041/2014, temos a esclarecer que durante a programação da rádio não existe qualquer tipo de proselitismo, seja, político, religioso ou de qualquer outra espécie.

A programação da emissora atende rigorosamente os ditames legais, entretanto, deve ser levado em consideração que o município de Alcinópolis apesar de ser pequeno existem vários grupos políticos que se "engalfinham" em busca de espaço na emissora que, na medida da disponibilidade de tempo, são contemplados todos os grupos e pessoas nos moldes do que disciplina a Lei 9.612/98.

Pode ocorrer, entretanto, que alguém se sinta preterido e faça acusações de que estamos fazendo proselitismo, entretanto, não temos recebido por parte de quem quer que seja, reclamação com este teor, o que nos leva a crer que, de fato a emissora cumpre a Lei 9.612/98.

Com referência ao item 5 da nota técnica 1041/2014, esclarecemos que as notícias citadas na imprensa não possuem o condão de macular a idoneidade dos dirigentes da entidade, pois são inverídicas.

Quanto a notícia intitulada **"Mané Nunes contratou empresa de ex vereadora cassada para produzir informativos"**, esclarecemos que é inverídica, primeiro pelo fato de que a "empresa" não é da ex vereadora e hoje representante legal da emissora, pois, trata-se de uma associação e como tal não possui dono, mas sim diretoria, portanto, é inverídica a notícia.

we

Quanto o suposto furto de energia, é outra inverdade, pois a emissora jamais furtou energia.

Em verdade, a concessionária de energia realizou vistoria no relógio medidor, porém, não existe qualquer Boletim de Ocorrência noticiando furto de energia, mas tão somente a "notícia" inverídica.

Vê-se que, pelas inclusas Certidões Criminais que não existe processo de furto contra a representante legal ou os diretores.

Quanto aos processos relacionados nas certidões da representante legal Cristina e da diretora Sirlei, esclarecemos estão em trâmite e não foram julgados, ou seja, não existe sentença condenatória, portanto, ambas estão amparadas pelo princípio constitucional da presunção da inocência, vale dizer: **ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, art. 5º, LVII da Constituição Federal.**

Com referência ao item 6 da nota técnica 1041/2014, esclarecemos que, a Diretora Sirlei Aparecida Rulli Teodoro, foi filiada ao PSDB, mas não tinha cargo na executiva do partido.

Porém, uns três ou quatro anos anteriores aproximadamente, a diretora pediu a desfiliação do partido, e estranhamente ainda consta na certidão inclusa como filiada.

Esclarece finalmente que já pediu novamente a desfiliação da agremiação partidária.

Gostaríamos que Vossa excelência levasse em consideração que esta emissora de radiodifusão é a única que atende o município, caso venha sofrer

ve

alguma penalidade, será a população que perderá seu único meio de comunicação desta forma.

Pelo relatado, esperando ter atendido os pontos contidos na Nota Técnica 1041/2014/CGRC/SCE-MC, é que se requer o prosseguimento do processo de renovação do outorga até seus ulteriores termos.

Pede deferimento.

Alcinópolis, 14 de Maio de 2014.


Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural

Rep. Legal: Maria Cristina Caputo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO 1.127-0
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



esn

Marcelo Henrique de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 45.823.698-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/SET/98

NOME MARCELO HENRIQUE DE SOUZA

FILIAÇÃO EDEMIR JOSE DE SOUZA

E MARIA APARECIDA CAPUTO DE SOUZA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
SANTANA DA PONTE PENSE 02/MAR/1989

DOC ORIGEM SANTA FE DO SUL-SP
SANTANA DA PONTE PENSE
CN-LV.A8 /FLS.67 /N.000827

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000000000

DATA DE EXPEDICAO 11/04/92

NOME SIRELE APARECIDA RUIZ PEDREIRA

FILIAÇÃO WILSON RUIZ PEDREIRA

MARTA DE JESUS BAIÃO RUIZ

NATURALIDADE RUBINETA-SP

DATA DE NASCIMENTO 31/01/1971

DOC. ORIGEM C.C. SANTA PAULA SP

CPF 11.100.210-6

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI-23



ASSINATURA DO TITULAR

SIRELE APARECIDA RUIZ PEDREIRA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

001/0552-8
 13-11-92
 BANCO DO BRASIL
 Ag. Coxim (MS)
 0140100-9

Julio Cesar Lopez
 Mar. 6/1992

638008531 91
 SIRLEI APARECIDA RULLI TEODORO
 31.01.66
 Sirlei Aparecida Rulli Teodoro

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

O Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS cumprindo o prescrito no subitem 21.4.1 da Norma 1/2011 apresenta a análise sobre a grade de programação e atende os requisitos legais do art. 4º da Lei nº 9.612/1998.

• GRADE DE PROGRAMAÇÃO:

SEGUNDA A SEXTA - FEIRA		
HORARIO		NOME
INICIO	TERMINO	
05:00	08:00	Clássico Sertanejo
08:00	11:00	Manha 87
11:00	13:00	Estação Sertaneja
13:00	15:00	Frequência Máxima
15:00	16:00	Jornal da Educativa
16:00	17:00	Programa Livre
17:00	18:00	Arena Sertaneja
18:00	18:15	Ave Maria
18:15	19:00	Continuação do Arena Sertaneja
19:00	20:00	Voz do Brasil
20:00	23:00	Fim de Noite

SABADO		
HORARIO		NOME
INICIO	TERMINO	
05:00	08:00	O Sertão é Aqui
08:00	11:00	Educativa e Você
11:00	12:00	Evangélico
12:00	14:00	Super Mix
14:00	15:00	Batidão Sertanejo
15:00	16:00	Jornal da Educativa
16:00	18:00	Evangélico
18:00	23:00	Fim de Noite

DOMINGO		
HORARIO		NOME
INICIO	TERMINO	
05:00	08:00	Evangélico
08:00	10:00	Domingo da Gente
10:00	12:00	Evangélico
12:00	15:00	As Mais da semana
15:00	16:00	Jornal da Educativa
16:00	18:00	Volta ao Passado
18:00	23:00	Fim de Noite

- Na grade de programação da Rádio Comunitária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS constatamos que o Art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 estão sendo atendidos da seguinte forma:

1. O item I – Preferência a finalidades educativas, artísticas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

Estão na programação de segunda à sexta feira nos horários de 05:00 as 17:00; de 18:15 as 19:00; de 20:00 as 23:00.

Estão na programação de sábado nos horários de 05:00 as 08:00; de 12:00 as 15:00; de 18:23.

Estão na programação de domingo nos horários de 08:00 as 10:00; de 12:00 as 23:00.

2. O item II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

Estão na programação de segunda à sexta feira nos horários de 05:00 as 17:00; de 18:15 as 19:00.

Estão na programação de sábado nos horários de 15:00 as 11:00; de 12:00 as 16:00.

Estão na programação de domingo nos horários de 12:00 as 18:00.

3. O item III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

Estão na programação de segunda à sexta feira nos horários de 08:00 as 15:00; de 17:00 as 19:00; de 20:00 as 23: 00.

Estão na programação de sábado nos horários de 05:00 as 08:00; de 11:00 as 15:00.

Estão na programação de domingo nos horários de 05:00 as 15:00; de 16:00 as 26:00.

4. O item IV – não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Estão na programação de segunda à sexta feira nos horários de 13:00 as 15:00.

Estão na programação de sábado nos horários de 11:00 as 12:00; 16:00 as 23:00.

Estão na programação de domingo nos horários de 05:00 as 08:00; 10:00 as 12:00; 16:00 as 23:00

Declaramos **fundamentadamente** que em toda a sua programação, ação social ou promoções a rádio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS **não realiza nenhuma espécie de proselitismo.**

Por ser verdade todos os representantes do Conselho Comunitário firmam o presente Relatório.

Alcinopolis-MS, 05 de Maio de 2.014

Edson Vitorino dos Santos Edson Vitorino dos Santos

Rosimeire de Assis Machado Rosimeire de Assis Machado

Paulo de Carvalho Neto Paulo de Carvalho Neto

Teresinha Batista de Souza Lima Teresinha

Adileu Rodrigues Dantes Adileu Rodrigues Dantes



28/04/2014

001861338

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Comarca de Coxim - Setor da Distribuição

CERTIDÃO
AÇÃO CRIMINAL EM TRÂMITE

CERTIDÃO Nº: 1685596

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Coxim, em toda a nossa base até a data de 25/04/2014, verifiquei NADA CONSTAR contra:

MARCELO HENRIQUE DE SOUZA, portador do RG: 458236986, CPF: 353.791.438-57, filha de edemir José de souza e maria aparecida caputo de souza, nascida aos 02/03/1989. *****

Esta Certidão abrange as Ações de Competência: Criminal (Incluídas as Reipersecutórias, Reais e Pessoais); Violência Doméstica; Infância, Juventude e Idoso; Execuções Penais; Júri;

OBSERVAÇÕES:

a) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário.

b) A autenticidade deste documento deverá ser confirmada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da sua emissão, no endereço eletrônico - www.tjms.jus.br - no menu - e-Saj, utilizando-se o seu número e data de emissão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Coxim, segunda-feira, 28 de abril de 2014.

PEDIDO Nº: 001861338




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140000064240

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARCELO HENRIQUE DE SOUZA**, ou vinculado ao **CPF de número 353.791.438-57,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Observações:

- a) Certidão requerida pela internet, expedida com base na Portaria Consolidada nº 03/2009-DF.
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfms.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTSS32H4D4JDDBP FBh7NMJZ7CXaR9T
- d) Esta Certidão abrange o Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 28 de abril de 2014 às 17h45min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **MARCELO HENRIQUE DE SOUZA**

Inscrição: **359785130116** Zona: 187 Seção: 34

Município: 70459 - SANTANA DA PONTE PENSEA UF: SP

Data de Nascimento: 02/03/1989 Domiciliado desde: 30/01/2007

Filiação: MARIA APARECIDA CAPUTO DE SOUZA
EDEMIR JOSÉ DE SOUZA

Certidão emitida às 17:38 de 29/04/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

LTCM.K6JU.GKGS.DØRU

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



07/05/2014

001874612

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Comarca de Coxim - Setor da Distribuição

CERTIDÃO
AÇÃO CRIMINAL EM TRÂMITE

CERTIDÃO Nº: 1697113

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Coxim, em toda a nossa base até a data de 02/05/2014, verifiquei NADA CONSTAR contra:

SIRLEI APARECIDA RULLI TEODORO, portador do RG: 000668266 SSP/MS, CPF: 638.008.531-91, filho de Clarindo Rulli e Maria de Jesus Batista Rulli, natural de Rubineia - SP, nascido aos 31/01/1966. *****

Certifico também que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal na base de dados, verifiquei CONSTAR a seguinte distribuição, que poderá referir-se a homônimo:

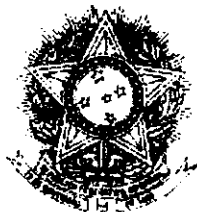
» Vara Criminal - Infância e Juventude. Processo: 0000688-07.2009.8.12.0011.
27/01/2010 - Recebida a denúncia: Art. 312 "caput" c/c Art. 71 "caput" ambos do(a)
CP (011.09.000688-8). Assunto: Peculato. Data: 28/08/2012. Autor: Ministério
Público Estadual. *****
01/07/2005 Data do delito (Art. 312 "caput" c/c Art. 71 "caput" ambos
do(a) CP)
23/03/2009 Oferecida a denúncia (Art. 312 "caput" c/c Art. 71 "caput"
ambos do(a) CP)
27/01/2010 Recebida a denúncia (Art. 312 "caput" c/c Art. 71 "caput"
ambos do(a) CP)

Esta certidão só terá validade no seu original, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial, ressalvado o teor do art. 32 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

Coxim, quarta-feira, 7 de maio de 2014.

PEDIDO Nº: 001874612

Nilza Helena Ribeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140000064243

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: SIRLEI APARECIDA RULLI TEODORO**, ou vinculado ao **CPF de número 638.008.531-91**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Observações:

- a) Certidão requerida pela internet, expedida com base na Portaria Consolidada nº 03/2009-DF.
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfms.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTSS32H7S hLDR1N X7ERJVARD26GWKR
- d) Esta Certidão abrange o Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 28 de abril de 2014 às 17h47min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira, 128 - Campo Grande - MS

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **SIRLEI APARECIDA RULLI TEODORO**

Inscrição: **004878231902** Zona: 12 Seção: 47

Município: 55018 - ALCINÓPOLIS UF: MS

Data de Nascimento: 31/01/1966 Domiciliada desde: 15/05/1986

Filiação: MARIA DE JESUS BATISTA RULLI
CLARINDO RULLI

Certidão emitida às 15:18 de 29/04/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

OIJE.L8SP.KUCQ.ØVDZ

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



07/05/2014

001874621

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

Comarca de Coxim - Setor da Distribuição

CERTIDÃO
AÇÃO CRIMINAL EM TRÂMITE**CERTIDÃO Nº: 1697114****FOLHA: 1/1**

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais da Comarca de Coxim, em toda a nossa base até a data de 02/05/2014, verifiquei CONSTAR a seguinte distribuição em nome de:

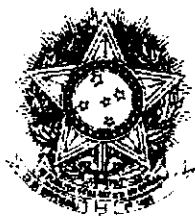
MARIA CRISTINA CAPUTO, portador do RG: 183078445 SSP/SP, CPF: 074.199.718-54, filho de Sebastião Caputo e Maria Sogobi Caputo, natural de Santana da Ponte Pensa - SP, nascido aos 02/12/1966. *****

» Vara Criminal - Infância e Juventude. Processo: 0000688-07.2009.8.12.0011 (011.09.000688-8). Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário. Assunto: Peculato. Data: 28/08/2012. Autor: Ministério Público Estadual. *****

Esta certidão só terá validade no seu original, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial, ressalvado o teor do art. 32 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

Coxim, quarta-feira, 7 de maio de 2014.

PEDIDO Nº:**001874621**
Nilza Helena Ribeiro
Distribuidora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20140000064241

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARIA CRISTINA CAPUTO**, ou vinculado ao **CPF de número 074.199.718-54**,

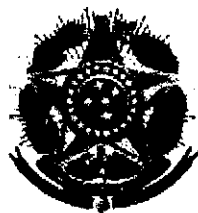
NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Observações:

- a) Certidão requerida pela internet, expedida com base na Portaria Consolidada nº 03/2009-DF.
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfms.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTSS32H5W4JAH3K FBh4PNDZFFUaR6J
- d) Esta Certidão abrange o Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 28 de abril de 2014 às 17h46min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira, 128 - Campo Grande - MS

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA CRISTINA CAPUTO**

Inscrição: **012071111902** Zona: 12 Seção: 57

Município: 55018 - ALCINÓPOLIS UF: MS

Data de Nascimento: 02/12/1966 Domiciliada desde: 10/01/1994

Filiação: MARIA SOGOBI CAPUTO
SEBASTIAO CAPUTO

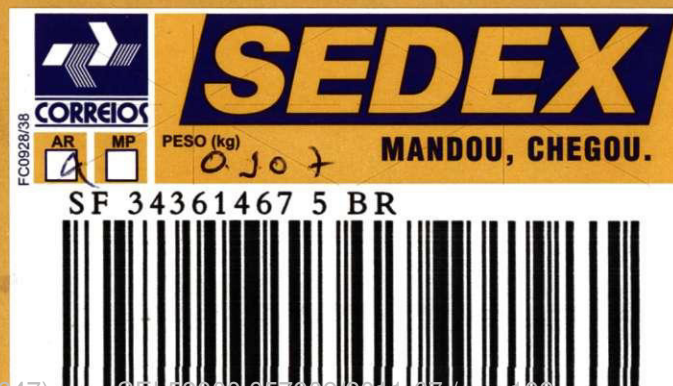
Certidão emitida às 15:21 de 29/04/2014

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

S430.GELY.1HL4.8I2/

PARA

Ministerio das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios
Bloco R, 3º Andar
Brasília - DF
CEP 70044-900



AR

53900 034098/2014-25

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76

Alcinópolis, MS, 17 de Agosto de 2014

Ofício nº 234/2014

Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP 70044-900 / Brasília - DF

Prezado (a) Senhor (a),

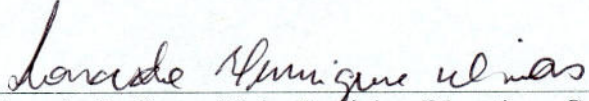
A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.162.391/0001-76, permissionária do Serviço de Radiodifusão Comunitária, para a localidade de Alcinópolis-MS, através do processo nº 53000.057909/2011-67 solicitou a renovação da outorga por novo período.

Os equipamentos autorizados para a nossa radio, por ser muito antigo vem apresentando falhas em seu funcionamento, por força maior obrigou a emissora a adquirir novos equipamentos para não ficar fora do ar, anexo, o formulário de informações técnicas para alteração.

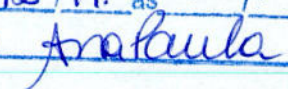
1. Solicitamos a alteração dos equipamentos para que conste no novo licenciamento.
2. Apresentamos nova Ata de Assembleia Geral com eleição de Nova Diretoria, bem como os documentos dos dirigentes.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,


Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Leonardo Henrique Dias - Presidente

Rua W-09 – Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro – Alcinópolis / MS – CEP: 79530-000

MC/PROTOCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 08 / 12 / 14. às 17 horas
Assinatura: 

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada.

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de execução do serviço.

E(dBu) = $107 + (-16,8) - 20 \log 1,0 = 90,2$ (dBu)

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBu.

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

OBS. O transmissor Etelj – modelo TFM 251005 (que ficara como auxiliar) já é autorizado a radio comunitária.

9 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

M A U R O D E C A S T R O

REG.CREA

ENDEREÇO

3 0 2 9 - M S A V J U L I O D E C A S T I L H O - 6 6 1

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

V I L A A L B A

CIDADE

UF

C A M P O G R A N D E M S

CEP

TELEFONE

FAX

7 9 1 0 - 0 0 5 0 6 7 - 3 3 6 1 4 8 9 8 0 6 7 - 3 3 6 1 4 8 9 8

E-MAIL

P L E N A E N G E N H A R I A @ T E R R A . C O M . B R

LOCAL

DATA

C A M P O G R A N D E - M S 1 7 / 0 9 / 2 0 1 4

ASSINATURA

Mauro de Castro

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA n° 13989/78-5 R
Voto 3029-MS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº **0680-03-0528**

Validade: Indeterminada

Emissão: 12/02/2009

Fabricante:

AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA
PRAÇA DA PIRÂMIDE 90 CENTRO EMPRESARIAL, PREF. PAULO F. DE TOLEDO ARCO IRIS
37540000 SANTA RITA DO SAPUCAI MG

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº TEL II - 183, emitido pelo **OCD - ACTA - Supervisão Técnica Independente**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II

Modelo(s):

SP5025

Serviço/Aplicação:

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,4 a 108,0	25,0	180KF3E
87,4 a 108,0	25,0	256KF8E

Potência de saída redutível até 8 W.

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Observações:

Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 1. 2003.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

Imprimir Documento

Fechar

Voltar

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DE NOVA DIRETORIA.

Aos três dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatorze, às 09:00 horas, na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis**, situada na Rua W-09 Joaquim Pereira França, nº 1000, Centro, CEP 79530-000, Alcínópolis – MS, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral, convocada através de comunicado afixado na sede da associação e comércio, para eleição e posse de nova diretoria. A Presidente Senhora **Maria Cristina Caputo** agradeceu a todas as pessoas e associados presentes pela dedicação ao bom funcionamento da rádio comunitária e explicou sua necessidade e dos demais dirigentes em deixar a diretoria abrindo a comunidade os cargos, e em seguida apresentou a chapa inscrita interessada a concorrer aos cargos da diretoria. Após aberta a votação a diretoria eleita por unanimidade, pelo período de 4 (quatro) anos para um novo mandato de 03 de Junho de 2014 à 03 de Junho de 2018, fica composta da seguinte maneira: **Presidente – LEONARDO HENRIQUE DIAS**, brasileiro, solteiro, estudante, RG n.º 1.862.052 SSP/MS, CPF n.º 056.701.511-43, residente na Av. Joaquim Pereira França, s/n.º, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, no município de Alcínópolis - MS. **Diretora Administrativa – TEREZINHA AMARAL DA SILVA**, brasileira, solteira, secretária, RG n.º 000902965 SSP/MS, CPF n.º 966.165.201-53, residente na Rua Maria Barbosa Carneiro, n.º 451, Bairro Centro, CEP 79.530-000, no município de Alcínópolis - MS. **Diretora de Operações – MARIA SOGOBI CAPUTO**, brasileira, viúva, pecuarista, RG n.º 29.310.524-8 SSP/SP, CPF n.º 181.939.468-98, residente na Av. Joaquim Pereira França, s/n.º, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, no município de Alcínópolis – MS. Após proclamados, os eleitos foram empossados nos respectivos cargos. Eu, Diretora Administrativa, lavrei a presente Ata, que lida, foi aprovada pelos presentes, que assino juntamente com o Diretor Geral da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis e Diretora de Operações. Alcínópolis - MS, 03 de Junho de 2014.

LEONARDO HENRIQUE DIAS
Presidente

TEREZINHA AMARAL DA SILVA
Diretora Administrativa

MARIA SOGOBI CAPUTO
Diretora de Operações

Leonardo Henrique Dias

Terezinha Amaral da Silva

Maria Sogobi Caputo

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcínópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcínópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICADO
Confere com o original que me foi apresentado.
Selo Digital: AUF62468-370
Consulte em: www.tjms.jus.br
Alcínópolis-MS, 26/11/2014

Em Test. *Alethea* da verdade

Emol.: 3,17 + FUNJEC 10%: 0,32 + ISS 3%: 0,10 = R\$ 3,91

Alethea Martins Alves
ALETHEA MARTINS ALVES
INTERINA

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcínópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcínópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança a firma de:
LEONARDO HENRIQUE DIAS

Cartão de firma No.: 5422
Selo Digital No: AUF25375-801
Alcínópolis-MS, 04/06/2014 Dou fe. Em test. *Alethea* da verdade
Consulte em www.tjms.jus.br
Emol.: 6,00 + FUNJEC 10%: 0,60 ISS 3%: 0,18 = R\$7,38

Alethea Martins Alves
ALETHEA MARTINS ALVES

1º Tabelionato
Registro de Imóveis

Tabelião: Luiz Hervé Castilho Fontoura
Rua Fellinto Muller, 939 - Centro - CEP: 79400-000 - Coxim/MS
Fone: (67) 3291-1381 - e-mail: cartorio1@coxim.com.br

Protocolado sob nº 00000285 e averbado sob nº 11 a margem do nº 00000983-L-1-A-1, Coxim-MS, 4 de junho de 2014

OFICIAL

TOTAL: R\$66,40 (Emol.: R\$45,59; Funjec 10%: R\$4,70; Funjec 3%: R\$1,41; Fundep 6%: R\$2,82 e Fundo-PGE 4%: R\$1,68)

SELO DIGITAL AUF398274-881 - Consulte: <http://www.tjms.jus.br>

Processo 234/2014 (0283740)

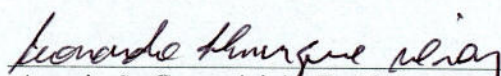
1º OFÍCIO
LUIZ HERVÉ CASTILHO FONTOURA
TABELIÃO
NAUDY CASTILHO FONTOURA
SUBSTITUTA
COMARCA DE COXIM - MS

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu **LEONARDO HENRIQUE DIAS**, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS, declaro para os devidos fins que:

- ❖ f.1) Todos os seus dirigentes residem na área a ser coberta pelo sinal da emissora, nos termos do Projeto Técnico
- ❖ f.2) A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura.
- ❖ f.7) A entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Alcinópolis, MS, 17 Setembro de 2014.



Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis
Leonardo Henrique Dias - Presidente

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.


LEONARDO HENRIQUE DIAS

Presidente

CPF: 056.701.511-43


TEREZINHA AMARAL DA SILVA

Diretora Administrativa

CPF: 966.165.201-53


MARIA SOGOBI CAPUTO

Diretora de Operações

CPF: 181.939.468-98

Endereço para correspondência: Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000, na cidade de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP 79530-000.

Telefone para contato: 067- 3260-1276.

Correio eletrônico (e-mail): criscaputo@hotmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "GONÇALO PEREIRA"

1779

Leonardo H. Dias

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.862.052

DATA DE EXPEDIÇÃO 16/05/2011

NOME Leonardo Henrique Dias

FILIAÇÃO Ismeraldo Tiago Dias
Vera Lucia da Silva

NATURALIDADE Paranaíba/MS

DOC. ORIGIN

Nascimento Número: 3.463 - Livro: 15 - Folha: 75

DATA DE NASCIMENTO 29/01/1996

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcáçopolis - MS

Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcáçopolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO

Confere com o original que me foi apresentado

Selo Digital: AIN40353-787

Consulte em: www.ims.ms.br

Alcáçopolis - MS, 04/11/2014

Emolpo: R\$ 3,17 + FUNJEC 10%: 0,32 + ISS 3%: 0,10 = R\$ 3,91

Vinicius de Oliveira Gonçalves
Escrevente Autorizado



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
056.701.511-43

Nome
LEONARDO HENRIQUE DIAS

Nascimento
29/01/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

EM BRANCO

EM BRANCO

Procedimento Autorizado por Regime Especial - Processo nº: 03/067886/1999

Nota Fiscal/Fatura de Energia Elétrica - Série B 1 000.129.670

Cód Fiscal de operação: 5.258

FAT 08-201446307514-58

Dados do Cliente

PATRICIA MARIA DE MORAES

RANI/CNPJ/CPF: 09153477847

RUA JOAQUIM PEREIRA FRANCA, 1004

Comp. 12.086.02.170500

Bairro: CENTRO

CEP:79530000 ALCINOPOLIS

Mês	Vencimento	Consumo Faturado kWh	Valor (R\$)
09/2014	01/10/2014	150	R\$ 76,09

Dados da U.C.

Classe: RESIDENCIAL

SubClasse: RESIDENCIAL

Tipo de Tarifa: CONVENCIONAL

Grupo de Tensão: B

Fase: TRIFASICO

Local: 8089

Etapa / Livro / Seq.: 12/L8902X/67

Fator de potência:

Dados do Fornecimento

Tensão nominal ou contratada (V): 127 / 220

Limites adequados de tensão (V): 116 a 133 / 201 a 231

Equipamento: R67291

Perdas de Transformações (%): 0,00

Dados da Leitura

Leitura atual: 18/09/2014

Leitura anterior: 19/08/2014

Próxima leitura: 20/10/2014

Número de dias faturados: 30

Origem da Leitura Atual: Lida

Consumo médio diário: 5,00

Média dos 12 Últimos meses: 63,67

Emissão: 18/09/2014

Apresentação: 24/09/2014

Dados da Medição	Unidade Medida	Leitura Atual	Leitura Anterior	Constante de Faturamento	Medido	Faturado	Dados do Faturamento	Faturado	Tarifa	Total (R\$)
Consumo	kWh	48	1	1	47	150	Consumo	150	0,357080	53,56
							Pis			0,93
							Cofins			4,27
							Icms			12,03
							Subtotal (R\$)			70,79

tributos	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	70,79	17,00%	12,03
PIS	70,79	1,30990%	0,93
COFINS	70,79	6,03270%	4,27
Subtotal (R\$):			17,23

Composição do Preço (Art. 31, Resolução 166/2005)					
Distribuição	Enc.Setoriais	Energia	Transmissão	Tributos	Soma
19,42	3,05	29,41	1,68	17,23	70,79

Incidência sobre a conta paga após o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,333% ao dia (conf. Lei nº 4.338/02) e atualização monetária com base no IGP-M a serem incluídos na próxima conta.

Notificação de Suspensão de Fornecimento

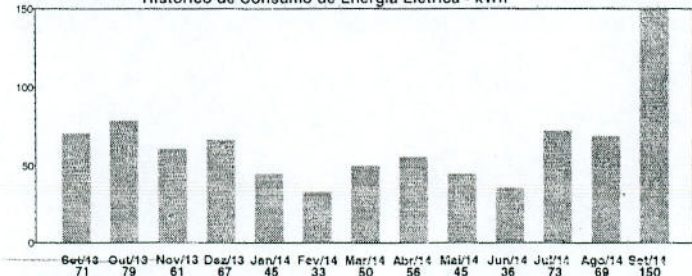
Até a presente data, não registramos o pagamento da(s) seguinte(s) fatura(s):

Mês	Valor R\$	Vencimento
09/2014	32,42	01/09/2014

Esta unidade consumidora estará sujeita a suspensão de fornecimento a partir de 10/10/2014, caso o pagamento não seja realizado. O encerramento da relação contratual poderá ocorrer 2 (dois) ciclos de faturamento após a suspensão do fornecimento. No ciclo da suspensão ou religação poderá ser cobrado o custo da disponibilidade.

Caso o pagamento já tenha sido realizado, por favor desconsidere esta notificação.

Histórico de Consumo de Energia Elétrica - kWh



Reservado ao Fisco Período Fiscal: 09/2014

01BD.28CD.215B.20F7.88AF.88FE.0B79.6284

Total (R\$) R\$ 76,09

Mensagens:

Ajuste conforme Resolução Homologatoria Aneel 1725/2014. Parcela 2/3

RESÍDUO DE CONSUMO MEDIDOR ANTERIOR


- A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de setembro vigorará a bandeira vermelha, a qual implicará em R\$ 0,03 / kWh de acréscimo no valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br

DECLARAÇÃO

Eu, PATRICIA MARIA DE MORAES, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada neste município de Alcinópolis- MS, portadora do CPF 091.534.778 – 47, declaro para os devidos fins de direito e efeitos legais que O Sr. LEONARDO HENRIQUE DIAS, mora na Av. Joaquim Pereira França, s/n – Bairro Martins França, município de Alcinópolis - MS, sendo meu inquilino.

Por ser verdade, assino a presente declaração.

Alcinópolis – MS, 02 de dezembro de 2.014


PATRICIA MARIA DE MORAES

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

000902965 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/02/97

NOME Teresinha Amaral da Silva

FILIAÇÃO Isaias Piloto da Silva
Maria Bonfim Amaral

NACIONALIDADE Contendas do Sincora-BA DATA DE NASCIMENTO 02/05/1976

CPF 000902965

Cilzabum
Ailza F. de Moraes dos Santos
ASSINATURA DO DIRETOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI - 14

POLEGAR DIREITO

Terezinha Amaral da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcântopolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcântopolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO
Confere com o original que me foi apresentado.
Selo Digital: AIM40350-550
Consulte em: www.tms.jus.br
Alcântopolis-MS, 04/11/2014
Em Teste: *Vinicius* da verdade.
Emol.: 3,17 + FUNDEC 10%: 0,32 + ISS 3%: 0,10 = R\$ 3,91

Vinicius de Oliveira Gonçalves
Escrevente Autorizada

Cartão de identificação

Deve ser apresentado junto com o documento de identificação

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

966.165.201-53

Nome
TERESINHA AMARAL DA SILVA

Nascimento
02/05/1976

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcântopolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcântopolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO
Confere com o original que me foi apresentado.
Selo Digital: AIM40350-904
Consulte em: www.tms.jus.br
Alcântopolis-MS, 04/11/2014
Em Teste: *Vinicius* da verdade.
Emol.: 3,17 + FUNDEC 10%: 0,32 + ISS 3%: 0,10 = R\$ 3,91

Vinicius de Oliveira Gonçalves
Escrevente Autorizada

Procedimento autorizado por regime especial - processo nº. 03/067886/1999
Nota Fiscal- Série B2 - 557864 Cód. Fiscal de operação: 5.258

FAT: 08-2014437151162-81

Dados do Cliente

TERESINHA AMARAL DA SILVA

RANI/CNPJ/CPF: 96616520153 IE:
Av Virgílio Jose Carneiro, 1229, 13.089.01.334000 - Centro - CEP: 79530-000 - Alcidesópolis - MS

Mês	Vencimento	Consumo Faturado kWh	Valor (R\$)
07/2014	01/08/2014	30	6,84

Dados da U.C.

Classe: RESIDENCIAL
SubClasse: BAIXA RENDA
Tipo de Tarifa: BAIXA RENDA
Grupo de Tensão: B
Fase: MONOFASICO
Local: 8089
Etapa / Livro / Seq: 13 / M8901X / 252
Perdas do Ramal:
Fator de Potência:

Dados do Fornecimento

Tensão nominal ou contratada (V): 127
Limites adequados de tensão (V): 116 a 133
Equipamento: F65298
Perdas de Transformações (%): 0

Dados da Leitura

Leitura Atual: 21/07/2014
Leitura Anterior: 20/06/2014
Próxima Leitura: 20/08/2014
Número de Dias Faturados: 31
Origem da Leitura Atual: Lida
Consumo médio diário: ,97
Média dos 12 últimos meses: 77,82
Emissão: 21/07/2014
Apresentação: 21/07/2014

Dados da Medição	Unidade Medida	Leitura Atual	Leitura Anterior	Constante de Faturamento	Medido	Faturado	Dados do Faturamento	Faturado	Tarifa (R\$)	Total (R\$)
Consumo	kWh	23610	23610	1,0000	0,00	30,00	Custo Disp Sistema	30	0,122890	3,68
							Icms			0,00
							Cofins			0,10
							Pis			0,02
							Subtotal (R\$)			3,80

Tributos	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	0,00	0,00000	0,00
COFINS	3,80	2,61470	0,10
PIS	3,80	0,56750	0,02

Composição do Preço (Art. 31, Resolução 166/2005)	Enc. Setorial	Energia	Transmissão	Tributos	Soma (R\$)
Distribuição 1,35	0,15	2,07	0,11	0,12	3,80

Incidirão sobre a conta paga após o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualização monetária com base no IGP-M a serem incluídos na próxima conta.

Notificação de Suspensão de Fornecimento

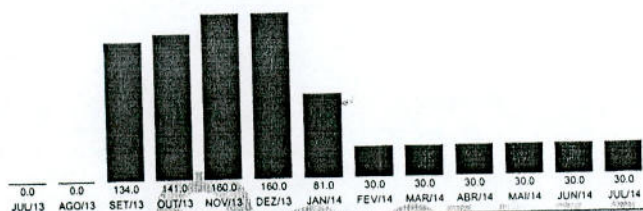
Até a presente data não registramos o pagamento da(s) seguinte(s) fatura(s):

Mês	Valor R\$	Vencimento

Lançamentos e Serviços

Correção Monetária por Atraso 02/2014	0,09
Correção Monetária por Atraso 04/2014	0,02
Juros Conta Anterior 04/2014	0,07
Juros Conta Anterior 02/2014	0,14
Juros Conta Anterior 05/2014	0,04
Multa Conta Anterior 04/2014	0,07
Multa Conta Anterior 02/2014	0,07
Multa Conta Anterior 05/2014	0,07
Emissão Segunda Via 02/2014	2,24
Cofins Subvenção Bx Renda	0,19
Pis Subvenção Bx Renda	0,04
Subtotal (R\$)	3,04

Histórico de Consumo de Energia Elétrica - kWh



RESERVADO AO FISCO

PERÍODO FISCAL: 21/07/2014

7A52.83DF.B2F6.2A90.3EB7.D092.1ECC.DAEB

Mensagens

BENEF. TAR. SOCIAL RES 414/10 R\$ 7,03
- A PARTIR DE 2015 VIGORARÁ O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NÃO IMPLICARÁ COBRANÇA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO AÇIONADAS, IMPLICARÃO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERAÇÃO. NO MÊS DE JULHO VIGORARÁ A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARÁ EM R\$ 0,03 / KWH DE ACRESCIMO NO VALOR DA TARIFA, LÍQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMAÇÕES EM WWW.ANEEL.GOV.BR

Nome	UC	Local/Etapa/Livro/Seq	Número da Fatura	Referência	Vencimento	Valor Cobrado (R\$)
TERESINHA AMARAL DA SILVA	9480030	8089/13/M8901X/252	08-2014437151162-81	07/2014	01/08/2014	6,84

836900000008 068400500002 001080020140 437151162819

DECLARAÇÃO

Eu, TEREZINHA AMARAL DA SILVA, brasileira, solteira, secretaria, residente e domiciliada na Av. Virgílio José Carneiro, 1.229 - centro, município de Alcinópolis – MS, declaro para os devidos fins de direito e efeitos legais que meu novo endereço é este, pois como moro de aluguel (não possuindo casa própria), não moro mais no endereço anterior.

Por ser verdade, assino a presente declaração.

Alcinópolis – MS, 02 de dezembro de 2.014



TEREZINHA AMARAL DA SILVA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 29.310.524-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/DEZ/92

NOME MARIA SOGOBI CAPUTO

FILIAÇÃO PEDRO SOGOBI E OLIMPIA FRANCISCA DA ROCHA

NATURALIDADE ONDA VERDE - SP DATA DE NASCIMENTO 02/OUT/1932

DOC ORIGEM TANABI SP

CC: 1 V. R19 / FLS.25 / N.003291

CPF 181939468-98

ASSINATURA DO DIRETOR Carlos Mota

LEI N° 7.116 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1.127-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

EMBO

ASSINATURA DO TITULAR Maria Sogobi Caputo

CAPTEIRA DE IDENTIDADE

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcáçopolis - MS
 Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcáçopolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO
 Confere com o original que me foi apresentado.
 Selo Digital: AIM40354-031
 Consulte em www.tims.jus.br
 Alcáçopolis-MS, 04/11/2014
 Em Test. da verdade
 Emol.: 3,17 + FUNJEC 10%: 0,32+ ISS 3%: 0,10 = R\$ 3,91

Vinicius
 Vinicius de Oliveira Gonçalves
 Escrevente Autorizado

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, nos casos previstos em legislação vigente.

Assinatura Maria Sogobi Caputo

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/11/93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARIA SOGOBI CAPUTO

Nº de Inscrição 181939468-98

Data do Nascimento 02/10/32

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcáçopolis - MS
 Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcáçopolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO
 Confere com o original que me foi apresentado.
 Selo Digital: AIM40355-496
 Consulte em www.tims.jus.br
 Alcáçopolis-MS, 04/11/2014
 Em Test. da verdade
 Emol.: 3,17 + FUNJEC 10%: 0,32+ ISS 3%: 0,10 = R\$ 3,91

Vinicius
 Vinicius de Oliveira Gonçalves
 Escrevente Autorizado



Fatura de Serviços de Comunicações

Cliente

MARIA SOGOBI CAPUTO
AV JOAQUIM PEREIRA FRANCA 1000 FU
MANRTINS FRANCA - ALCINOPOLIS - MS
CEP 79530-000
CPF : 181.939.468-98

Período de Uso

13/08 a 12/09/14

Código do Cliente

103135780

Vencimento

13/08/14

Total desta Fatura

356,84

Data de Emissão

31/07/14

Nº desta Fatura

317754995

Descrição da Fatura:

Serviços do Mes

343,33

Dueto HD Light 2013 + TELECINE - 02/07/2014 ate 12/08/2014	211,12
Dueto HD Light 2013 + TELECINE - 13/07/2014 ate 12/08/2014	150,80
Dueto HD Light 2013 + TELECINE - 13/08/2014 ate 12/09/2014	150,80
Valor Proporcional Dueto HD Light 2013 + TELECINE - 29/06/2014 ate 12/08/2014	-226,20
Pacote Opcional HBO Max - 02/07/2014 ate 12/08/2014	41,86
Pacote Opcional HBO Max - 13/07/2014 ate 12/08/2014	29,90
Pacote Opcional HBO Max - 13/08/2014 ate 12/09/2014	29,90
Valor Proporcional do Pacote Opcional HBO Max Digital - 29/06/2014 ate 12/08/2014	-44,85

Descontos

-37,57

Desconto Promocional - 02/07/2014 ate 02/07/2014	-37,57
--	--------

Diversos

51,08

Multa - 22/06/2014 ate 22/06/2014	3,61
Taxa Manutencao Assinatura - 29/06/2014 ate 29/06/2014	9,90
Saldo Anterior	37,57

Total da Fatura

356,84

NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES No.004448248

SÉRIE: 1 CFOP: 6307 DATA DE EMISSÃO: 31/07/2014

Nota Fiscal de SKY BRASIL SERVICOS LTDA - CNPJ: 72820822002769 - I.E.: 113.905.179.112

AV. MARCOS PENTEADO ULHOA RODRIGUES 1000 - RESIDENCIAL TRES TAMBORE - SANTANA DE PARNAIBA - SP - CEP:06543-900. Acesse o nosso site:

Valor da Nota Fiscal	Base de Calculo do ICMS	Aliquota	Valor do ICMS	Reservado ao Fisco:
353,23	141,29	25,00	35,32	CA0380568962DB808D31693E66388073

Base de cálculo do ICMS reduzida, conforme artigo 18, inciso III do Anexo II do RICMS/SP (Convênio 57/99) e/ou artigo 23 do Anexo II do RICMS/SP. Obs.: desde 1/2001, sobre a sua mensalidade, há a incidência da contribuição ao FUST (1%) - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Lei 9998/00) - e, desde 28/03/2001, passou a ser recolhido o FUNTEL (0,5%) - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Lei 10052/00). Mas ambos não são repassados aos clientes, ficando o encargo referente a essas contribuições sob a responsabilidade da empresa.

Demonstrativo dos tributos incidentes sobre sua mensalidade conforme a Lei 12.741/2012 e Resolução 95/2013
ICMS R\$ 35,32 | PIS/Pasep R\$ 2,29 | COFINS R\$ 10,60 | FUST R\$ 3,05 | FUNTEL R\$ 1,52

AGÊNCIA/CÓD. CEDENTE
2271 / 1632361

NOSSO NÚMERO
000317754995-0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

-CREA-MS

Rua Sebastião Taveira, 272 Bairro Monte Castelo
CEP 79010-480 Campo Grande-MS
Fone(67) 3368-1000 FAX(67) 3356-1112
Site: www.creams.org.br E-mail: creams@creams.org.br

Nº 11564268

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal nº 6.496/77

ART WEB

RESPONSÁVEL TÉCNICO/CONTRATADO

1.NOME DO PROFISSIONAL - 2.TÍTULO
MAURO DE CASTRO - Engenheiro de Comunicações
3.Nº REGISTRO-VISTO
RJ37144D-3209
4.ENDERECO PROFISSIONAL
5.TELEFONE
6.NOME DA EMPRESA CONTRATADA
7.Nº REGISTRO
8.CNPJ

CONTRATANTE

9.NOME DO CONTRATANTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
10.CEP OU CNPJ
02.162.391/0001-76
11.ENDERECO DO CONTRATANTE
12.CIDADE/UF DO CONTRATANTE
13.CEP
14.TELEFONE
15.NOME DO PROPRIETÁRIO
16.CEP OU CNPJ
17.TELEFONE
18.ENDERECO DO PROPRIETÁRIO
19.CIDADE/UF DO PROPRIETÁRIO
20.CEP
21.TELEFONE

LOCAL DA OBRA OU SERVIÇO

18.ENDERECO DA OBRA/SERVIÇO
19.CIDADE/UF DA OBRA/SERVIÇO
20.CEP
21.TELEFONE

TIPO DE ART/VÍNCULO/PARTICIPAÇÃO

22.MODELO ART
NORMAL
23.TIPO DE REGISTRO
NORMAL
24.TIPO ART
SERVIÇO
25.VÍNCULO
AUTÔNOMO
26.PARTICIPAÇÃO
INDIVIDUAL
27.VINCULADA A ART Nº DO PROFISSIONAL/Nº REGISTRO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

OBJETO	CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE	UNIDADE
12 PROJETO	B0109 RADIOFUSÃO	1 ATUAÇÃO	1,0000	20 HORAS
54 INSTALAÇÕES	B0109 RADIOFUSÃO	1 ATUAÇÃO	1,0000	20 HORAS
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

TIPO DE ART E DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO CONTRATADO

28.TIPO DE ART - RESUMO DO CONTRATO: DESCRIÇÃO DA OBRA E/OU SERVIÇO CONTRATADO

TIPO DE ART: SERVIÇO

PROJETO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO DE UMA EMISSORA DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA, PARA ALTERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

29.ENTIDADE DE CLASSE

AEACG - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Grande

30.VALOR DO CONTRATO

500,00

31.VALOR DOS HONORÁRIOS

500,00

32.VALOR DO DOCUMENTO

63,64

LOCAL E DATA

CAMPO GRANDE/MS
05/09/2014

Declaro como verdadeiras as informações acima

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CPF: 029.847.120-5

Declaro como verdadeiras as informações acima

Manoel Albuquerque da Silva
Contratante
CPF/CNPJ: 02.162.391/0001-76

ESTE DOCUMENTO ANOTA PERANTE O CREA/MS, PARA OS EFEITOS LEGAIS, O CONTRATO REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77).

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creams.org.br informando o número desta ART.

Importante: Ao encerrar as atividades e/ou contrato, informar a baixa desta ART ao CREA-MS apresentando a primeira via assinada no verso pelo profissional e contratante.

Valor ART R\$ 63,64

Registrada em 05/09/2014

Valor Pago: 63,64

Nosso Número: 240060100115642681

[1ª via CREA-MS] - [2ª via Profissional] - [3ª via Contratante] - [4ª via Obra/Serviço] - [5ª via Prefeitura/Outros Órgãos]

Local de Pagamento					Vencimento	
CASAS LOTÉRICAS, AGÊNCIAS DA CAIXA E REDE BANCÁRIA.					CONTRA-APRESENTAÇÃO	
Cedente			CNPJ		Agência/Código do Cedente	
CREA-MS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/MS			15.417.520/0001-71		1464/073356-3	
Data do Documento	Nr. Documento	Espécie Dcto.	Acceite	Data do processamento	Nosso Número	
05/09/2014	11564268		N	05/10/2014	24006010011564268-1	
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(-) Valor documento	
	SR	R\$		X	63,64	
Texto de Responsabilidade do Cedente					(-) Desconto/Abatimentos	
Anotação de Responsabilidade Técnica: ARTWEB Nº 11564268					(-) Outras deduções	
Empresa Contratada: -					62.391/0001-76	
Contratante: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS Cpf/Cnpj: 02.1					(1) Mora/Multa	
Tipo ART: SERVIÇO					(1) Outros acréscimos	
Cidade da Obra/Serviço: ALCINÓPOLIS/MS					(-) Valor cobrado	
Sr(a). Profissional. Este documento pode ser quitado em QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA, CASAS LOTÉRICAS e no BANCO POSTAL DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS.					CPF/CNPJ	
IMPORTANTE: APÓS 20/10/2014, PAGÁVEL SOMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS E AGÊNCIAS DA CAIXA.					02984741153	
Sacado						
RJ37144D - MAURO DE CASTRO						
AV. JULIO DE CASTILHO, 661 VILA ALBA						
79100005 CAMPO GRANDE/MS						
Sacador/Avalista						



Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO

Página 1 de 1

05/09/2014 - BANCO DO BRASIL - 17:22:55
444704447 0004

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CLIENTE: MAURO DE CASTRO *
AGENCIA: 4447-4 CONTA: 25.257-3
=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

=====

10490733546300620104801156426833962220000006364
NR. DOCUMENTO 90.501
DATA DO PAGAMENTO 05/09/2014
VALOR DO DOCUMENTO 63,64
VALOR COBRADO 63,64
=====

NR. AUTENTICACAO C. 67A.EDA.B90.F0B.DD7

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5 R
Vista 3029-MS

DECLARAÇÃO

Declaro, em conformidade com o subitem 15.3 - alínea “e” da Norma Complementar n.º 01/2011 que: a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no subitem 19.2.5.1.

Por ser verdade, firmo a presente.

Campo Grande, MS, 17 de Setembro de 2014


MAURO DE CASTRO
Engenheiro de Comunicações

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13.989/78-5 R
em 20/09/2014 MS

DECLARAÇÃO

Declaro, em conformidade com o subitem 15.3 - alínea "f" da Norma Complementar n.º 01/2011 que: a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos baseado na Portaria n.º 1.141/GM5, de 5 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações.

Campo Grande, MS, 17 de Setembro de 2014

Mauro de Castro

MAURO DE CASTRO
Engenheiro de Comunicações

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13.989/78-R
Visto 3029/MS

PARECER CONCLUSIVO

Atesto que em conformidade com o item 15.3 – alínea “g” da Norma Complementar nº 01/2011.

- ◆ A instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma.
- ◆ O contorno de 91 dBμ da emissora não fica situado a mais de 1 (um) quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.


Nome do Engenheiro: **Mauro de Castro**

Endereço: Av. Júlio de Castilho, 661 – Vila Alba – Campo Grande / MS
CEP.: 79100-005

Tel.: (067) 3361-4898 / 9982-1125

CREA nº 13989/78-5R / Visto 3029/MS

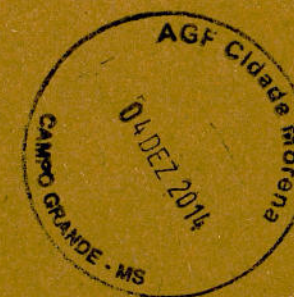
Campo Grande, MS, 17 de Setembro de 2014


MAURO DE CASTRO
Engenheiro de Comunicações

Mauro de Castro
Eng. de Comunicações
CREA nº 13989/78-5R
Visto 3029-MS



Destinatário
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo B, Sala 300-O
CEP: 70044-900 - BRASILIA (DF)



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Remetente
MAURO DE CASTRO
Av. Julio de Castilho, 661 – Vila Alba
CAMPO GRANDE – MS
CEP 79100-005



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.162.391/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/05/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO CANYON			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R Y - 2	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (067) 260 -1184	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **17/02/2016** às **15:28:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNIT,ECOLOGICA,EDUCATIVA E CULT.DE
ALCINOPOLIS

CNPJ: 02.162.391/0001-76

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:15:54 do dia 17/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

NOTA TÉCNICA Nº 2680/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057909/2011-67**

Processo de Outorga nº: 53700.001246/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS/MC**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria 4334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atualizado, (art. 131, §2º, da Portaria 4334/2015)

Em consulta ao sítio da Receita Federal em 17/02/2016, foi constatada divergência no endereço da sede informado pela entidade (Rua W-09 Joaquim Pereira França, nº 1000) e o constante do CNPJ (R Y-2 , SN, Centro).

II. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4334/2015).

Da leitura do estatuto social apresentado, constata-se a necessidade de adequação de sua redação ao disposto no art. 40, da Portaria nº 4334/2015, conforme transcrição a seguir (grifos nossos):

Art. 40) O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

II – garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III – garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida **uma recondução**.

IV. Último relatório do Conselho Comunitário (art. 131, V, da Portaria nº 4334/2015).

O relatório deverá avaliar a atual programação veiculada pela emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9612/1998. O relatório deve estar **acompanhado da atual grade de programação da emissora** e conter a assinatura de todos os membros do Conselho.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Tec Administrativo**, em 17/02/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 17/02/2016, às 17:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0965495** e o código CRC **B4EEF718**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 4000/2016/SEI-MC

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2016.

Ao Senhor
LEONARDO HENRIQUE DIAS
Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de
Alcinópolis
Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1009530000
79.530-000/ Alcinópolis – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2680/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 17/02/2016, às 17:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0965496** e o código CRC **986CC59E**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ao Senhor
LEONARDO HENRIQUE DIAS
Representante Legal da Associação Comunitária
Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis
Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1009530000
79.530-000/ Alcinópolis – MS

NOME DO DESTINATÁRIO

UF PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

OJ. n.º 4000/2016/SEI-MC (0965496)
53000.057909/2011-67

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

29/02/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Wagner Amaral da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

902965 SSP/MS

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luiz B. d. 5562-3

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 18841270 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER EM LETRAS DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ofício nº 13/2016

Alcinópolis - MS, 18 de Março de 2016.

Exmo. Delegado
CARLOS VINICIUS LANNES DUERING
Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC - 04
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar, salas 107 a 110 - Centro.
CEP: 88010-970 - Florianópolis - SC

Assunto: Resposta ao Ofício nº 4000/2016/SEI-MC
Nota Técnica nº 2680/2016/SEI-MC
Processo de Renovação nº 53000.057909/2011-67



Mariada Maria Lopes
Agente Administrativo
DRMC - 04 / Matrícula 0454964

Prezado Senhor,

Em atendimento ao Ofício nº 4000/2016/SEI-MC sobre a Nota Técnica nº 2680/2016/SEI-MC no processo de renovação nº 53000.057909/2011-67 que trata sobre pendências encontradas no processo de renovação, encaminhamos através deste, documentos a que se refere à nota técnica.

1. Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.

Foram realizadas as mudanças nas divergências encontradas no endereço da sede, assim também como no nome fantasia e representantes legais da entidade que se encontrava diferente ao do Estatuto.

2. Cópia do Estatuto Social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

As adequações constatadas pela Nota Técnica nº 2680/2016/SEI-MC, sobre a redação do Estatuto foram devidamente Alteradas no que se diz respeito ao tempo de mandato de 04 anos, **sendo permitida uma recondução**, assim também como foi alterado o nome fantasia da entidade, que foi adequado ao nome real existente, que se encontrava diferente no CNPJ e diferente no Estatuto.

3. Cópia Autenticada do Último relatório do Conselho Comunitário contendo a atual grade de programação da emissora.


O relatório do Conselho Comunitário constata que a emissora atende os interesses da comunidade e princípios estabelecidos no art. 4º da lei nº 9612/1988.

4. Cópia Autenticada da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Eleição de Nova Diretoria.
Cópia Autenticada da Errata de Ata de Assembleia Geral.
Cópia dos documentos dos membros da Diretoria.

Última Ata de Eleição realizada, assim como Errata para correção de digitação incorreta de CPF, devidamente registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Sendo só para o momento, aproveito a oportunidade para colocar-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos sobre eventuais dúvidas.

Atenciosamente,


Ronivaldo Pereira da Cunha
Presidente

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, p
RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.162.391/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE 16/05/1
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO CANYON			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R Y - 2	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (067) 260 -1184	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITU 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITU *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **24/03/2016** às **15:08:17** (data e hora de Brasília).

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)



ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

ARTIGO PRIMEIRO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por numero ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de Alcinoópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua W-09 - Joaquim Pereira França, nº 1000, Centro, CEP: 79530-000.

Parágrafo Único - A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis utilizará como denominação fantasia 87,9 - EDUCATIVA FM, e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional das áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.



Parágrafo Primeiro- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO:

Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO:

A receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II- DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO:

Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenha preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede nesta cidade, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

ARTIGO SEXTO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I- Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II- Contribuintes ou Efetivos- formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembleia.
- III- Honorários- formada pelos demais associados que requerem seu ingresso particularmente.

ARTIGO SÉTIMO:

As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

ARTIGO OITAVO:

São direitos e deveres dos associados:



- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votadas para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art. 12;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- c) Propor projetos e ideias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- d) Comparecer às Assembleias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas ideias e opiniões, bem como suas críticas e queixas;

ARTIGO NONO:

São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para liberação fundada, assegurada o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO DÉCIMO:

São órgãos da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Comunitário;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

A Assembleia Geral, órgão máximo de liberação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

Parágrafo Primeiro- A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.



Parágrafo Segundo- A Convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o conselho comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro- A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer numero de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1.º.

Parágrafo Quarto- A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1.º.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:

A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 04 anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do artigo 11.

Parágrafo Segundo- Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São atribuições:

I - Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover intercambio com a comunidade e entidades afins;



- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II - De Cada Dirigente:

- a) **Ao Presidente compete:** Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;
- b) **Ao Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar o serviço da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade;
- c) **Ao Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente ao seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.



IV-DAS ELEIÇÕES

ARTIGO DÉCIMO QUINTO:

As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros, bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro- É vedada a participação de associados e mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Segundo- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

V- DA PROGRAMAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEXTO:

A Programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI- DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:

O Patrimônio e a Receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único- Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro do seu quadro diretivo será remunerado.

VII- DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO



ARTIGO DÉCIMO OITAVO:

Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO DÉCIMO NONO:

A dissolução da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS, ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembleia.

VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO VIGÉSIMO:

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:

O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 03 de janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:

Não haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrado em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto.

Alcinópolis - MS, 10 de Março de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinópolis - MS

Rua Frei Gilvane José Gomes, 200 - Centro - Alcinópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança a firma de:

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

XX

Cartão de firma No.: 2697

Selo Digital No: ALM45969-638

Alcinópolis-MS, 15/03/2016 Dou fe. Em test. *Justa* da verdade

Consulte em www.tjms.jus.br

Emol:6,00+2,10(10%FUNJEC+5%ISS+6%FUNADEP+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$8,10

ESTELENE MARTINS ALVES
INTERINA



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS
Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540
CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80
Dr. Julio Lima de Almeida

RECIBO DE ATOS PRATICADOS

CERTIFICO que o presente título foi prenotado em Pessoa Jurídica na data de 15/03/2016 sob nº 00009056, sendo que o mesmo foi Averbado sob nº 14, a Margem do Registro nº 00000163 do Livro B.

Selo Digital Utilizado nº AJH78351 919.

Apresentante: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, ECOLOGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS
Telefone: 67-3260-1447
Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLOGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
Natureza: Alteração de Estatuto

Descrição das Custas:

Qdt	Descrição da Tabela Usada	Oficial	Funjecc 10%	Funjecc 3%	Funadep 6%	Fund-PGE 4%	TOTAL
1	2015 - Averbação de qualquer natureza	44,65	4,70	2,35	2,82	1,88	61,10

Totais:

Oficial:.....R\$ 44,65
Funjecc (10%):.....R\$ 4,70
Feadmp (10%):.....R\$ 4,70
Funadep (6%):.....R\$ 2,82
Fund-PGE (4%):.....R\$ 1,88
TOTAL:..... R\$ 61,10

DEPÓSITO:.....R\$ 61,10

SALDO:.....R\$ 0,00

Coxim, MS, 21/03/2016

Heverton Furtado Simões
Escrevente

Escrevente

Declaro que retirei o presente título e a 1º via deste recibo estando de acordo com os valores acima cobrados:

Nome: _____

Doc.: _____ Fone: _____

Ass: _____

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada à Rua W-09 - Joaquim Pereira França, número 1000, Centro, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo João da Silva Souza, para a Alteração da redação do Estatuto social em adequação a portaria 4334/2015 do Ministério das Comunicações, foi então entregue cópia do estatuto em sua nova redação a todos os presentes, seguiram-se alguns minutos para que todos os presentes lessem e dessem suas opiniões, o que foi feito por alguns, após todos os comentários e explicações, o Diretor Administrativo João da Silva Souza convocou os presentes para a votação da alteração do referido Estatuto Social, o que foi aprovado por unanimidade, ficando o Estatuto Social com a nova redação conforme cópia anexo a esta Ata: Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente, Conselho Comunitário e demais Associados presentes da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 10 de março de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOÃO DA SILVA SOUZA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

ROSIMEIRE DE ASSIS MACHADO

JORGE ALVES DA SILVA

PATRICIA MARIA DE MORAES

JAIME DE SOUZA JUNIOR

MARCIA ISABEL DE SOUZA

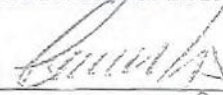

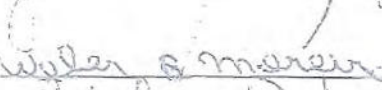
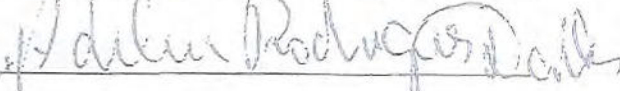
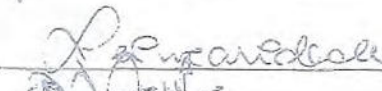

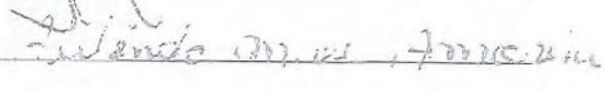
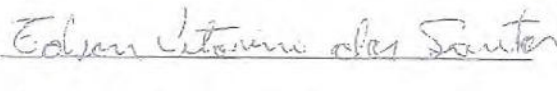



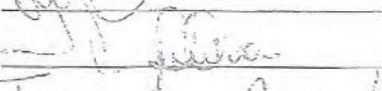


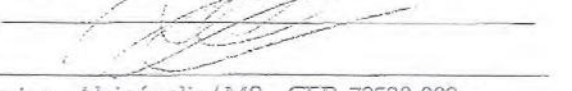
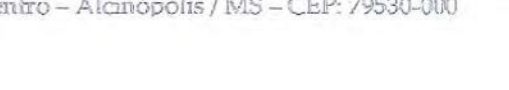


DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

TEREZINHA AMARAL DA SILVA

PAULO DE CARVALHO NETO

JESUS APARECIDO DE LIMA

ALDO DE OLIVEIRA

Rua W-09 - Joaquim Pereira França, n.º 1000, Centro - Alcinópolis / MS - CEP: 79530-000

Reconheço por semelhança as firmas de:
JOAO DA SILVA SOUZA e
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Cartão de firma No.: 1725 e 2697
Selo Digital No: ALM5965-110 e ALM5966-524
Alcinópolis-MS, 15/03/2016 Dou fe. Em test. *da verdade*
Consulte em www.tjms.jus.br
Emol:12,00+4,20(10%FUNJEC)+5,00(5%FUNDEP)+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$16,10

Alcinoópolis
ALEXANDRE MONTES
Escriturante

Reconheço por semelhança a firma de:
WEBER DE BRITO MOREIRA
Cartão de firma No.: 2236
Selo Digital No: ALM5967-927
Alcinópolis-MS, 15/03/2016 Dou fe. Em test. *da verdade*
Consulte em www.tjms.jus.br
Emol:6,00+2,10(10%FUNJEC)+5,00(5%FUNDEP)+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$8,10

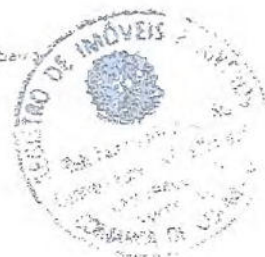
Alcinoópolis
ALEXANDRE MONTES
Escriturante

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Müller, 280. Centro - Tel.: (67) 3791-8341

Protocolado sob nº 30008056 e averbado sob nº 14 a
Margem de Reg. nº 000001634 - 4.ª
Coxim-MS 21 de março de 2016

Heverton Furtado Simões
Escriturante

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO:
TOTAL R\$ 81,10 (Emol: R\$ 44,65 Funjeco 10% R\$ 4,70, Fundep 5% R\$ 2,02 Funde. PSE 14% R\$ 1,88 Feadmp/MS 10% R\$ 4,70 Funjeco 15% R\$ 2,35
SELO DIGITAL A0H78351 919 - Consultar o Selo no site www.tjms.jus.br/corregedoria/selos/desd/2016/03/20160321



RELATORIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, as 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada a Av. W09 Joaquim Pereira França, numero 1000, Centro, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se o conselho comunitário para avaliação da programação da Radio Educativa FM, depois de ampla discussão e comentários, ideias e sugestões, foi aprovada a grade de programação, sendo que o consenso geral foi que a mesma atende aos interesses e necessidades da comunidade local. Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei o presente relatório, que lido e aprovado pelos presentes, assino com o Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 15 de janeiro de 2016.

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO EDUCATIVA FM

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA		
HORARIO INICIO	HORARIO TERMINO	NOME PROGRAMA
05:00	08:00	CLASSICO SERTANEJO
08:00	11:00	MANHA 87
11:00	13:00	ESTAÇÃO SERTANEJA
13:00	13:30	JORNAL E NOTICIAS
13:30	14:00	TOP SEQUENCIA
14:00	17:00	HITS LIVRE
17:00	19:00	ARENA SERTANEJA
19:00	20:00	VOZ DO BRASIL
20:00	23:00	TOP SERTANEJO
SABADO		
05:00	08:00	CLASSICO SERTANEJO
08:00	11:00	BOM DIA 87
11:00	14:00	ESTAÇÃO SERTANEJA
13:00	16:00	ADRENALINA
16:00	18:00	BATIDÃO SERTANEJO
18:00	20:00	AS MAIS TOCADAS
20:00	23:00	TOP SERTANEJO
DOMINGO		
05:00	08:00	ESTILO SERTANEJO
08:00	09:00	IGREJA ASSEMBLEIA DEUS
09:00	10:00	IGREJA PRIMITIVA DE DEUS
10:00	11:00	IGREJA TEMPLO MILAGRES
11:00	14:00	EXPLOÇÃO MIX
14:00	18:00	RODEIO NA EDUCATIVA
18:00	20:00	BAU DE MEMORIAS
20:00	23:00	FIM DE NOITE

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

João da Silva Souza

Adileu Rodrigues Dantas

Leila Maria Caridade

Aulinda M. de Amorim

Edson Vitorino dos Santos

AUTENTICACAO

Confere com o original que me foi apresentado.

Selo Digital: ALP97791-407

Consulte em www.tjms.jus.br

Alcinópolis-MS, 16/03/2016

Em Teste: *Alethia* da verdade.

Emol:3,17+FUNJEC:0,32+ISS:0,16+FUNADEP:0,19+FUNDE:0,13=4,29

Alethia M. Alves
ALETHÉA MARTINS ALVES
INTERINA

EM BRANCO

EM BRANCO

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada à Av. W09 Joaquim Pereira França, número 1000, Centro, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pela diretora administrativa Terezinha Amaral da Silva, para eleição e posse de nova diretoria e conselho comunitário, eleição essa que teria por motivo a mudança do presidente Leonardo Henrique Dias para a cidade de Goiânia, estado de Goiás, e também a mudança da Diretora de Operações Maria Sogobi Caputo para a cidade de Santana da Ponte Pensa, estado de São Paulo, e que de acordo com o artigo quinto do Estatuto da Associação, todos os membros da Diretoria da associação devem residir na cidade sede da Associação, não permitindo assim que o atual Presidente e Diretora de Operações continuem a participar da Diretoria da Associação, feito todos os comentários e explicações, a Diretora Administrativa Terezinha Amaral da Silva apresentou a chapa inscrita interessada em concorrer aos cargos da nova diretoria. Após aberta e encerrada a votação, a diretoria foi eleita por unanimidade, assim como os cinco indicados mais votados para o conselho comunitário, pelo período de quatro anos para o novo mandato, compreendido entre 12 de agosto de 2015 à 12 de agosto de 2019. Fica dessa maneira empossado como: **Presidente: RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA**, brasileiro, solteiro, fisioterapeuta, RG nº 533.170.990 SSP/SP, CPF nº 978.605.731-72, residente e domiciliado na Rua Valdecir de Souza Barbosa, nº 550, cidade de Alcinópolis - MS, **Diretor Administrativo: JOÃO DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 638.433 SSP/MS, CPF nº 998.963.658-54, residente e domiciliado na Travessa 89 Rua Maria Verônica de Jesus, nº 72, COHAB 02, cidade de Alcinópolis - MS, **Diretor de Operações: WEBER BRITO MOREIRA**, brasileiro, solteiro, motorista, RG nº 001.147.424 SSP/MS, CPF nº 001.191.661-35, residente e domiciliado na Rua Maria Barbosa Carneiro, nº 443, centro, cidade de Alcinópolis - MS, **Conselho Comunitário: ADILEU RODRIGUES DANTAS**, brasileiro, casado, pecuarista, RG nº 23.657.037-7 SSP/MS, CPF nº 023.640.658-28, residente e domiciliado na Rua Virgílio José Carneiro, nº 182, cidade de Alcinópolis - MS, **LEILA MARIA CARIDADE**, brasileira, casada, comerciante, RG nº 15.484.187 SSP/SP, CPF nº 087.705.188-74, residente e domiciliado na Rua Luzia Rezende Silva, nº 273, cidade de Alcinópolis - MS, **CICERO DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 121.179-8 SSP/MS, CPF nº 007.409.891-89, residente e domiciliado na Rua Virgílio José Carneiro, nº 838, cidade de Alcinópolis, **AULINDA MARTINS DE AMORIM**, brasileira, casada, comerciante, RG nº 468.258 SSP/MS, CPF nº 511.880.231-87, residente e domiciliado na Averaldo Fernandes Barbosa, nº 1100, cidade de Alcinópolis, e **EDSON VITORINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, funcionário público, RG nº 00.108.025-5 SSP/MS, CPF nº 298.364.091-49, residente e domiciliado na Avenida Averaldo Fernandes Barbosa, nº 228, cidade de Alcinópolis. Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo eleito, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente e Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 12 de agosto de 2015.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

CNPJ 09.345.308/0001-43
SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS DE ALCINÓPOLIS

DE IMÓV.

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinoópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcinoópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO
Confere com o original que me foi apresentado.
Selo Digital: ALM97785-663
Consulte em www.tjms.jus.br
Alcinoópolis-MS, 16/03/2016

Em Test. Alethea da verdade.
Emol:3,17+FUNJECC:0,32+ISS:0,16+FUNADEP:0,19+FUNDE:0,13=4,29

Alethea M. Alves
ALETHEA MARTINS ALVES
INTERINA

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel.: (67) 3291-8540

PROTOCOLADO SOB Nº 00008769 E AVERBADO SOB Nº 12, NAS
MARGENS DO REG. Nº 00000163-Lv A-1
Coxim-MS, 28 de agosto de 2016

OFICIAL
TOTAL: R\$ 61,10 (Emol.: R\$ 44,65,
FunjeCC (10%): R\$ 4,70, Funadep (6%): R\$ 2,82,
Funde-PGE (4%): R\$ 1,88), Feadmp/MS(10%): R\$ 4,70;
SELO DIGITAL: AJH78079 846 - Consulta: <http://www.tjms.jus.br>

Heverton Furtado Simões
Escrevente



Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinoópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcinoópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança a firma de:
RONIVALDO FERREIRA DA CUNHA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cartão de firma No.: 2697

Selo Digital No: AKE02433-177

Alcinoópolis-MS, 12/08/2015 Dou fe. Em test. Alethea da verdade

Consulte em www.tjms.jus.br

Emol:6,00+2,10(10%FUNJECC+5%ISS+6%FUNADEP+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$8,10

Alethea M. Alves
ALETHEA MARTINS ALVES
INTERINA

EM BRANCO

CNPJ 09.345.308/0001-43

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS DE ALCINÓPOLIS

ERRATA DE ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

ERRATA À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA, realizada aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, as 09h00min, na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, situada a Av. W09 Joaquim Pereira França, numero 1000, Centro, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, onde, por um erro de digitação foi descrito o numero errado do CPF do **Diretor Administrativo: JOÃO DA SILVA SOUZA**, sendo assim:

ONDE SE LÊ: JOÃO DA SILVA SOUZA, brasileiro, solteiro, professor, RG n° 638.433 SSP/MS, CPF n° 998.963.658-54, residente e domiciliado na Travessa 89, Rua Maria Verônica de Jesus, n° 72, COHAB 02, cidade de Alcinópolis;

LEIA-SE: JOÃO DA SILVA SOUZA, brasileiro, solteiro, professor, RG n° 638.433 SSP/MS, CPF n° 655.382.931-49, residente e domiciliado na Travessa 89, Rua Maria Verônica de Jesus, n° 72, COHAB 02, cidade de Alcinópolis;



Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente errata, que depois de lida, assino juntamente com o Diretor de Operações e Presidente da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Fica anexada a esta, cópia dos documentos de João da Silva Souza a fim de comprovar a presente Errata.

Alcinópolis, 06 de Novembro de 2.015.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações



Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinópolis - MS

Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcinópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

AUTENTICACAO

Confere com o original que me foi apresentado.

Selo Digital: ALP97784-209

Consulte em www.tjms.jus.br

Alcinópolis-MS, 16/03/2016

Em Teste,  da verdade.

Emol:3,17+FUNJEC:0,32+ISS:0,16+FUNADEP:0,19+FUNDE:0,13=4,29

ALETHIA MARTINS ALVES
INTERINA



Emol:12,00+4,20(10%FUNJECC+5%ISS+6%FUNADEP+4%FUNDE+10%FEADMF)=R\$16,20

Rua Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcântara - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

$$\text{Emol} = 6,00 + 2,10(10\% \text{FUNJECC} + 5\% \text{ISS} + 6\% \text{FUNADEP} + 4\% \text{FUNDE} + 10\% \text{FEADMP}) = R\$8,10$$

9

3291-8540
Everton Furtado Simões
Escrivente

<http://www.tjms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php>



EM BRANCO



CNPJ 09.345.308/0001-43
SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS DE ALCINÓPOLIS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO

CIC

RECEITA DA RECEITA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE PRECATORIOS FISCAIS

NOME COMPLETO
JOÃO DA SILVA SOUZA

NASCIMENTO
11.02.72

ASSINATURA
João da Silva Souza

TER A VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E
DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTARIA PROCURE A DÍVIDA LOCAL DO DEPARTAMENTO
DA RECEITA FEDERAL

DATA DO AGENTE EMISSOR
01/30/80
10/5/1992

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
[Assinatura]

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DRE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 53.317.099-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/MAR/2009

NOME RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

FILIAÇÃO FRANCISCO THOMAS DA CUNHA

E IZOLETA PEREIRA ALVES

NATURALIDADE CAMAPUÃ -MS DATA DE NASCIMENTO 27/SET/1982

DOC. ORIGEM CAMAPUÃ-MS FIQUEIRÃO

CN: LV A02 /FLS:265V/N.00242

CPF 978605731

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8810-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

5504-016715

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CODIGO DE CONTROLE

35FF.8DF7.9DBD.F747

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 16:43:50 do dia 29/02/2012 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

978.605.731-72

Nome

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Nascimento

27/09/1982

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
WEBER DE BRITO MOREIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / F
1147424 SSP MS

CPF
001.191.661-35 DATA NASCIMENTO
11/05/1982

FLUIÇÃO
HERVE MOREIRA DA SILVA
NEUSA DE BRITO DE
MOREIRA

PERMISSÃO
ACC CAT. HAB
E

Nº REGISTRO
01979057708 VALIDADE
10/02/2019 1ª HABILITAÇÃO
01/09/2001

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO:

Assinatura do Portador
Weber B. Moreira

LOCAL
ALCINOPOLIS, MS DATA DE EMISSÃO
09/09/2014

Assinatura do Emissor
Carlos Henrique dos Santos Pereira
Diretor Presidente Detran MS 48262885338
MS823815153

DETRAN - MS (MARECHOSO DO SUL)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 977223482

PROIBIDO PLASTIFICAR 977223482

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
001.191.661-35

Nome
WEBER DE BRITO MOREIRA

Nascimento
11/05/1982

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 73644 Série 00012/mg



Weber Brito Moreira
ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Weber de Brito Moreira
Loc. Nasc. Coxim Est. MS Data 11/05/1982
Filiação Herve Moreira da Silva e de Neusa de Brito de Moreira
Doc. Nº 1147424 SSP/MS

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
Exp. em / / Estado
Obs.:
Data Emissão 26/03/2003 DRT Altafonia - MS

Weber Brito Moreira
Assinatura do Funcionário
Matrícula N.º 0008.5
Altafonia - MS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

AO EXMO. DELEGADO

CARLOS VINICIUS LANNES DUERING

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC - 04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar, salas 107 a 110 - Centro.

CEP: 88010-970 - Florianópolis - SC



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.

Rua W-09 - Joaquim Pereira França, nº 1000 - Centro.

CEP: 79.530-000 - Alcinópolis - MS



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNIT,ECOLOGICA,EDUCATIVA E CULT.DE ALCINOPOLIS

CNPJ: 02.162.391/0001-76

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:49:32 do dia 04/04/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/05/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

NOTA TÉCNICA Nº 7763/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057909/2011-67**

Processo de Outorga nº: 53700.001246/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria 4.334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4.334/2015).

Da leitura do estatuto social apresentado em 30/03/2016, verificou-se que as alterações solicitadas através da NT nº 2680/2016/SEI-MC não foram realizadas por completo, ou seja, constatou-se novamente a necessidade de adequação de sua redação ao disposto no art. 40, da Portaria nº 4.334/2015, conforme transcrição a seguir (grifos nossos):

Art. 40) O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

*II – garantia de **ingresso gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa **física ou jurídica**;*

*III – garantia do direito de **voz e voto** aos associados nas **instâncias deliberativas**;*

3. Além das pendências na documentação encaminhada, pede-se os seguintes esclarecimentos:

I. De acordo com a ata da assembleia geral de 12/08/2015, foram eleitos os atuais integrantes do Conselho Comunitário, entretanto a referida ata não informa de quais entidades os respectivos eleitos são representantes. Em

atendimento à Portaria 4.334/2015 e ao art. 14 do estatuto social da requerente, o Conselho Comunitário será composto por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas. Diante disso, solicitamos que sejam informadas as entidades cujos representantes foram eleitos para composição do Conselho Comunitário da emissora. Caso os eleitos não sejam representantes de entidades legalmente constituídas conforme rege a Portaria 4.334/2015 e o estatuto social, deverá ser providenciada nova eleição do Conselho Comunitário de forma a atender os preceitos legais e, com isso, também deverá ser apresentado novo relatório do atual Conselho versando sobre a programação da emissora, o qual deverá ser assinado por todos os seus membros.

II. Com relação ao CNPJ (que traz o endereço: Rua Y-2, s/nº), nota-se que ele permanece com endereço diferente do informado pela entidade em toda sua documentação, inclusive no atual estatuto social (Rua W-09 Joaquim Pereira França n.º 1000). Diante disso, pede-se também que a requerente informe o atual endereço da sede, do estúdio, do sistema irradiante e o de correspondência.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Tec Administrativo**, em 04/04/2016, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering**, **Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 05/04/2016, às 10:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1056942** e o código CRC **668C014D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 11303/2016/SEI-MC

Florianópolis, 04 de abril de 2016.

Ao Senhor
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de
Alcinópolis
Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1009530000
79.530-000/ Alcinópolis – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7763/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Carlos Vinícius Lannes Duering
Delegado



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 05/04/2016, às 10:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1057146** e o código CRC **BD67A094**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ao Senhor
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
 Representante Legal da Associação Comunitária
Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis
 Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000
 79.530-000/ Alcinópolis – MS

ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. nº 11303/2016/SEI-MC (1057146)
 53000.057909/2016-67

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
 DATE DE LIVRATION

15/07/16

CARIMBO DE ENTREGA
 UNIDADE DE DESTINO
 BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Marli Vicente da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
 RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

001.691-060

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
 SIGNATURE DE L'AGENT

15/07/16

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 18841356 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

08 ABR

2016

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS - SC

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Ofício nº20/2016

Alcinópolis - MS, 09 de Maio de 2016.

Exmo. Delegado
CARLOS VINICIUS LANNES DUERING
Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC - 04
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar, salas 107 a 110 - Centro.
CEP: 88010-970 - Florianópolis - SC



Assunto: Resposta ao Ofício nº 11303/2016/SEI-MC
Nota Técnica nº 7763/2016/SEI-MC
Processo de Renovação nº 53000.057909/2011-67

Prezado Senhor,

Em atendimento ao Ofício nº 11303/2016/SEI-MC sobre a Nota Técnica nº 7763/2016/SEI-MC no processo de renovação nº 53000.057909/2011-67 que trata sobre pendências encontradas no processo de renovação, encaminhamos através deste, documentos a que se refere à nota técnica.

1. Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.
Cópia do Quadro de Sócios e Administradores.
Cópia do Documento Básico de Entrada do CNPJ junto a Receita Federal.

Por um erro na juntada dos documentos a serem enviados anteriormente, acabamos encaminhando a cópia do documento antigo, pedimos sinceras desculpas e anexamos agora o correto onde constam as alterações no endereço, da pessoa física responsável perante o CNPJ, mas por um motivo que desconhecemos não foi alterado o nome fantasia, conforme solicitado no Documento Básico de Entrada do CNPJ, que foi dado entrada na Receita Federal no dia 14 de março de 2016, conforme cópia anexo, diante disso, nosso escritório de contabilidade já está tomando as providências necessária a correção do erro.

2. Cópia do Estatuto Social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

As adequações solicitadas pela Nota Técnica nº 7763/2016/SEI-MC, sobre a redação do Estatuto foram devidamente feitas no que se diz respeito à garantia de ingresso gratuito como associado de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, conforme Parágrafo Primeiro do Artigo Quinto, assim como também foi acrescentado o item "e" ao Artigo Oitavo, garantindo o direito de voz e voto aos associados nas instancias deliberativas.

3. Cópia do Termo de Posse do Conselho Comunitário.
Cópia dos Ofícios enviados as todas as Entidades de Alcinópolis.
Cópias dos Ofícios recebidos, dos documentos dos indicados e Comprovantes de CNPJ das Entidades participantes do Conselho Comunitário.

Conforme solicitado, estamos enviando cópias dos documentos das entidades que participam do Conselho Comunitário, assim como cópias dos ofícios enviados as todas as entidades do município e também cópia do Termo de Posse do Conselho Comunitário.

Entidades participantes do Conselho Comunitário:

- Associação de Agricultores (as) Familiares Santa Fé II;
Conselheiro: Adileu Rodrigues Dantas.

- APAE de Alcinópolis,
Conselheira: Leila Maria Caridade.
- Associação Esportiva Clube dos Trintas;
Conselheiro: Cícero de Souza.
- A.P.M. da Escola Estadual Romilda da Costa Carneiro;
Conselheira: Aulinda Martins de Amorim.
- AMCOHA - Associação dos Moradores das Cohab's I, II, III;
Conselheiro: Edson Vitorino dos Santos.

Sendo só para o momento, aproveito a oportunidade para colocar-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos sobre eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Ronivaldo Pereira da Cunha
Presidente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.162.391/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/05/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO CANYON			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV JOAQUIM PEREIRA FRANCA		NÚMERO 1000	COMPLEMENTO
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO MARTINS FRANCA	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 3260-1447	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **07/05/2016** às **11:56:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 02.162.391/0001-76
NOME ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA
EMPRESARIAL: EDUCATIVA E CULTURAL
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 07/05/2016 às 12:01 (data e hora de Brasília).

Voltar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Receita Federal do Brasil

CÓDIGO DE ACESSO
MS.98.59.59.16
- 02.162.391.000.176

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 02.162.391/0001-76
--	--

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ - 12/08/2015
211 Alteração de endereço dentro do mesmo município - 12/08/2015
221 Alteração do título do estabelecimento (nome de fantasia) - 12/08/2015
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA	CPF 978.605.731-72
---	------------------------------

LOCAL E DATA

15 de março de 2016, Alcinoópolis.

ASSINATURA (com firma reconhecida)

Ronivaldo Pereira da Cunha

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinoópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Motter, 200 - Centro - Alcinoópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança a firma de:
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Cartão de firma No.: 2697

Selo Digital No: ALM45962-056

Alcinoópolis-MS, 15/03/2016 Dou fe. Em test: *Alethéa Martins Alves* da verdade

Consulte em www.tjms.jus.br

Emol:6,00+2,10(10%FUNJEC)+5%ISS+6%FUNADEP+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$8,10

Alethéa Martins Alves
ALETHÉA MARTINS ALVES
INTERINA

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA
UNIDADE CADASTRADORA



ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

ARTIGO PRIMEIRO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por numero ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França, CEP: 79.530-000.

Parágrafo Único - A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis utilizará como denominação fantasia 87,9 - EDUCATIVA FM, e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional das áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.



Parágrafo Primeiro- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO:

Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO:

A receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II- DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO:

Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenha residência ou sede nesta cidade, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro- É assegurado o ingresso gratuito como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

ARTIGO SEXTO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I- Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II- Contribuintes ou Efetivos- formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembleia.
- III- Honorários- formada pelos demais associados que requerem seu ingresso particularmente.



ARTIGO SÉTIMO:

As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

ARTIGO OITAVO:

São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votadas para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art.12;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- c) Propor projetos e ideias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- d) Comparecer às Assembleias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas ideias e opiniões, bem como suas críticas e queixas;
- e) **Garantia de direito de voz e voto nas instancias deliberativas;**

ARTIGO NONO:

São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para liberação fundada, assegurada o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO DÉCIMO:

São órgãos da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Comunitário;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

A Assembleia Geral, órgão máximo de liberação da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**polis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

Parágrafo Primeiro- A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França – Alcinopolis / MS – CEP: 79.530-000



alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocado para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo- A Convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o conselho comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro- A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer numero de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1.º.

Parágrafo Quarto- A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:

A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 04 anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do artigo 11.

Parágrafo Segundo- Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São atribuições:

I - Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS** em atos públicos ou internos;
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino-MS**;
- e) Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;



- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover intercambio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II - De Cada Dirigente:

- a) **Ao Presidente compete:** Representar a **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;
- b) **Ao Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino**, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar o serviço da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade;
- c) **Ao Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente ao seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.



IV-DAS ELEIÇÕES

ARTIGO DÉCIMO QUINTO:

As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro- É vedada a participação de associados e mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Segundo- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

V- DA PROGRAMAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEXTO:

A Programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI- DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:

O Patrimônio e a Receita da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis**, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único- Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro do seu quadro diretivo será remunerado.

VII- DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO



ARTIGO DÉCIMO OITAVO:

Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO DÉCIMO NONO:

A dissolução da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcino, ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembleia.

VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO VIGÉSIMO:

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

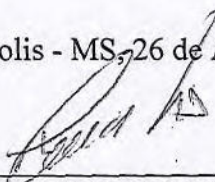
ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:

O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 03 de janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:

Não haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrado em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto.


Alcino, MS, 26 de Abril de 2016.


RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcino, MS
Rua: Frei Gilberto José Monter, 200 - Centro - Alcino, MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança a firma de:
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Cartão de firma No.: 2697
Selo Digital No: ALR51353-930
Alcino, MS, 29/04/2016 Dou fe. Em test.  da verdade
Consulte em www.tjms.jus.br
Emol: 6,00+2,10(10%FUNJEC)+5,15(5%FUNADEP)+4,70(FUNDE)+10,70(FEADMP)=R\$8,10


Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis, situada à Av. Joaquim Pereira França, número 1000, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinoópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo João da Silva Souza, para nova Alteração da redação do Estatuto social em adequação à portaria 4334/2015 do Ministério das Comunicações, foi então entregue cópia do estatuto em sua nova redação a todos os presentes, seguiram-se alguns minutos para que todos os presentes fizessem a leitura do estatuto e colocassem suas opiniões, após todos os comentários e explicações, o Diretor Administrativo João da Silva Souza convocou os presentes para a votação da alteração do referido Estatuto Social, o que foi aprovado por unanimidade, ficando o Estatuto Social com a nova redação conforme cópia anexa a esta Ata: Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente, Conselho Comunitário e demais Associados presentes da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinoópolis. Alcinoópolis, 26 de Abril de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOÃO DA SILVA SOUZA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

VALDENI ALVES MARTINS

ROSIMEIRE DE ASSIS MACHADO

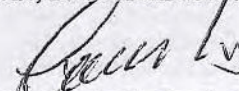
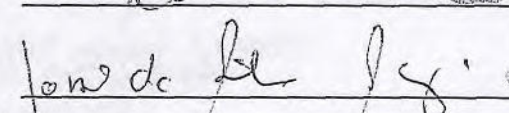
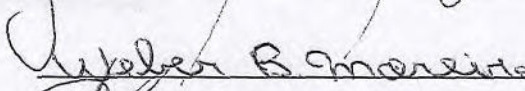

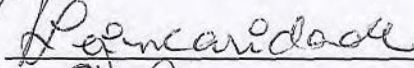

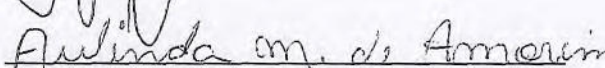
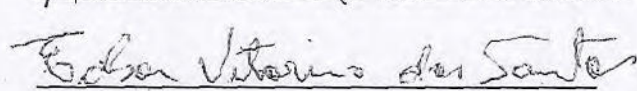


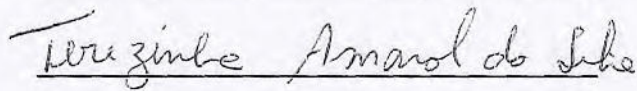
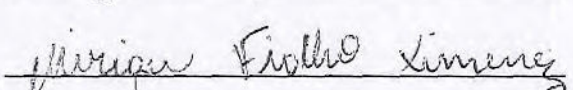
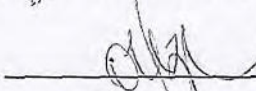
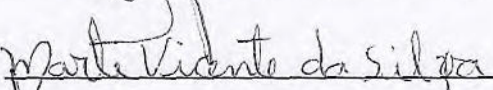
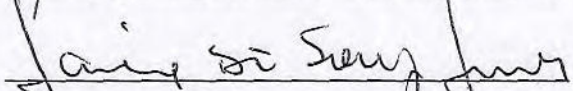
TEREZINHA AMARAL DA SILVA

MIRIAN FIALHO XIMENEZ

MARCIA ISABEL DE SOUZA

MARLI VICENTE DA SILVA

JAIME DE SOUZA JUNIOR

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França – Alcinoópolis / MS – CEP: 79.530-000.

Reconheço por semelhança as firmas de:
JOAO DA SILVA SOUZA e
WEIER DE BRITO MOREIRA
Cartão de firma No.: 1725 e 2236
Selo Digital No: ALR51359-068 e ALR51360-039
Alcinópolis-MS, 29/04/2016 Dou fe. Em test. *Monnyr* da verdade
Consulte em www.tims.jus.br
Emol:12,00+4,20(10%FUNDECC+5%ISS+6%FUNADEP+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$16,10

Monnyr Cristian Martins Pissurno
Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente

Reconheço por semelhança a firma de:
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Cartão de firma No.: 2697
Selo Digital No: ALR51356-080
Alcinópolis-MS, 29/04/2016 Dou fe. Em test. *Monnyr* da verdade
Consulte em www.tims.jus.br
Emol:6,00+2,10(10%FUNDECC+5%ISS+6%FUNADEP+4%FUNDE+10%FEADMP)=R\$8,10

Monnyr Cristian Martins Pissurno
Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente



ELIZANGELA SILVA MORAES

Moraes

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

Elis Regina S. Matos de Oliveira

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

Deuseli Crisostomo da Silva

ALDO DE OLIVEIRA

Aldo de Oliveira

MARIA DE JESUS BATISTA RULLI

Maria de Jesus Batista Rulli

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

Jean Carlos Correia da Silva

PAULO DE CARVALHO NETO

Paulo de Carvalho Neto

JESUS APARECIDO DE LIMA

Jesus Aparecido de Lima

ALCIONE MOREIRA DOS SANTOS

Alcione Moreira dos Santos

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vinicius de Oliveira Gonçalves

DONIZETH MORAES DE LIMA

Donizeth Moraes de Lima

EDILSON OLIVEIRA GOMES

Edilson Oliveira Gomes

Cartorio de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel.: (67) 3291-8540

Protocolado sob nº 00009093 e averbado sob nº 15 a
margem do Reg. nº 00000163-Lv. A-1.
Coxim-MS, 4 de maio de 2016

Hervton Furtado Simões
Escritor

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO
TOTAL: R\$ 61,10 (Emol.: R\$ 44,65, Funjcc (10%): R\$ 4,70, Funadep (6%): R\$ 2,82, Funde-PGE (4%): R\$ 1,88, Feadmp/MS(10%): R\$4,70, Funjcc (5%): R\$ 2,35.
SELO DIGITAL: AJH78393.785 - Consultar o Selo no site abaixo
<http://www.tjms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php>



TERMO DE POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, as 09h00min, na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis**, situada a Av. W09 Joaquim Pereira França, numero 1000, Centro, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pela diretora administrativa Terezinha Amaral da Silva, para eleição e posse de nova diretoria e conselho comunitário, após a votação, ficam assim empossados os cinco indicados mais votados para o conselho comunitário, pelo período de quatro anos para o novo mandato, compreendido entre 12 de agosto de 2015 à 12 de agosto de 2019, **Conselho Comunitário: ADILEU RODRIGUES DANTAS**, brasileiro, casado, pecuarista, RG nº 23.657.037-7 SSP/MS, CPF nº 023.640.658-28, residente e domiciliado na Rua Virgílio José Carneiro, nº 182, cidade de Alcinópolis - MS, **LEILA MARIA CARIDADE**, brasileira, casada, comerciante, RG nº 15.484.187 SSP/SP, CPF nº 087.705.188-74, residente e domiciliado na Rua Luzia Rezende Silva, nº 273, cidade de Alcinópolis - MS, **CICERO DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 121.179-8 SSP/MS, CPF nº 007.409.891-89, residente e domiciliado na Rua Virgílio José Carneiro, nº 838, cidade de Alcinópolis, **AULINDA MARTINS DE AMORIM**, brasileira, casada, comerciante, RG nº 468.258 SSP/MS, CPF nº 511.880.231-87, residente e domiciliado na Averaldo Fernandes Barbosa, nº 1100, cidade de Alcinópolis, e **EDSON VITORINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, funcionário publico, RG nº 00.108.025-5 SSP/MS, CPF nº 298.364.091-49, residente e domiciliado na Avenida Averaldo Fernandes Barbosa, nº 228, cidade de Alcinópolis. Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo eleito, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente e Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 12 de agosto de 2.015.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

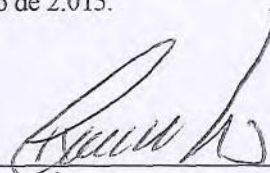
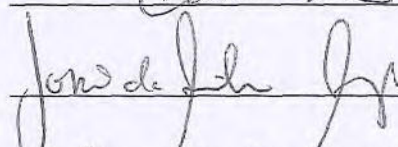
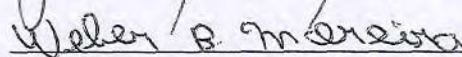

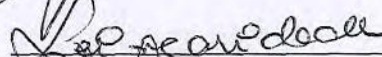

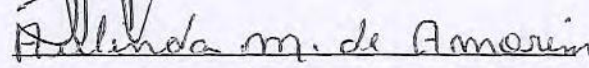
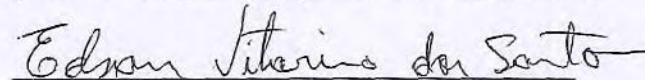
ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

Ofício nº 11/2015

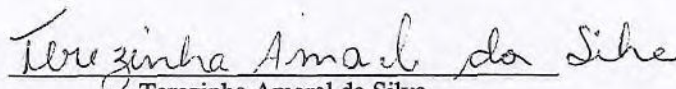
Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

ILMA. SENHORA
SANDRA MARA COLOMBI
PRESIDENTE DA APAE
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALCINOPOLIS, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa



08
08
2015
10:15

Ofício nº 12/2015

Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

ILMA. SENHORA
AULINDA MARTINS DE AMORIM
PRESIDENTE DA APM
ESCOLA ESTADUAL ROMILDA COSTA CARNEIRO
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da APM DA ESCOLA ESTADUAL ROMILDA COSTA CARNEIRO, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Aulinda Martins de Amorim

Terezinha Amaral da Silva

Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa

07
08
2015

14:30

Ofício nº 13/2015

Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

ILMA. SENHORA
ELIS REGINA SERROU MOTA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA APM
ESCOLA MUNICIPAL ALCINO CARNEIRO
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da APM DA ESCOLA MUNICIPAL ALCINO CARNEIRO, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Terezinha Amaral da Silva
Terezinha Amaral da Silva

Diretora Administrativa

Elis Regina Serrou Mota de Oliveira

07
08

2015

14:00

Ofício nº 15/2015

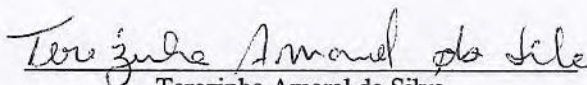
Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

ILMO. SENHOR
EDSON VITORINO DOS SANTOS
PRESIDENTE DA AMCOHA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS COHABS I, II E III
ALCINOPOLIS - MS

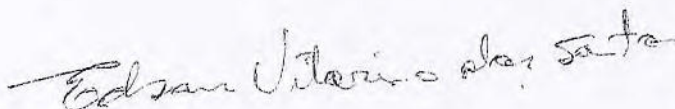
Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS COHABS I, II E III, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa

14:55


07
08
2015

Ofício nº 16/2015

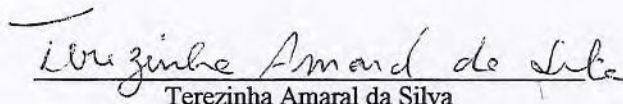
Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

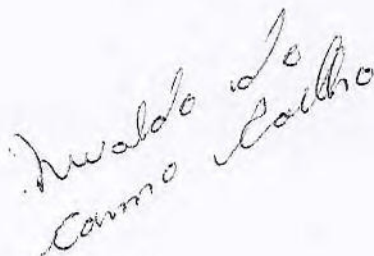
ILMO. SENHOR PRESIDENTE
NIVALDO DO CARMO COELHO
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA DE ALCINOPOLIS, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa


Nivaldo do Carmo Coelho

07
08
2015
14:45

Ofício nº 17/2015

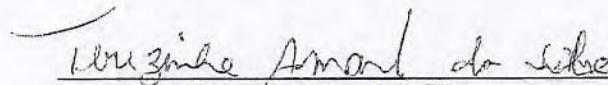
Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.


ILMO. SENHOR PRESIDENTE
ALDO DE OLIVEIRA
ASSOCIAÇÃO CLUBE DOS TRINTA
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da ASSOCIAÇÃO DO CLUBEDOS TRINTA DE ALCINOPOLIS, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa

REC 091 08/08/15
10.23h


Ofício nº 18/2015

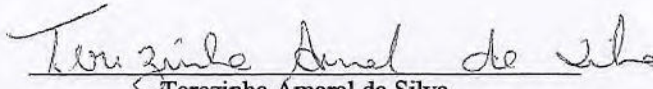
Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

ILMO. SENHOR PRESIDENTE
ADILEU RODRIGUES DANTAS
ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA FÉ
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA FÉ DE ALCINOPOLIS, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários cópias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa



11:10
07/08/2015

Ofício nº 19/2015

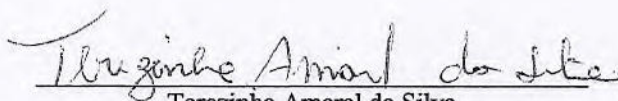
Alcinópolis - MS, 06 de Agosto de 2015.

ILMO. SENHOR PRESIDENTE
AURIMAR PEREIRA RODRIGUES
ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO ALCINOPOLIS
ALCINOPOLIS - MS

Venho através do presente SOLICITAR a vossa Senhoria que indique um membro da ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO ALCINOPOLIS, para fazer parte do Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que presta serviços de Radiodifusão Comunitária através da Educativa FM na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul. serão necessários copias do RG, CPF e nome completo do membro indicado.

Sendo só para o momento, elevo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Terezinha Amaral da Silva
Diretora Administrativa



07
08
2015
16/07

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES SANTA FÉ II

ofício nº 02/2015

Alcinópolis, MS, 10 de agosto de 2015

Indicamos para representar nossa Associação o Sr. Adileu Rodrigues Dantas, presidente desta referida Associação.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



ADILEU RODRIGUES DANTAS
Presidente

Estrada Alcinópolis - Buriti, Km 25, a esquerda 3 km - Alcinópolis/MS - CEP: 79530-000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 0500-9

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROIBIDO PLASTIFICAR

8479-011277

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ADILEU RODRIGUES DANTAS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 23.657.037-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/JUN/2008

NOME ADILEU RODRIGUES DANTAS

FILIAÇÃO ASSUNÇÃO PEDRO RODRIGUES

E EUNICE TOLENTINO RODRIGUES

NATURALIDADE ESPINOSA -MG DATA DE NASCIMENTO 15/NOV/1962

DOC ORIGEM ARAÇATUBA-SP ARAÇATUBA

CC: LV.B71 /FLS.1090/N.001090

CPF 023640658/28

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Cadastro de Pessoas Físicas

CPF

Número de Inscrição

023.640.658-28

Nome

ADILEU RODRIGUES DANTAS

Nascimento

15/11/1962

**Receita Federal****Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.997.084/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/11/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES SANTA FE II			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES SANTA FE II			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.23-1-08 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 46.32-0-03 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 01.62-8-99 - Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO EST ALCINOPOLISX BURITI, KM 25-A ESQ 3KM	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CASA 2	
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO NOGUEIRASPECTRUM@GMAIL.COM	TELEFONE (67) 9971-2903		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **27/04/2016** às **11:56:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)



Alcinópolis
Mato Grosso do Sul

Reconhecida de Utilidade
Pública Municipal pela Lei
nº 180/03 de 28 de Abril de
2003.

Reconhecida de Utilidade
Pública Estadual pela Lei
nº 3.304 de 08 de
Dezembro de 2006.

Filiada a Federação
Nacional das APAES sob o
nº 1843, a partir de
12/05/2004.

Atestado de Registro no
Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS
sob a lei nº 8.742 de 7 de
Dezembro de 1993.
Processo nº
71010.002516/2005-31

Inscrita no Cadastro de
Convenientes da
Administração Pública
Estadual – CCAD,
conforme a Resolução
SEFAZ nº 2.052 de 19 de
Abril de 2007.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcinópolis

CNPJ: 05.616.607/0001-14. Fundada em 11 de Dezembro de 2002

Entidade Mantenedora do Centro de Educação Especial de Alcinópolis – CEDEAL

Com sede na Avenida Virgílio José Carneiro, nº 1212; Centro

CEP: 79.530-000 Fone/fax: (67) 3260-1560 E-mail: apaealcinopolis@hotmail.com

APAE / CEDEAL Of.: 86/2015

Alcinópolis, 11 de Agosto 2015.

A: Educativa FM
Assunto: Encaminhamento

Venho através deste encaminhar o nome solicitado da **APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)** que vai participar do Conselho da Educativa FM, Leila Maria Caridade.

Atenciosamente,

SANDRA MARA COLOMBI
Presidente da APAE/CEDEAL

Terzine Amora da Silva
11
08
2015 *14:43*

“Construindo uma história de igualdade de oportunidades para todos”

APAE BRASIL: 60 anos fazendo inclusão.

Rua Eugénio Resende Silva N- 273, Centro

15.484.187
REGISTRO GERAL
SÃO PAULO
11.NOV.1980
mjr
SÉRIE 8-14
Nº 031478
PTEGAR DIREITO
(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUTIERREZ DA SILVA)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
POLEGAR DIREITO
Assinatura ou impressão digital do eleitor
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

GOVERNOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
NACIONALIDADE BRASILEIRA
LEILA MARIA CARIDADE
26.10.66
SÃO PAULO - SP
26.001.1966
CÉDULA DE IDENTIDADE

LEILA MARIA CARIDADE
CONTRIBUINTE
NASCIMENTO 26.10.66
INSCRIÇÃO NO CPF 087.705.188 74

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
NOME DO ELEITOR LEILA MARIA CARIDADE
DATA DE NASCIMENTO 26/10/1966
INSCRIÇÃO 78243210114
ZONA 012
SEÇÃO 0047
MUNICÍPIO/UF ALCINOPOLIS/MS
DATA DE EMISSÃO 23/02/2000
JUIZ ELEITORAL Alexandre Soares da Silva
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.616.607/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/04/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE DE ALCINOPOLIS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV VIRGILIO JOSE CARNEIRO		NÚMERO 1212	COMPLEMENTO
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO apaealcinopolis@hotmail.com		TELEFONE (67) 3260-1560	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/04/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 27/04/2016 às 11:59:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CLUBE DOS 30
ALCINÓPOLIS – MS

OFÍCIO Nº 10/15,

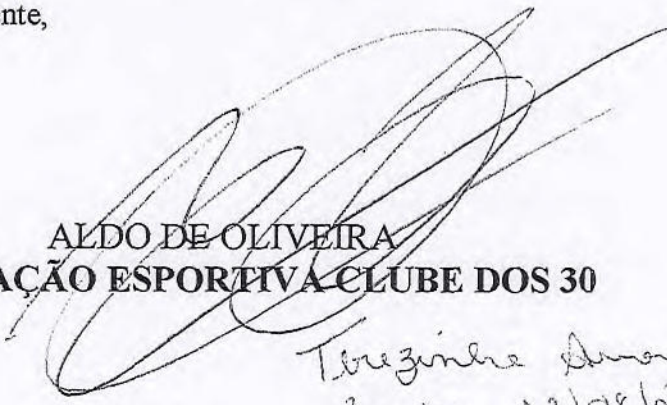
ALCINÓPOLIS / MS 12 DE AGOSTO DE 2015.

Assunto: Indicação de Membro

Como solicitado, venho através desse informar que o Membro da Associação Esportiva Clube dos 30, que irá representar a entidade na Associação Comunitária, Educativa e Cultural de Alcinópolis – EDUCATIVA FM 87,9 será o Cícero Souza.

Sem outro particular para o momento, aproveito a oportunidade para externar protestos de elevada estima e distinguido apreço.

Atenciosamente,


ALDO DE OLIVEIRA
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CLUBE DOS 30

Terezinha Amorim
Recebi 32/08/2015
13:30

À: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS – MS.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.373.420/0001-74 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 07/03/2001	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO ESPORTIVA CLUBE DOS TRINTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CLUBE DOS TRINTA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV AVERALDO FERNANDES BARBOSA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 2601-290	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/03/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 27/04/2016 às 15:47:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Romilda Costa Carneiro

OFICIO n. 001/2015

Alcinópolis/MS, 07 de agosto de 2015

Ilma

Sra.

Terezinha Amaral da Silva

Diretora Administrativa da Associação Rádio Comunitária FM de Alcinópolis/MS

Venho através deste informar que indicamos a Sra. Aulinda Martins de Amorim, presidente da APM da EE Profª Romilda Costa Carneiro, para participar do Conselho Comunitário, onde foi solicitado em 07 de agosto de 2015.

Sendo só para o momento, aproveito a oportunidade para externar sinceros votos de estima e consideração.

Aulinda M. de Amorim

Aulinda de Amorim Alves
Presidenta da APM

Ata n. 100 de 29/06/2015
RG n. 478258 SSP/MS

Av. Averaldo Fernandes Barbosa, 1009 – Centro – Fone 67 32601227 - Alcinópolis/MS

VALE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE PAÍS 468 258 DATA DE EMISSÃO 09-03-1987

NOME AULINDA MARTINS DE AMORIM

Pedro Ferreira de Amorim

Leopoldina Eva Martins de Amorim

Coxim-MS 07-11-1972

Cert Nasc 10687 F 270v L A-20 Cart

Reg Civ de Coxim-MS

Campo Grande MS

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COXIM

POLÍCIA ORIENTADA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPE

Cadastro de Pessoas Físicas

Numero de inscrição

511.880.231-87

Nome

AULINDA MARTINS DE AMORIM

Nascimento

07/11/1972

Schubert - BR00110313

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

ABR/2001

CORREIOS

www.correios.com.br

AV. Averaldo Fernandes Barbosa nº 1100

**Receita Federal****Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.601.995/0001-09 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/12/1996
NOME EMPRESARIAL A.P.M. DA E E ROMILDA COSTA CARNEIRO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R AVERALDO FERNANDES BARB		NÚMERO 1009	COMPLEMENTO
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **27/04/2016** às **11:53:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS COHAB'S I, II e III DE ALCINÓPOLIS/MS

Ofício nº. 005/2015,

Alcinópolis/MS, 09 de Agosto de 2015.

A
Ilma. Sra.
Terezinha Amaral da Silva
MD. Diretora Administrativa

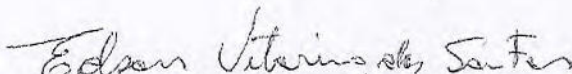
Assunto: Informação (Faz)

Prezada Senhora,

Em atenção ao ofício nº 015/2015, de 06/8/2015, sirvo-me do presente para informar a Vossa Senhoria, que a Associação será representada no Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural, será representada por minha pessoa Edson Vitorino dos Santos.

Sendo só o que oferece para o momento, subscrevo.

Atenciosamente,


EDSON VITORINO DOS SANTOS
Presidente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.345.835/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/05/2002
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MORADORES DAS COHAB'S I, II E III DE ALCINOPOLIS/MS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMCOHA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JUSCELINO FERREIRA DE CARVALHO		NÚMERO 515	COMPLEMENTO
CEP 79.530-000	BAIRRO/DISTRITO COHAB II	MUNICÍPIO ALCINOPOLIS	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 2601-550	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/05/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **26/04/2016** às **11:14:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

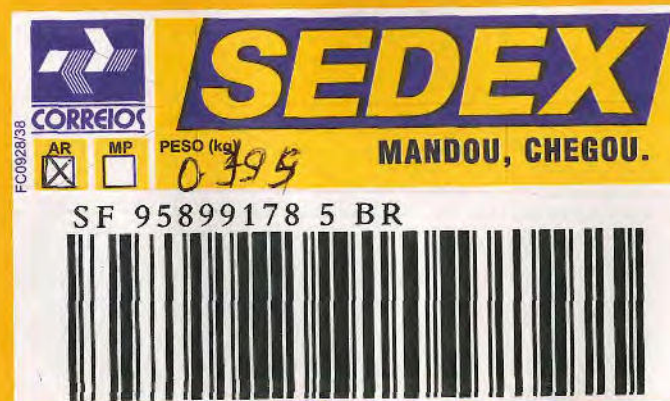
AO EXMO. DELEGADO

CARLOS VINICIUS LANNES DUERING

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC - 04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar, salas 107 a 110 - Centro.

CEP: 88010-970 - Florianópolis - SC



(ETIQUETA OU CARIMBO NP)

Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.

Rua W-09 - Joaquim Pereira França, nº 1000 - Centro.

CEP: 79.530-000 - Alcinópolis - MS

Dados do SEI

Autuação

Nº do processo: 53000.057909/2011-67
Tipo: SCE - Renovação de Outorga
Data de geração: 15/11/2011
Interessados: Associação Comunitaria Ecologica Educativa e Cultural de Alcinopolis ;
Nível do processo: RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
17/07/2014 08:29	CGRC
17/07/2014 08:30	SEARC
17/07/2014 11:11	SEARC
25/07/2014 12:00	CGRC
25/07/2014 12:56	CGRC
02/01/2015 13:16	SEARC
02/01/2015 13:16	COAPI
02/01/2015 13:19	COAPI
05/01/2015 09:42	COAPI
09/03/2015 15:09	DRMC-SC
09/03/2015 16:45	DRMC-SC

Nível do processo: RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
17/07/2014 08:29	CGRC
17/07/2014 08:30	SEARC
17/07/2014 11:11	SEARC
25/07/2014 12:00	CGRC
25/07/2014 12:56	CGRC
02/01/2015 13:16	SEARC
02/01/2015 13:16	COAPI
02/01/2015 13:19	COAPI
05/01/2015 09:42	COAPI
09/03/2015 15:09	DRMC-SC
09/03/2015 16:45	DRMC-SC
18/02/2016 10:53	DRMC-SC
31/03/2016 09:30	DRMC-SC
06/04/2016 16:28	DRMC-SC
13/05/2016 17:08	DRMC-SC

Fechar



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNIT,ECOLOGICA,EDUCATIVA E CULT.DE ALCINOPOLIS

CNPJ: 02.162.391/0001-76

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:00:31 do dia 16/09/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/10/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

NOTA TÉCNICA Nº 24342/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.057909/2011-67**

Processo de Outorga nº: 53700.001246/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma n.º 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria n.º 4.334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria n.º 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria n.º 4.334/2015).

Tendo em vista que o estatuto alterado em 26/04/2016 não apresenta registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverá ser apresentada certidão cartorária que comprove o registro do atual estatuto social em livro de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina -
Substituta, em 16/09/2016, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1369263** e o código CRC **BF02F504**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 36181/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de
Alcinópolis
Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000
79.530-000/ Alcinópolis – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24342/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina -
Substituta, em 22/09/2016, às 15:55, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1369289 e o código CRC **E3305AB4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 36181/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.057909/2011-67 - Nº SEI: 1369289

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 36181/2016/SEI-MCTIC 1369289

Ao Senhor
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Representante Legal da Associação Comunitária
Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis
Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000
79.530-000/ Alcinópolis – MS

NOME DO DESTINATÁRIO

UF PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

JOÃO DA SILVA SOUZA

30/09/16

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

ASSINATURA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

63843358/MS

30/09/16

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 87413492 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
23 SET 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
FLORIANÓPOLIS-SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

28/09/16

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DELEG. 04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITE

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

Ofício nº62/2016

Alcinópolis - MS, 21 de Outubro de 2016.

Exma. Delegada
ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM
Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC - 04
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar, salas 107 a 110 - Centro.
CEP: 88010-970 - Florianópolis - SC



Assunto: **Resposta ao Ofício nº 36181/2016/SEI-MCTIC**
Nota Técnica nº 24342/2016/SEI-MCTIC
Processo de Renovação nº 53000.057909/2011-67

Prezada Senhora,

Em atendimento ao Ofício nº 36181/2016/SEI-MCITC sobre a Nota Técnica nº 24342/2016/SEI-MCITC no processo de renovação nº 53000.057909/2011-67 que trata sobre pendências encontradas no processo de renovação, encaminhamos através deste, documentos a que se refere à nota técnica.

1. Certidão Inteiro Teor - Pessoa Jurídica da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Alteração do Estatuto Social.

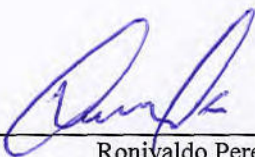
Certidão Inteiro Teor - Pessoa Jurídica da Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Alteração do Estatuto Social que comprova o Registro no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos do Município e Comarca de Coxim - MS, na data de 04 de maio de 2.016.

2. Certidão Inteiro Teor - Pessoa Jurídica do Estatuto Social

Certidão Inteiro Teor - Pessoa Jurídica do Estatuto Social que comprova o Registro no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos do Município e Comarca de Coxim - MS, na data de 04 de maio de 2.016.

Sendo só para o momento, e na esperança de termos atendido todas as pendências necessárias ao processo de renovação, aproveito a oportunidade para colocar-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos sobre eventuais duvidas.

Atenciosamente,



Ronivaldo Pereira da Cunha
Presidente

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada a Av. Joaquim Pereira França, número 1000, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo João da Silva Souza, para nova Alteração da redação do Estatuto social em adequação a portaria 4334/2015 do Ministério das Comunicações, foi então entregue cópia do estatuto em sua nova redação a todos os presentes, seguiram-se alguns minutos para que todos os presentes fizessem a leitura do estatuto e colocassem suas opiniões, após todos os comentários e explicações, o Diretor Administrativo João da Silva Souza convocou os presentes para a votação da alteração do referido Estatuto Social, o que foi aprovado por unanimidade, ficando o Estatuto Social com a nova redação conforme cópia anexa a esta Ata: Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente, Conselho Comunitário e demais Associados presentes da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 26 de Abril de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

VALDENI ALVES MARTINS

ROSIMEIRE DE ASSIS MACHADO

TEREZINHA AMARAL DA SILVA

MIRIAN FIALHO XIMENEZ

MARCIA ISABEL DE SOUZA

MARLI VICENTE DA SILVA

JAIME DE SOUZA JUNIOR

[Handwritten signatures and names of the board members and director]

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS
Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540
CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80
Dr. Julio Lima de Almeida

LIVRO

A

REGISTRO

00000163

FICHA

0024 Frente

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinoópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Moritz, 200 - Centro - Alcinoópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança as firmas de:
WEBER DE BRITO MOREIRA e
JOAO DA SILVA SOUZA
Cartão de firma No.: 2236 e 1725
Selo Digital No: ALR51357-559 e ALR51358-703
Alcinoópolis-MS, 29/04/2016 Dou. fe. En test. *Monnyr* da verdade
Consulte em www.tjms.jus.br
Emol:12,00+4,20(10%FUNDEC)+5,25(5%ISS)+6,72(FUNDEF)+4,72(FUNDE)+10,72(EDAF)-R\$16,10

Monnyr Cristian Martins Pissurno
Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente

Serviço Notarial e de Registro Civil - Alcinoópolis - MS
Rua: Frei Gilberto José Moritz, 200 - Centro - Alcinoópolis - MS - CEP: 79.530-000 - Fone: (67) 3260-1745

Reconheço por semelhança a firma de:
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Cartão de firma No.: 2697
Selo Digital No: ALR51355-640
Alcinoópolis-MS, 29/04/2016 Dou. fe. En test. *Monnyr* da verdade
Consulte em www.tjms.jus.br
Emol:6,00+2,10(10%FUNDEC)+5,25(5%ISS)+6,72(FUNDEF)+4,72(FUNDE)+10,72(EDAF)-R\$18,10

Monnyr Cristian Martins Pissurno
Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



ELIZÂNGELA SILVA MORAES

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

ALDO DE OLIVEIRA

MARIA DE JESUS BATISTA RUEL

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

PAULO DE CARVALHO NETO

JESUS APARECIDO DE LIMA

ALCIONE MOREIRA DOS SANTOS

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

DONIZETH MORAES DE LIMA

EDILSON OLIVEIRA GOMES

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel. (67)3291-8540

Protocolado sob nº 00000993 e averbado sob nº 35 a
margem do Reg. nº 00000163-LV A-1
Coxim-MS, 4 de maio de 2016

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO
TOTAL: R\$ 61,10 (Emot.: R\$ 44,65; Imposto: R\$ 4,70; Fundep (6%): R\$ 2,82; Funde-PGE (4%): R\$ 1,88; Feedmp/MS (10%): R\$ 4,70; Funjeco (5%): R\$ 2,35.
SELO DIGITAL: AJH78393.785 - Consultar o Selo no site abaixo:
<http://www.tjms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php>



Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França - Alcínópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

ARTIGO PRIMEIRO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França, CEP: 79.530-000.

Parágrafo Único - A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis utilizará como denominação fantasia: **87.9 EDUCATIVA FM**, e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I - Beneficiar a comunidade com vistas a:

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional das áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



Parágrafo Primeiro- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO:

Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos, em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO:

A receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II- DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO:

Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenha residência ou sede nesta cidade, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro- É assegurado o ingresso gratuito como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

ARTIGO SEXTO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I- Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II- Contribuintes ou Efetivos- formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembleia.
- III- Honorários- formada pelos demais associados que requerem seu ingresso particularmente.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS,
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



ARTIGO SÉTIMO:

As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

ARTIGO OITAVO:

São direitos e deveres dos associados:

- a) O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votadas para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art.12;
- b) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- c) Propor projetos e ideias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- d) Comparecer às Assembleias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas ideias e opiniões, bem como suas críticas e queixas;
- e) Garantia de direito de voz e voto nas instâncias deliberativas;

ARTIGO NONO:

São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para liberação fundada, assegurada o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO DÉCIMO:

São órgãos da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Comunitário;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

A Assembleia Geral, órgão máximo de liberação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

Parágrafo Primeiro- A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França – Alcinópolis / MS – CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76

alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocado para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo- A Convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o conselho comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro- A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar; em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer numero de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1.º.

Parágrafo Quarto- A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1.º.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:

A Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 04 anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do artigo 11.

Parágrafo Segundo- Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São atribuições:

I - Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis em atos públicos ou internos;
- Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis;
- Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.462.391/0001-76



- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover intercambio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II - De Cada Dirigente:

- a) **Ao Presidente compete:** Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;
- b) **Ao Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar o serviço da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade;
- c) **Ao Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente ao seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcínópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



IV-DAS ELEIÇÕES

ARTIGO DÉCIMO QUINTO:

As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro- É vedada a participação de associados e mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Segundo- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

V- DA PROGRAMAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEXTO:

A Programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI- DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:

O Patrimônio e a Receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único- Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro do seu quadro diretivo será remunerado.

VII- DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcínópolis / MS - CEP: 79.530-000

MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

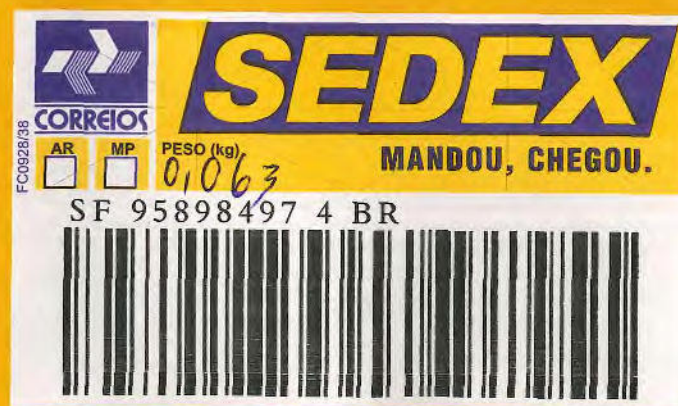
AO EXMA. DELEGADA

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC - 04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar, salas 107 a 110 - Centro.

CEP: 88010-970 - Florianópolis - SC



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Remetente:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.

Rua W-09 - Joaquim Pereira França, nº 1000 - Centro.

CEP: 79.530-000 - Alcinópolis - MS



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 36181/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis

Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000

79.530-000/ Alcinópolis – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24342/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina - Substituta**, em 22/09/2016, às 15:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA Nº 24342/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: 53000.057909/2011-67

Processo de Outorga nº: 53700.001246/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma n.º 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria n.º 4.334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria n.º 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria n.º 4.334/2015).

Tendo em vista que o estatuto alterado em 26/04/2016 não apresenta registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverá ser apresentada certidão cartorária que comprove o registro do atual estatuto social em livro de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina - Substituta, em 16/09/2016, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1369263** e o código CRC **BF02F504**.

Minutas e Anexos

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS
Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540
CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80
Dr. Julio Lima de Almeida

LIVRO

REGISTRO

FICHA

A

00000163

0024 Verso

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ELIZANGELA SILVA MORAES

Elizangela Silva Moraes

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

Elis Regina S. Matos de Oliveira

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

Deuseli Crisostomo da Silva

ALDO DE OLIVEIRA

Aldo de Oliveira

MARIA DE JESUS BATISTA RULLI

Maria de Jesus Batista Rulli

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

Jean Carlos Correa da Silva

PAULO DE CARVALHO NETO

Paulo de Carvalho Neto

JESUS APARECIDO DE LIMA

Jesus Aparecido de Lima

ALCIONE MOREIRA DOS SANTOS

Alcione Moreira dos Santos

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vinicius de Oliveira Gonçalves

DONIZETH MORAES DE LIMA

Donizeth Moraes de Lima

EDILSON OLIVEIRA GOMES

Edilson Oliveira Gomes

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel. (67)3291-8540

Protocolado sob nº 00029093 e averbado sob nº 164
margem do Reg. nº 00000163-Lv. A-1.
Coxim-MS, 4 de maio de 2016

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO

TOTAL: R\$ 81,10 (Emol.: R\$ 44,65; Rec. 60%): R\$

4,70. Fundep (6%): R\$ 2,82. Funde-PGE (4%): R\$

1,89. Fundmp/MS (10%): R\$ 4,70. Fundec (5%): R\$ 2,35.

SELO DIGITAL: AJH78383.785 - Consultar o Selo no site abaixo

http://www.ljms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php



Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada a Av. Joaquim Pereira França, número 1000, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo João da Silva Souza, para nova Alteração da redação do Estatuto social em adequação a portaria 4334/2015 do Ministério das Comunicações, foi então entregue cópia do estatuto em sua nova redação a todos os presentes, seguiram-se alguns minutos para que todos os presentes fizessem a leitura do estatuto e colocassem suas opiniões, após todos os comentários e explicações, o Diretor Administrativo João da Silva Souza convocou os presentes para a votação da alteração do referido Estatuto Social, o que foi aprovado por unanimidade, ficando o Estatuto Social com a nova redação conforme cópia anexa a esta Ata: Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente, Conselho Comunitário e demais Associados presentes da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 26 de Abril de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

VALDENI ALVES MARTINS

ROSIMEIRE DE ASSIS MACHADO

TEREZINHA AMARAL DA SILVA

MIRIAN FIALHO XIMENEZ

MARCIA ISABEL DE SOUZA

MARLI VICENTE DA SILVA

JAIME DE SOUZA JUNIOR

[Handwritten signatures and names corresponding to the list on the left, including Ronivaldo Pereira da Cunha, João da Silva Souza, Weber Brito Moreira, Adileu Rodrigues Dantas, Leila Maria Caridade, Cicero de Souza, Aulinda Martins de Amorim, Edson Vitorino dos Santos, Valdeni Alves Martins, Rosimeire de Assis Machado, Teresinha Amaral da Silva, Mirian Fialho Ximenez, Marcia Isabel de Souza, Marli Vicente da Silva, and Jaime de Souza Junior.]

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS
Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540
CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80
Dr. Julio Lima de Almeida

LIVRO

REGISTRO

FICHA

A

00000163

0024 Verso

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ELIZANGELA SILVA MORAES

Elizangela Silva Moraes

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

Elis Regina S. Matos de Oliveira

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

Deuseli Crisostomo da Silva

ALDO DE OLIVEIRA

Aldo de Oliveira

MARIA DE JESUS BATISTA RULLI

Maria de Jesus Batista Rulli

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

Jean Carlos Correa da Silva

PAULO DE CARVALHO NETO

Paulo de Carvalho Neto

JESUS APARECIDO DE LIMA

Jesus Aparecido de Lima

ALCIONE MOREIRA DOS SANTOS

Alcione Moreira dos Santos

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vinicius de Oliveira Gonçalves

DONIZETH MORAES DE LIMA

Donizeth Moraes de Lima

EDILSON OLIVEIRA GOMES

Edilson Oliveira Gomes

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel. (67)3291-8540

Protocolado sob nº 00029093 e averbado sob nº 164
Margem do Reg. nº 00000163-LV-A-1
Coxim-MS, 4 de maio de 2016

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO

TOTAL: R\$ 81,10 (Emol.: R\$ 44,65; Rec. 60%): R\$

4,70. Fundep (6%): R\$ 2,82. Funde-PGE (4%): R\$

1,89. Fundmp/MS (10%): R\$ 4,70. Fundec (5%): R\$ 2,35.

SELO DIGITAL: AJH78383.785 - Consultar o Selo no site abaixo

http://www.ljms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php



Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

ARTIGO PRIMEIRO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França, CEP: 79.530-000.

Parágrafo Único - A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis utilizará como denominação fantasia: **87.9 EDUCATIVA FM**, e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I - Beneficiar a comunidade com vistas a:

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional das áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



Parágrafo Primeiro- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO:

Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraidas pela Entidade, ressalvadas os casos, em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO:

A receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II- DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO:

Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenha residência ou sede nesta cidade desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro- É assegurado o ingresso gratuito como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

ARTIGO SEXTO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I- Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II- Contribuintes ou Efetivos- formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembleia.
- III- Honorários- formada pelos demais associados que requerem seu ingresso particularmente.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ARTIGO SÉTIMO:

As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

ARTIGO OITAVO:

São direitos e deveres dos associados:

- O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votadas para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art.12;
- Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- Propor projetos e ideias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- Comparecer às Assembleias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas ideias e opiniões, bem como suas críticas e queixas;
- Garantia de direito de voz e voto nas instancias deliberativas;

ARTIGO NONO:

São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para liberação fundada, assegurada o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO DÉCIMO:

São órgãos da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis:

- Assembleia Geral;
- Diretoria;
- Conselho Comunitário;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

A Assembleia Geral, órgão máximo de liberação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

Parágrafo Primeiro- A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocado para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo- A Convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o conselho comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro- A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer numero de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1.º.

Parágrafo Quarto- A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1.º.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:

A Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 04 anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do artigo 11.

Parágrafo Segundo- Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São atribuições:

I - Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis em atos públicos ou internos;
- Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis;
- Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

<p>CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540 CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80 Dr. Julio Lima de Almeida</p>	<p>LIVRO A</p>	<p>REGISTRO 00000163</p>	<p>FICHA 0029 Verso</p>
--	-------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II - De Cada Dirigente:

- a) **Ao Presidente compete:** Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;
- b) **Ao Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar o serviço da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade;
- c) **Ao Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente ao seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcínópolis / MS - CEP: 79.530-000

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540 CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80 Dr. Julio Lima de Almeida	LIVRO A	REGISTRO 00000163	FICHA 0030 Verso
---	------------------------------	--	---------------------------------------

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



IV-DAS ELEIÇÕES

ARTIGO DÉCIMO QUINTO:

As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro- É vedada a participação de associados e mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Segundo- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

V- DA PROGRAMAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEXTO:

A Programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI- DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:

O Patrimônio e a Receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único- Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro do seu quadro diretivo será remunerado.

VII- DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ARTIGO DÉCIMO OITAVO:

Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO DÉCIMO NONO:

A dissolução da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembleia.

VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO VIGÉSIMO:

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:

O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 03 de janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:

Não haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrado em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto.

Alcinópolis - MS, 29 de Abril de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente



Monnyr Cristian Martins Pissurno
Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 36181/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis

Rua W-09 Joaquim Pereira França, n.º 1000

79.530-000/ Alcinópolis – MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24342/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina - Substituta**, em 22/09/2016, às 15:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA Nº 24342/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: 53000.057909/2011-67

Processo de Outorga nº: 53700.001246/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma nº 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria nº 4.334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria nº 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4.334/2015).

Tendo em vista que o estatuto alterado em 26/04/2016 não apresenta registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverá ser apresentada certidão cartorária que comprove o registro do atual estatuto social em livro de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina - Substituta, em 16/09/2016, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1369263** e o código CRC **BF02F504**.

Minutas e Anexos

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS
Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540
CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80
Dr. Julio Lima de Almeida

LIVRO

REGISTRO

FICHA

A

00000163

0024 Verso

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ELIZANGELA SILVA MORAES

Elizangela Silva Moraes

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

Elis Regina S. Matos de Oliveira

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

Deuseli Crisostomo da Silva

ALDO DE OLIVEIRA

Aldo de Oliveira

MARIA DE JESUS BATISTA RULLI

Maria de Jesus Batista Rulli

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

Jean Carlos Correa da Silva

PAULO DE CARVALHO NETO

Paulo de Carvalho Neto

JESUS APARECIDO DE LIMA

Jesus Aparecido de Lima

ALCIONE MOREIRA DOS SANTOS

Alcione Moreira dos Santos

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vinicius de Oliveira Gonçalves

DONIZETH MORAES DE LIMA

Donizeth Moraes de Lima

EDILSON OLIVEIRA GOMES

Edilson Oliveira Gomes

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel. (67)3291-8540

Protocolado sob nº 00029093 e averbado sob nº 164
margem do Reg. nº 00000163-Lv. A-1.
Coxim-MS, 4 de maio de 2016

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO

TOTAL: R\$ 81,10 (Emol.: R\$ 44,65; Rec. 60%): R\$

4,70. Fundep (6%): R\$ 2,82. Funde-PGE (4%): R\$

1,89. Fundmp/MS (10%): R\$ 4,70. Fundec (5%): R\$ 2,35.

SELO DIGITAL: AJH78383.785 - Consultar o Selo no site abaixo

http://www.ljms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php



Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada a Av. Joaquim Pereira França, número 1000, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo João da Silva Souza, para nova Alteração da redação do Estatuto social em adequação a portaria 4334/2015 do Ministério das Comunicações, foi então entregue cópia do estatuto em sua nova redação a todos os presentes, seguiram-se alguns minutos para que todos os presentes fizessem a leitura do estatuto e colocassem suas opiniões, após todos os comentários e explicações, o Diretor Administrativo João da Silva Souza convocou os presentes para a votação da alteração do referido Estatuto Social, o que foi aprovado por unanimidade, ficando o Estatuto Social com a nova redação conforme cópia anexa a esta Ata: Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente, Conselho Comunitário e demais Associados presentes da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 26 de Abril de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

ADILEU RODRIGUES DANTAS
Conselho Comunitário

LEILA MARIA CARIDADE
Conselho Comunitário

CICERO DE SOUZA
Conselho Comunitário

AULINDA MARTINS DE AMORIM
Conselho Comunitário

EDSON VITORINO DOS SANTOS
Conselho Comunitário

VALDENI ALVES MARTINS

ROSIMEIRE DE ASSIS MACHADO

TEREZINHA AMARAL DA SILVA

MIRIAN FIALHO XIMENEZ

MARCIA ISABEL DE SOUZA

MARLI VICENTE DA SILVA

JAIME DE SOUZA JUNIOR

[Handwritten signatures and names of the board members and director]

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS
Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540
CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80
Dr. Julio Lima de Almeida

LIVRO

REGISTRO

FICHA

A

00000163

0024 Verso

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ELIZANGELA SILVA MORAES

Elizangela Silva Moraes

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

Elis Regina S. Matos de Oliveira

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

Deuseli Crisostomo da Silva

ALDO DE OLIVEIRA

Aldo de Oliveira

MARIA DE JESUS BATISTA RULLI

Maria de Jesus Batista Rulli

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

Jean Carlos Correa da Silva

PAULO DE CARVALHO NETO

Paulo de Carvalho Neto

JESUS APARECIDO DE LIMA

Jesus Aparecido de Lima

ALCIONE MOREIRA DOS SANTOS

Alcione Moreira dos Santos

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vinicius de Oliveira Gonçalves

DONIZETH MORAES DE LIMA

Donizeth Moraes de Lima

EDILSON OLIVEIRA GOMES

Edilson Oliveira Gomes

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - Coxim - MS
Rua Filinto Muller, 280, Centro - Tel. (67)3291-8540

Protocolado sob nº 00029093 e averbado sob nº 164
Margem do Reg. nº 00000163-LV-A-1
Coxim-MS, 4 de maio de 2016

OFICIAL/ESCREVENTE AUTORIZADO

TOTAL: R\$ 81,10 (Emol.: R\$ 44,65; Rec. 6%): R\$

4,70, Fundep (6%): R\$ 2,82, Funde-PGE (4%): R\$

1,89, Fundmp/MS (10%): R\$ 4,70, Fundec (5%): R\$ 2,35

SELO DIGITAL: AJH78383.785 - Consultar o Selo no site abaixo

http://www.ljms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php



Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

ARTIGO PRIMEIRO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, no município de Alcinópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França, CEP: 79.530-000.

Parágrafo Único - A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis utilizará como denominação fantasia: **87.9 EDUCATIVA FM**, e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I - Beneficiar a comunidade com vistas a:

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional das áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ n.º 02.162.391/0001-76



Parágrafo Primeiro- É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo- Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro- Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

ARTIGO TERCEIRO:

Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraidas pela Entidade, ressalvadas os casos, em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

ARTIGO QUARTO:

A receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes.

II- DOS ASSOCIADOS

ARTIGO QUINTO:

Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas que tenha residência ou sede nesta cidade desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro- É assegurado o ingresso gratuito como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

ARTIGO SEXTO:

A Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I- Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II- Contribuintes ou Efetivos- formada por aqueles indicados pelos associados fundadores e aprovados em Assembleia.
- III- Honorários- formada pelos demais associados que requerem seu ingresso particularmente.

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ARTIGO SÉTIMO:

As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

ARTIGO OITAVO:

São direitos e deveres dos associados:

- O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votadas para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no § 2.º do art.12;
- Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- Propor projetos e ideias, que deverão ser aprovados tecnicamente para depois serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- Comparecer às Assembleias e reuniões, nelas podendo, de acordo com a ordem estabelecida, expor suas ideias e opiniões, bem como suas críticas e queixas;
- Garantia de direito de voz e voto nas instancias deliberativas;

ARTIGO NONO:

São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para liberação fundada, assegurada o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO DÉCIMO:

São órgãos da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis:

- Assembleia Geral;
- Diretoria;
- Conselho Comunitário;

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

A Assembleia Geral, órgão máximo de liberação da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente uma vez a cada ano, para avaliação e prestação de contas da diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos, para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

Parágrafo Primeiro- A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocado para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Segundo- A Convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o conselho comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

Parágrafo Terceiro- A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer numero de associados aptos a votar, respeitadas as disposições expostas no § 1.º.

Parágrafo Quarto- A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1.º.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:

A Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 04 anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições expostas no § 1.º do artigo 11.

Parágrafo Segundo- Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São atribuições:

I - Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis em atos públicos ou internos;
- Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis;
- Apresentar relatório anual à Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

<p>CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540 CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80 Dr. Julio Lima de Almeida</p>	<p>LIVRO A</p>	<p>REGISTRO 00000163</p>	<p>FICHA 0029 Verso</p>
--	-------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral.

II - De Cada Dirigente:

- a) **Ao Presidente compete:** Representar a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir as reuniões do Conselho Comunitário;
- b) **Ao Diretor Administrativo compete:** Gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis, secretariar as reuniões da Diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar o serviço da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico-financeiro da entidade;
- c) **Ao Diretor de Operações compete:** Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução de serviço de radiodifusão comunitária, relativamente ao seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único- O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente, elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcínópolis / MS - CEP: 79.530-000

<p>CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS MUNICÍPIO E COMARCA DE COXIM-MS Rua Filinto Muller, nº 280, Centro - CEP 79.400-00 - Tel/Fax (0**67)3291-8540 CNPJ sob o nº 05.425.196/0001-80 Dr. Julio Lima de Almeida</p>	<p>LIVRO A</p>	<p>REGISTRO 00000163</p>	<p>FICHA 0030 Verso</p>
--	-------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



IV-DAS ELEIÇÕES

ARTIGO DÉCIMO QUINTO:

As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão Eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros, bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

Parágrafo Primeiro- É vedada a participação de associados e mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Parágrafo Segundo- A Diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

V- DA PROGRAMAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEXTO:

A Programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em Leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI- DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:

O Patrimônio e a Receita da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis e imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único- Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro do seu quadro diretivo será remunerado.

VII- DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000

CERTIDÃO INTEIRO TEOR - PESSOA JURÍDICA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS.
CNPJ nº 02.162.391/0001-76



ARTIGO DÉCIMO OITAVO:

Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO DÉCIMO NONO:

A dissolução da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidades de fins não econômicos congêneres, definida na Assembleia.

VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO VIGÉSIMO:

Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria com recurso à Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:

O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 03 de janeiro de 2012 e entra em vigor na data de sua inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:

Não haverá Livro Ata. As Atas de reuniões serão digitadas em computadores e nela deverá constar assinatura dos presentes, segundo este estatuto e registrado em cartório, ainda segundo disposto no presente estatuto.

Alcinópolis - MS, 29 de Abril de 2016.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente



Monnyr Cristian Martins Pissurno
Monnyr Cristian Martins Pissurno
Escrevente

Av. Joaquim Pereira França, nº 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNIT,ECOLOGICA,EDUCATIVA E CULT.DE ALCINOPOLIS

CNPJ: 02.162.391/0001-76

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:08:06 do dia 22/09/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/10/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.057909/2011 Localidade / UF: ALCINÓPOLIS/MS
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
JOAO DA SILVA SOUZA	655.382.931-49	Diretor Administrativo	12/08/2015 12/08/2019	
WEBER DE BRITO MOREIRA	001.191.661-35	Diretor de Operações	12/08/2015 12/08/2019	
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA	978.605.731-72	Presidente	12/08/2015 12/08/2019	() (67) 32601447 () (67) 32601447

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

A) PROCESSO DIGITALIZADO E CADASTRADO NO SEI.

B) DOCUMENTAÇÃO:

1. Requerimento de Renovação: fls. 5, doc SEI 0056050, apresentado em 18/02/2012 (tempestivo);

2. CNPJ: fls 3, doc SEI 1134871;

3. Estatuto Social: fls 2 a 11, doc SEI 1481606.

Apresenta Registro em Cartório de Pessoas Jurídicas (comparando com o 1º estatuto apresentado ? fls 11 a 18 doc 0056050, verifica-se a averbação da alteração posterior no estatuto registrado em Pessoas Jurídicas). Atende às exigências do art. 40, da Portaria nº 4.334/2015;

4. Ata de eleição da diretoria em exercício: fls 15 a 18, doc SEI 1049433.

Apresenta registro em Cartório de Pessoas Jurídicas (averbação comprova que foi em PJ, conforme registro inicial à fl 24 do doc 0056050);

5. Certidão negativa de débitos de receitas da ANATEL: doc SEI 2246492;

6. RG e CPF dos dirigentes: fls. 21 a 23, doc SEI 1049433;

7. Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: pendente, consta no processo relatório de janeiro de 2016 (fls 13 e 14 doc SEI 1049433);

Obs: eleição e comprovantes de composição do Conselho Comunitário; fls 16 a 39, doc SEI 1134871.

8. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização constante da licença de funcionamento da estação: pedir atualizada, pois consta do processo declaração de 2012 (fls. 8 doc SEI 0056050), anterior à alteração técnica de 2016 (processo 53900.010910/2016-99, doc 1614420).

C) CONSTATAÇÕES:

Em 2014 houve constatação de vínculo político (fls 82, doc SEI 0056050), referente a uma dirigente que exercia cargo em órgão partidário municipal. No início do período da outorga, uma dirigente foi eleita vereadora, mas segundo ata de assembleia extraordinária, houve renúncia do cargo na associação (fls 67, doc 0056050). Vínculos sanados antes de um ano de transcorrido um ano da publicação da Portaria 4334/2015.

D) CONCLUSÃO:

Processo ainda não instruído.

Será gerada última NT de exigência.

Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE: 1786758

26/09/2017.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise nas Regionais

NOTA TÉCNICA Nº 22109/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.057909/2011-67.**
Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS**, Estado do **MATO GROSSO DO SUL**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 24342/2016/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso VI	Declaração atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade. Consta do processo declaração anterior à alteração técnica que gerou a expedição de nova licença em 2017, portanto deverá ser atualizada. Observação: essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
			O Conselho Comunitário não é composto por representantes de entidades legalmente constituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria. Além disso, o relatório encaminhado não obedece ao disposto no art. 116 da Portaria.

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.</p>	<p>Art. 131, inciso V</p>	<p>Último relatório do Conselho Comunitário.</p>	<p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação - assinado por todos os conselheiros - e no qual estejam relacionadas as entidades representadas por cada um deles.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
---	---------------------------	--	---

3. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico Administrativo**, em 26/09/2017, às 11:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/09/2017, às 11:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2248062** e o código CRC **B538CC2B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057909/2011-67

SEI nº 2248062



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 42126/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis (CNPJ nº 02.162.391/0001-76)

Rua W-09 Joaquim Pereira França nº 1000

79.530-000 / Alcinópolis - MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22109/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/09/2017, às 11:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2248150** e o código CRC **44DAE071**.

Data de Envio:

19/10/2017 16:23:00

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

fm87_alcinopolis@outlook.com

luizpalata@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2248062.html

Oficio_2248150.html

Ofício nº 15/2017

Alcinópolis - MS, 14 de novembro de 2017.

Ao
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Processo nº 53000.057909/2011-67

Prezado (a) Senhor (a),

Em atendimento ao **ofício n.º 42126/2017/SEI-MCTIC – Processo nº 53000.057909/2011-67 – Nº SEI: 2248150** e Nota técnica nº 22109/2017/SEI-MCTIC em nome da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, apresentamos os documentos solicitados.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



Ronivaldo Pereira da Cunha
Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, **RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINÓPOLIS**, atesto que:

- A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Alcinópolis, MS, 14 novembro de 2017.



RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

RELATORIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

O Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS, apresenta a análise sobre a grade de programação e atende os requisitos legais a Lei nº 9.612/1998 e normas atuais.

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADIO EDUCATIVA FM		
SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA		
HORARIO INICIO	HORARIO TERMINO	NOME PROGRAMA
05:00	08:00	CLASSICO SERTANEJO
08:00	11:00	MANHA 87
11:00	13:00	ESTAÇÃO SERTANEJA
13:00	13:30	JORNAL E NOTICIAS
13:30	14:00	TOP SEQUENCIA
14:00	17:00	HITS LIVRE
17:00	18:00	JORNAL E NOTICIAS
18:00	19:00	ARENA SERTANEJA
19:00	20:00	VOZ DO BRASIL
20:00	23:00	TOP SERTANEJO
SABADO		
05:00	08:00	CLASSICO SERTANEJO
08:00	09:00	JORNAL E NOTICIAS
09:00	11:00	BOM DIA 87
11:00	14:00	ESTAÇÃO SERTANEJA
13:00	16:00	ADRENALINA
16:00	18:00	BATIDÃO SERTANEJO
18:00	19:30	JORNAL E NOTICIAS
19:30	20:00	AS MAIS TOCADAS
20:00	23:00	TOP SERTANEJO
DOMINGO		
05:00	05:30	JORNAL E NOTICIAS
05:30	08:00	ESTILO SERTANEJO
08:00	09:00	IGREJA ASSEMBLEIA DEUS
09:00	10:00	IGREJA PRIMITIVA DE DEUS
10:00	11:00	IGREJA TEMPLO MILAGRES
11:00	12:00	JORNAL E NOTICIAS
12:00	14:00	EXPLOÇÃO MIX
14:00	18:00	RODEIO NA EDUCATIVA
18:00	20:00	BAU DE MEMORIAS
20:00	23:00	FIM DE NOITE

A grade de programação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, EDUCATIVA E CULTURAL DE ALCINOPOLIS, EDUCATIVA FM, em nossa avaliação atende a comunidade através de seus programas informativos, jornalísticos e de entretenimento, com apoio a nossa comunidade, oportunidade aos músicos regionais, as áreas rurais.

Não há proselitismos de nenhum tipo e nenhum tipo de discriminação, a grade de programas da rádio comunitária é aberta a comunidade.

Por ser verdade assinamos todos os representantes do Conselho Comunitário,

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França – Alcinópolis / MS – CEP: 79.530-000

Alcinópolis, 11 de novembro de 2017.


LEILA MARIA CARIDADE


APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcinópolis
CNPJ: 05.616.607/0001-14



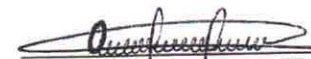
CICERO SOUZA
Associação Esportiva Clube dos 30
CNPJ: 04.373.420/0001-74



CLAUDIA MARA RODRIGUES
AAPCA - Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcinópolis
CNPJ: 12.321.734/0001-51



EVALDO VALERIO DOS SANTOS
AMCOHA – Associação de Moradores das Cohab's I, II, III de Alcinópolis
CNPJ: 05.345.835/0001-05



NILSON DE ALMEIDA FRANCO
A.P. M. da Escola Estadual Romilda Costa Carneiro
CNPJ: 01.601.995/0001-09



JOAO DA SILVA SOUZA
Diretor Administrativo

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, as 09h00min, na sede da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, situada a Av. Joaquim Pereira França, numero 1000, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, na cidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo João da Silva Souza, para nova eleição do Conselho Comunitário, por solicitação do Ministério da Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações, afim de adequação a Portaria 4334 de 2015, o Diretor Administrativo João da Silva Souza convocou os presentes para a votação dos indicados. após a votação, ficam assim eleitos os cinco indicados para o conselho comunitário pelo período restante do mandato da atual diretoria, findando em 12 de agosto de 2019: **LEILA MARIA CARIDADE**, brasileira, casada, comerciante, RG nº 15.484.187 SSP/SP, CPF nº 087.705.188-74, residente e domiciliado na Rua Luzia Rezende Silva, nº 273, cidade de Alcinópolis - MS, indicado pela APAE - Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Alcinópolis, CNPJ: 05.616.607/0001-14; **CICERO SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 121.179-8 SSP/MS, CPF nº 007.409.891-89, residente e domiciliado na Rua Virgílio José Carneiro, nº 838, cidade de Alcinópolis, indicado pela Associação Esportiva Clube Dos 30, CNPJ: 04.373.420/0001-74; **CLAUDIA MARA RODRIGUES**, brasileira, solteira, do lar, RG nº 001.647.197 SSP/MS, CPF nº 157.476.158-74, residente e domiciliada no Assentamento Santa Fé, lote 40, município de Alcinópolis, indicada pela AAPCA - Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcinópolis, CNPJ: 12.321.734/0001-51; **IVALDO VALERIO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, professor, RG nº 456.729 SSP/MS, CPF nº 558.860.191-20, residente e domiciliado na Av. Pio Martins de Almeida, nº 398, Cohab II, cidade de Alcinópolis, indicado pela AMCOHA - Associação de Moradores das Cohab's I, II, III de Alcinópolis, CNPJ: 05.345.835/0001-05, e **NILSON DE ALMEIDA FRANCO**, brasileiro, casado, professor, RG nº 430.644 SSP/MS, CPF nº 385.905.221-72, residente e domiciliado na Travessa Noventa e Um, nº 26, Bairro Estrela Dalva, cidade de Alcinópolis, indicado pela A.P. M. da Escola Estadual Romilda Costa Carneiro, CNPJ: 01.601.995/0001-09; Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente, Conselho Comunitário e demais Associados presentes da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis. Alcinópolis, 10 de novembro de 2017.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

LEILA MARIA CARIDADE
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcinópolis
CNPJ: 05.616.607/0001-14

CICERO DE SOUZA
Associação Esportiva Clube dos 30
CNPJ: 04.373.420/0001-74

CLAUDIA MARA RODRIGUES
AAPCA - Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcinópolis
CNPJ: 12.321.734/0001-51

IVALDO VALERIO DOS SANTOS
AMCOHA - Associação de Moradores das Cohab's I, II, III de Alcinópolis
CNPJ: 05.345.835/0001-05

NILSON DE ALMEIDA FRANCO
A.P. M. da Escola Estadual Romilda Costa Carneiro
CNPJ: 01.601.995/0001-09

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França - Alcinópolis / MS - CEP: 79.530-000.

ROSIMEIRE DE ASSIS MACHADO

Rosimeire de Assis Machado

TEREZINHA AMARAL DA SILVA

Terezinha Amaral da Silva

MIRIAN FIALHO XIMENEZ

Mirian Fialho Ximenez

MARCIA ISABEL DE SOUZA

Marcia Isabel de Souza

MARLI VICENTE DA SILVA

Marli Vicente da Silva

JAIME DE SOUZA JUNIOR

Jaime de Souza Junior

ELIZANGELA SILVA MORAES

Elizangela Silva Moraes

ELIS REGINA S. MATOS DE OLIVEIRA

Elis Regina S. Matos de Oliveira

DEUSELI CRISOSTOMO DA SILVA

Deuseli Crisostomo da Silva

ALDO DE OLIVEIRA

Aldo de Oliveira

MARIA DE JESUS BATISTA RULLI

Maria de Jesus B. Rulli

JEAN CARLOS CORREA DA SILVA

Jean Carlos Correa da Silva

PAULO DE CARVALHO NETO

Paulo de Carvalho Neto

JESUS APARECIDO DE LIMA

Jesus Aparecido de Lima

VINICIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vinicius de Oliveira Gonçalves

THALITA RAFAELLA NOGUEIRA DO NASCIMENTO

Thalita Rafaela do Nascimento

JESUS FERREIRA DE SOUZA

Jesus Ferreira de Souza

GLENI VICENTE DA SILVA

Gleni Vicente da Silva

PATRICIA MARIA DE MORAES

Patricia Maria de Moraes

TERMO DE POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, as 09h00min, na sede da **Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis**, situada a Av. Joaquim Pereira França, número 1000, Bairro Martins França, CEP 79.530-000, na cidade de Alcínópolis, estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a diretoria e os associados, em Assembleia Geral Extraordinária convocada através de comunicado afixado na sede da associação pelo diretor administrativo Joao da Silva Souza, para eleição e posse de novo Conselho Comunitário, por solicitação do Ministério da Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações, afim de adequação a Portaria 4334 de 2015, após a votação, ficam assim empossados os cinco indicados eleitos para o conselho comunitário; **Conselho Comunitário: LEILA MARIA CARIDADE**, brasileira, casada, comerciante, RG nº 15.484.187 SSP/SP, CPF nº 087.705.188-74, residente e domiciliada na Rua Luzia Rezende Silva, nº 273, cidade de Alcínópolis – MS, indicada pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcínópolis, CNPJ: 05.616.607/0001-14; **CICERO SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 121.179-8 SSP/MS, CPF nº 007.409.891-89, residente e domiciliado na Rua Virgílio José Carneiro, nº 838, cidade de Alcínópolis, indicado pela Associação Esportiva Clube dos 30, CNPJ: 04.373.420/0001-74; **CLAUDIA MARA RODRIGUES**, brasileira, solteira, do lar, RG nº 001.647.197 SSP/MS, CPF nº 157.476.158-74, residente e domiciliada no Assentamento Santa Fé, lote 40, município de Alcínópolis, indicada pela AAPCA - Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcínópolis, CNPJ: 12.321.734/0001-51; **IVALDO VALERIO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, professor, RG nº 456.729 SSP/MS, CPF nº 558.860.191-20, residente e domiciliado na Av. Pio Martins de Almeida, nº 398, Cohab II, cidade de Alcínópolis, indicado pela AMCOHA – Associação de Moradores das Cohab's I, II, III de Alcínópolis, CNPJ: 05.345.835/0001-05; e **NILSON DE ALMEIDA FRANCO**, brasileiro, casado, professor, RG nº 430.644 SSP/MS, CPF nº 385.905.221-72, residente e domiciliado na Travessa Noventa e Um, nº 26, Bairro Estrela Dalva, cidade de Alcínópolis, indicado pela A.P. M. da Escola Estadual Romilda Costa Carneiro, CNPJ: 01.601.995/0001-09. Eu, João da Silva Souza, Diretor Administrativo, lavrei a presente ata, que lida e aprovada pelos presentes, assino juntamente com o Diretor de Operações, Presidente e Conselho Comunitário da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcínópolis. Alcínópolis, 10 de novembro de 2.017.

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA
Presidente

JOAO DA SILVA SOUSA
Diretor Administrativo

WEBER BRITO MOREIRA
Diretor de Operações

LEILA MARIA CARIDADE
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alcínópolis
CNPJ: 05.616.607/0001-14

CICERO DE SOUZA
Associação Esportiva Clube dos 30
CNPJ: 04.373.420/0001-74

CLAUDIA MARA RODRIGUES
AAPCA - Associação de Amigos da Pastoral da Criança de Alcínópolis
CNPJ: 12.321.734/0001-51

IVALDO VALERIO DOS SANTOS
AMCOHA – Associação de Moradores das Cohab's I, II, III de Alcínópolis
CNPJ: 05.345.835/0001-05

NILSON DE ALMEIDA FRANCO
A.P. M. da Escola Estadual Romilda Costa Carneiro
CNPJ: 01.601.995/0001-09

Av. Joaquim Pereira França, n.º 1000, Bairro Martins França – Alcínópolis / MS – CEP: 79.530-000



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNIT, ECOLOGICA, EDUCATIVA E CULT. DE ALCINOPOLIS

CNPJ: 02.162.391/0001-76

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:54:38 do dia 17/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.057909/2011 Localidade / UF: ALCINÓPOLIS/MS
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA, ECOLOGICA EDUCATIVA E CULTURAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
JOAO DA SILVA SOUZA	655.382.931-49	Diretor Administrativo	12/08/2015 12/08/2019	
WEBER DE BRITO MOREIRA	001.191.661-35	Diretor de Operações	12/08/2015 12/08/2019	
RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA	978.605.731-72	Presidente	12/08/2015 12/08/2019	() (67) 32601447 () (67) 32601447

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

A) PROCESSO DIGITALIZADO E CADASTRADO NO SEI.

B) DOCUMENTAÇÃO:

1. Requerimento de Renovação: fls. 5, doc SEI 0056050, apresentado em 18/02/2012 (tempestivo);
 2. CNPJ: fls 3, doc SEI 1134871;
 3. Estatuto Social: fls 5 a 11, doc SEI 1481606.
- Apresenta Registro em Cartório de Pessoas Jurídicas (comparando com o 1º estatuto apresentado ? fls 11 a 18 doc 0056050, verifica-se que esta última versão do estatuto foi averbada em seu registro inicial, feito em cartório de Pessoas Jurídicas, conforme chancela do cartório à fl 4 do doc 1481606).
- Atende às exigências do art. 40, da Portaria nº 4.334/2015;
4. Ata de eleição da diretoria em exercício: fls 15 a 18, doc SEI 1049433.
- Apresenta registro em Cartório de Pessoas Jurídicas (averbação comprova que foi em PJ, conforme nº do registro à fl 24 do doc 0056050);
5. Certidão negativa de débitos de receitas da ANATEL: doc SEI 2408591 (positiva com efeito de negativa);
 6. RG e CPF dos dirigentes: fls. 21 a 23, doc SEI 1049433;
 7. Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: fls 3 e 4 doc SEI 2398090;
- Obs: ata de eleição e posse do atual Conselho Comunitário; fls 5 a 7, doc SEI 2398090.
8. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização constante da licença de funcionamento da estação: fls. 2, doc SEI 2398090.

C) CONSTATAÇÕES:

Em 2014 houve constatação de vínculo político (fls 82, doc SEI 0056050), referente a uma dirigente que também exercia cargo em órgão partidário municipal. No início do período da outorga, uma dirigente foi eleita vereadora, mas segundo ata de assembleia extraordinária, houve renúncia do cargo na associação (fls 67, doc 0056050). Tais vínculos foram sanados antes de transcorrido um ano da publicação da Portaria 4.334/2015.

D) CONCLUSÃO:

Processo instruído.

Será encaminhado e-mail à CGFI solicitando relatório a respeito da existência (ou não) de PAI em desfavor da entidade.

Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE: 1786758

21/11/2017.



ARGELIA DINIZ SCHRAMM

Data de Envio:

21/11/2017 08:00:01

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

lilian.misquita@mctic.gov.br

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

processo 53000.057909/2011-67 - solicita informação a respeito de PAI

Mensagem:

Prezados,

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis / MS, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


Zimbra

argelia.schramm@mctic.gov.br

Re: processo 53000.057909/2011-67 - solicita informação a respeito de PAI

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Ter, 21 de nov de 2017 11:32

 1 anexo

Assunto : Re: processo 53000.057909/2011-67 - solicita
informação a respeito de PAI

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

53000.0010263/2014

- Em trâmite;
- Processo aguardando recurso;
- Irregularidade: Art. 11 c/c Art. 21, IV da Lei nº 9.612/98;
- Data da infração: 06/03/2014;

53000.024103/2013

- Em trâmite;
- Processo aguardando análise de recurso.
- Irregularidade: Art. 40, incisos XII, XV e XXIX do Decreto 2.615/98;
- Data da infração: 28/05/2013;

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

53000.029399/2009

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 70, de 27/01/2011, publicada no D.O.U de 24/05/2011 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 24/06/2009).

53000.009601/2006

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Despacho nº 103, de 17/02/2009 - ADVERTÊNCIA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 17/02/2006).

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 21 de novembro de 2017 8:00:01

Assunto: processo 53000.057909/2011-67 - solicita informação a respeito de PAI

Prezados,

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural de Alcinópolis, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis / MS, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

Chefe do Serviço de Degração - SEDEG

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-oeste.

CEP 70044-900 Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6811

lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - ALCINÓPOLIS.pdf

270 KB



BOM DIA
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MS
Município: Alcinópolis
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Alcinópolis
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNIT, ECOLOGICA, EDUCATIVA E CULT. DE ALCINOPOLIS
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA W - 09 - JOAQUIM PEREIRA FRANCA, 1000
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.162.391/0001-76
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNIT, ECOLOGICA, EDUCATIVA E CULT. DE ALCINOPOLIS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:
Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Bairro:
SubDistrito:
Fax:
Estado:

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:
Fax:
E-mail:
Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Bairro:
SubDistrito:
Estado:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	169	<input type="text"/>	Portaria	MC	12/05/2000	16/05/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
<input type="text"/>	443	<input type="text"/>	Decreto Legislativo	CN	09/11/2001	12/11/2001	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
<input type="text"/>	21782	<input type="text"/>	ATO	SCM	03/01/2002	09/01/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

	103	Despacho	MC	17/02/2009		Advertência	Jur.
	70	Portaria	MC	27/01/2011	24/05/2011	Multa	Jur.

+ Característica da Estação Instalada**= Dados do Licenciamento****Dados da Estação**

Entidade: ASSOCIACAO COMUNIT,ECOLOGICA,EDUCATIVA E CULT.DE ALCINOPOLIS
- CNPJ/CPF(02.162.391/0001-76)

Situação: [Atenção: Entidade devedora](#)
(Não bloqueada)

Município/UF: ALCINÓPOLIS/MS

Canal: 200

Indicativo: ZYC953

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X


Domingo

Sábado

05:00

23:00

X

 [Tela Inicial](#)

 [Imprimir](#)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 28157/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.057909/2011-67.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ALCINÓPOLIS**, por meio da Portaria nº 169, publicada no DOU de 12/05/2000, e Decreto Legislativo nº 443, publicado no DOU de 12/11/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 18/01/2012. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 18/01/2012, à fl. 5, do evento SEI 0056050, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015).

REQUERENTE

Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis
--

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Ronivaldo Pereira da Cunha Diretor Administrativo: João da Silva Souza Diretor de Operações: Weber de Brito Moreira

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		5/0056050
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
				43 a 78/0056050 1 a

1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X	21/0011647 1 a 22/0283740 1 a 25/1049433 1 a 41/1134871 1 a 13/1481606 1/1728981 1/1728984 1/1728985 1/1728986 1/1728988 1/1728990 1/1728991 1/1728992 1/1728995 1/1728996 1/1728998 1/1728999 1/1729097 1/1729098 1/1729099 1/1729100 1/1729101 1/1729102 1/1729106 1/1729107 1/1729108 1/1729111 1/1729113 1/1729115
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X	5 a 11/1481606
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X	15 a 18/1049433
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X	21 a 23/1049433
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X	3 e 4/2398090
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X	82/0056050
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X	1/2398090
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda -	X	3/1134871

	CNPJ, válido e atual			
9	Relatório de apuração de infrações	X		1/2449880
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2462307).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Técnico Administrativo**, em 06/12/2017, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2017, às 15:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 18/12/2017, às 14:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 20/12/2017, às 20:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2462321** e o código CRC **6885E13D**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057909/2011-67, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Alcinópolis / MS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057909/2011-67 e nº 53700.001246/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53000.057909/2011-67**

Entidade: **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53000.057909/2011-67 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **28157/2017/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2462321), no qual a Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis/MS, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/12/2017, às 10:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2529961** e o código CRC **2D3B9F7A**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057909/2011-67, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Alcinópolis / MS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057909/2011-67 e nº 53700.001246/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.057909/2011-67

SEI nº 2529961

PORTARIA Nº 7583/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057909/2011-67 e nº 53700.001246/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2533481** e o código CRC **F911D27B**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057909/2011-67, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Alcinópolis / MS.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2533491** e o código CRC **E5ACB795**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 5372/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Representante Legal da Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis (CNPJ nº 02.162.391/0001-76)

Rua W-09 Joaquim Pereira França nº 1000

79.530-000 / Alcinópolis - MS

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.057909/2011-67.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 7583/2017 de 09 de fevereiro de 2018.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/02/2018, às
09:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2651671 e o código CRC **48D1098B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 5372/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.057909/2011-67 - Nº SEI: 2651671



001-9

00198.41808 50000.000005 04683.804217 1 74620000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004683804
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 13/03/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis (CNPJ nº 02.162.391/0001-76) 53000.057909/2011-67

Rua W-09 Joaquim Pereira França nº 1000

Alcinópolis, MS - CEP: 79.530-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4683804 enviado em 21/02/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04683.804217 1 74620000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 13/03/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 21/02/2018	Nº documento 4		Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 21/02/2018	Nosso número 00000000004683804
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4683804 enviado em 21/02/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis (CNPJ nº 02.162.391/0001-76) 53000.057909/2011-67

Rua W-09 Joaquim Pereira França nº 1000

Alcinópolis, MS - CEP: 79.530-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/02/2018 16:57:36**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA**Ofício:** 4683804**Data prevista de publicação:** 22/02/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10549614	ATO PORTARIA Nº 7583 MIN.rtf	a56a58265fd32954 aac5a70b504d0d5f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24



51. Bráctea: coloração da face interna PQ VG	esbranquiçada	1
	amarela	2
	verde amarelada	3
	verde	4
	rosa	5
	vermelha alaranjada	6
	vermelha	7
	roxa	8
52. Bráctea: formato do ápice PQ VG (+)	agudo estreito	1
	agudo largo	2
	ângulo reto	3
	obtusos	4
	emarginado	5

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS
Ver formulário na internet.
X. CLASSIFICAÇÃO DE BANANAS NO BRASIL POR GRUPOS, DE ACORDO COM O NÍVEL DE PLOIDIA
Ver formulário na internet.
XI. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS AVALIADAS PELO MÉTODO MI
Ver formulário na internet.
XII. BIBLIOGRAFIA
1. União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), TG/123/4, Genebra, 2010. Disponível em: <http://www.upov.int/edocs/tgdocs/en/tg123.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro, 2018.
2. Raul Soares Moreira. Pesquisador aposentado do Instituto Agrônomo de Campinas - IAC. Secretaria de Agricultura. Governo do Estado de São Paulo, Campinas - Brasil. Classificação de Bananas no Brasil por Grupos, de Acordo com o Nível de Ploidia.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 7.016/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056628/2011-97 e nº 53680.000529/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Benedito do Rio Preto / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.223/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.045447/2015-15 e nº 53830.000378/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária do Carmo, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ituverava/SP.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO
DE SÃO PAULO

ATO Nº 1.269, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SOCIEDADE RADIO DIFUSORA BATATAIS LTDA, CNPJ nº 44.942.480/0001-85 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas..

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 1º DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 1.351 - RAIZEN ENERGIA S/A, CNPJ nº 08.070.508/0068-85;

Nº 1.356 - USJ AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A, CNPJ nº 44.209.336/0001-34

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA
E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 2 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.385 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 28/02/2018 a 01/03/2018.

Nº 1.386 - Autoriza PY2 RADIOSOM INSTALAÇÕES COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 07/03/2018 a 12/03/2018.

Nº 1.387 - Autoriza ASSOC DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA FOZ DO RIO ITAJAI, CNPJ nº 82.747.460/0001-42, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Itajaí/SC, no período de 06/03/2018 a 03/05/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.583/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057909/2011-67 e nº 53700.001246/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcínópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcínópolis / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.190, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Aprova projeto de investimento em infraestrutura de telecomunicações considerando-o prioritário para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e do art. 2º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria nº 330, de 5 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto de investimento em infraestrutura de telecomunicações descrito no Anexo desta Portaria, considerando-o prioritário para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e do art. 2º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

I. Proponente	Algar Telecom S/A - CNPJ: 71.208.516/0001-74
II. Descrição do projeto	Implantação, ampliação e modernização de rede de comunicações de dados, rede móvel 3G/4G, rede fixa de banda larga, construção de rede óptica e infraestrutura
III. Local de implantação	Unidades da Federação: AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP
IV. Setor	Telecomunicações

GILBERTO KASSAB

CONSULTA PÚBLICA Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.006300/2018-65, a proposta de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Retransmissão de TV - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM e de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM.O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 24 horas do dia 15 de março de 2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.057909/2011-67**

Entidade: **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis.**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7583/2017, de 09 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial da União de 05 de março de 2018, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Alcinópolis / MS, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53000.057909/2011-67, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/03/2018, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2708264** e o código CRC **FC6F76B1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057909/2011-67

SEI nº 2708264

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 5372/2018/SEI-MCTIC, 16/02/2018
53000.057909/2011-67

RONIVALDO PEREIRA DA CUNHA

Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de
Alcinópolis

Rua W-09 Joaquim Pereira França nº 1000
79.530-000 Alcinópolis / MS

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

14/03/2018

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Terezinha Amaral da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

JATAI
MAI
3202-210-9

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

14 MAR 2018

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JG 08749955 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

27 FEV 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Serviço Público Federal
Ministério da Comunicação

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Brasília,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057909/2011-67, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Alcinópolis / MS.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20635/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 22/05/2018, às 19:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2998287** e o código CRC **570752B9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20635/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.057909/2011-67 - Nº SEI: 2998287

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 – Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057909/2011-67.**

Entidade: **Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4328601** e o código CRC **8B6E7B0A**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057909/2011-67, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, inscrita no CNPJ nº 02.162.391/0001-76, explore pelo prazo de dez anos a partir de 12 de novembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28157/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7583/2017 de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 05 de março de 2018.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.057909/2011-67

SEI nº 4328601

Brasília, 23 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057909/2011-67, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural de Alcinópolis, inscrita no CNPJ nº 02.162.391/0001-76, explore pelo prazo de dez anos a partir de 12 de novembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Alcinópolis, estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 28157/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7583/2017 de 09 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 05 de março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34773/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.057909/2011-67.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 24/09/2019, às 18:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664647** e o código CRC **AE0F4F4C**.